

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

DANIEL ALVES BOEIRA

**UMA “SOLUÇÃO” PARA A MENORIDADE NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: O CASO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE
ANITÁPOLIS/SC (1918 – 1930)**

FLORIANÓPOLIS, SC

2012

DANIEL ALVES BOEIRA

**UMA “SOLUÇÃO” PARA A MENORIDADE NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: O CASO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE
ANITÁPOLIS/SC (1918 – 1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana Rossato

FLORIANÓPOLIS, SC

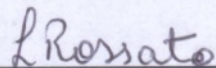
2012

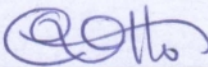
DANIEL ALVES BOEIRA

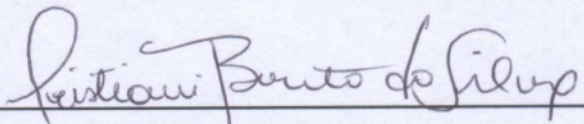
UMA " SOLUÇÃO " PARA A MENORIDADE NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: O CASO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE
ANITÁPOLIS/SC (1918-1930).

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientadora: 
Doutora Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: 
Doutora Claricia Otto
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: 
Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 05 de março de 2012.

Dedico este trabalho para meu avô Carlos Arthur Veeck (*in memoriam*). A sua falta é tão grande que a saudade não dá conta da sua ausência.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é especial, não conseguiria chegar aonde cheguei se não houvesse pessoas especiais que me acompanharam em passagens singulares ou por todo o processo.

Os meus agradecimentos à família, que mesmo longe das questões acadêmicas, sempre me apoiou, atenta às diversas explicações dadas sobre o tal Patronato, sem entender direito o fato daquela “gurizada” vir do Rio de Janeiro para cá, para um lugar tão longe como Anitápolis. Aos meus pais e a todos os consanguíneos que ficavam brincando e fazendo piadas com o “intelectual”. Agradeço o apreço, a leitura e as correções da “tia” Silvia e da Lia.

Agradeço muito ao Prof. João Klug, abrindo “as portas” para esta pesquisa. Agradeço, também, a atenção, os comentários e sugestões de bibliografia dos professores Paulo Pinheiro Machado, Henrique Espada, Adriano Duarte e, também, a atenção, os comentários e sugestões dos amigos Gustavo Marangoni, Marilane Machado, Gustavo Perez e Alain Rojo.

Agradeço ao Arquivo Nacional e seus funcionários pelo pronto atendimento, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ao Arquivo do Estado de Santa Catarina, e não menos importante à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em especial ao Setor Santa Catarina e aos funcionários Carlos (Carlinhos) e Almeri Machado.

Agradeço ao Arquivo Municipal de Anitápolis e à Prefeitura Municipal de Anitápolis, nas pessoas de Ceane Boing e do prefeito Saulo Weiss. Tive a ajuda inestimável nesta pesquisa de amigos como Márcio Werle e Cristiane Fortkamp, sem os quais não daria conta.

Agradeço imensamente a presteza e o envio de seu livro, ao professor Milton Ramon Pires de Oliveira. Também agradeço ao Maurício da Biblioteca Central da UDESC, pelo empréstimo dos livros e pela atenção dada desde os tempos do CEART.

Tive o privilégio de ingressar no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual de Santa Catarina, e cursar disciplinas que me fizeram ver e ter a noção de que teoria, cultura escolar e seminário de pesquisa não são “bichos de sete cabeças”, porque o aporte teórico-metodológico dos professores foi

excepcional. Ter amigos com mais bagagem acadêmica sempre é bom, melhor ainda se estes amigos lêem o que escreves, opinam, corrigem, e ouvem suas lamúrias. Fico feliz e honrado com sua amizade, estas linhas são para meus amigos Giovanni Nocetti e principalmente, Marília Mezzomo Rodrigues, que considero meus “Anjos Acadêmicos”.

Agradeço as colaborações e o convívio com meus colegas de mestrado. Tivemos altos e baixos, que fizeram parte do processo. Fabio Garcia, Rosangela, Daniel Alves Bronstrup, Vanessa, Elaine, Pedro Eurico, Misael, Rochelle, Edgar Rego, Hélio Camilo, Maicon, Eric, Michel e Juliana, todos foram fundamentais, cada um a sua maneira.

Agradeço à secretaria e principalmente à secretária do PPGH, Gabriela, por sua presteza e ajuda nas informações. Tenho uma dívida especial para com o Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas: agradeço a todos os colegas e professoras pelas reuniões e discussões dos mais variados textos (inclusive dos meus). Tenho saudade destes encontros.

Agradeço a oportunidade de compartilhar minha pesquisa nos dois simpósios temáticos coordenados pelas professoras Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Sílvia Maria Fávero Arend, no Simpósio Nacional de História, nas edições de 2007 e 2011. A troca de informações e experiências com pesquisadores da área da História da Infância e Juventude foi essencial na construção desta pesquisa.

Agradeço as sugestões e observações, que foram de extrema valia, das professoras Sílvia Maria Fávero Arend e Cristiani Bereta da Silva durante minha qualificação de mestrado. Foi importante o auxílio na condução final deste processo.

Também não poderia deixar de agradecer a presença das professoras Clarícia Otto, Cristiani Bereta da Silva e Sílvia Maria Fávero Arend, na minha banca de defesa. Outras observações, acréscimos e “lapidações” foram feitas ao texto graças as suas constatações. Em especial, agradeço novamente a professora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, pela leitura atenciosa da minha dissertação, com inúmeros apontamentos, sugestões e correções, após estes arremates finais, tenho a certeza que o texto ficou mais esclarecedor.

Meus agradecimentos especiais para minha orientadora, professora Luciana Rossato, por ter depositado confiança em minha pessoa, pelas conversas e sugestões de leituras, por me alertar para os cuidados com a redação, por ter feito parte de todo este processo. Agradeço imensamente a forma como tudo ocorreu, a

liberdade que minha orientadora me deu para escrever e desenvolver esta dissertação. Foi uma honra esta parceria.

Finalmente, agradeço a Deus (ou aos Deuses) por compartilhar minha vida e meus projetos de vida, com minha esposa Daniele, única a saber o quanto passei para estar aqui agradecendo. A você, Dani, luz dos meus olhos!

Porque somos como troncos de árvores na neve. Aparentemente, apenas estão apoiados na superfície, e com um pequeno empurrão seriam deslocados. Não, é impossível, porque estão firmemente unidos à terra. Mas, atenção, também isto é pura aparência.

As Árvores - Franz Kafka

RESUMO

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A história de uma instituição como o Patronato Agrícola de Anitápolis (Santa Catarina, Brasil), antes de se tratar de uma análise restrita aos acontecimentos de uma determinada instituição ou, ao contrário, simples expressão da conjuntura regional e nacional, aparece para o historiador como uma possibilidade de reconstruir histórias de crianças e jovens, suas trajetórias, sua inserção social e educacional e suas resistências às políticas públicas na Primeira República (1889-1930). O Patronato Agrícola de Anitápolis, desde sua criação em 1918, até o término de suas atividades, em 1930, nos apresenta elementos instigantes para a compreensão da estadia dos *menores*, vindos em sua maioria do Rio de Janeiro, neste estabelecimento. Compreender a instituição em sua dinâmica interna, suas redes de relacionamentos – estabelecidas entre seus moradores ou com seus agentes educacionais – fornece-nos instrumentos importantes para entender a complexidade das relações e dos comportamentos de pessoas comumente investigadas apenas no espaço produtivo. O local da instituição e suas demandas, no entanto, não podem ser entendidos desvinculados do espaço do ensino e do trabalho, uma vez que as pessoas atuam, simultaneamente, nestes dois universos. O universo do ensino e o universo do trabalho, assim como o Núcleo Colonial e o Patronato Agrícola, estão conectados pelas experiências e práticas cotidianas dos *menores* e de seus educadores, vistos nesta perspectiva como sujeitos sociais. Desta forma, a vida do Patronato está diretamente vinculada à vida do Núcleo Colonial (Anitápolis), tornando-se necessário observar quais são os canais de interlocução em que os jogos de poder e as disputas por direitos são travados. A dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *A ação e a ótica do Estado sobre os menores*, apresentamos um cenário das posições do Estado brasileiro em relação às políticas públicas relativas à infância. No segundo

capítulo, denominado *O Patronato Agrícola de Anitápolis*, investigamos as práticas pedagógicas e sócio-administrativas vigentes na instituição e impostas pela pedagogia do progresso. No terceiro capítulo, intitulado *A ação e a ótica dos sujeitos: os menores e o Patronato* pesquisamos as relações de sociabilidade existentes entre os internos no Patronato Agrícola e destes com o Núcleo Colonial. Trabalhamos com diversos documentos, tais como ofícios, mensagens, relatórios e informativos vinculados ao Patronato Agrícola, ao Núcleo Colonial Anitápolis, e ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, entre os anos de 1918 a 1930. As pesquisas também foram feitas em periódicos (jornais), relatórios dos Governadores de Santa Catarina e nos fundos/coleções documentais sobre polícia, menoridade e legislação vigente sobre o período.

Nesta pesquisa refletimos sobre a inclusão desses jovens e suas relações com a própria instituição de educação e correção, enfatizando principalmente a análise das formas de participação das crianças e jovens na instituição e em sua interação com o núcleo colonial.

Palavras-chave: História da Infância e Juventude. Patronato Agrícola. Menoridade. Sociabilidades. História de Santa Catarina.

ABSTRACT

BOEIRA, Daniel Alves. **A “solution” to minority in the First Republic**: the case of the Young Offender Rural Facility of Anitapolis/SC (1918-1930). Master thesis in History. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

The history of an institution such as the Young Offender Rural Facility of Anitapolis (Santa Catarina, Brazil), rather than being an analysis restricted to the events of a particular institution or even mere expression of a regional and national situation, appears to the historian as a possibility to reconstruct stories of children and young people, their trajectory, their social and educational integration and their resistance to the public policies in the First Republic (1889-1930). The Young Offender Rural Facility of Anitapolis, from its founding in 1918 until the end of its activities in 1930, presents us with interesting elements to the understanding of the stay of those children, mostly from Rio de Janeiro, at that institution. Understanding the institution in its internal dynamics, its networks of relationships – established between its residents or with its educational agents – provides us with important instruments to understand the complexity of relationships and behaviors of people commonly investigated only in the production area. The location of the institution and its demands, however, can not be seen leaving aside the area of education and work, since people act simultaneously in both worlds. The world of education and the world of work, as well as the Colonial Center and the Young Offender Rural Facility, are connected by the experiences and everyday practices of the *minors* and their teachers, seen as social subjects in this perspective. Thus, the life at the Facility is directly linked to the life of the Colonial Center (Anitapolis), making it necessary to observe what are the channels of dialogue, in which the games of power and rights disputes are played. The dissertation was organized into three chapters. In the first chapter, entitled *Action and perspective of the State on minors*, we present a scenario of the Brazilian government position in relation to public policies regarding children. In the second chapter, called *The Young Offender Rural Facility of Anitapolis*, we investigated the pedagogical and social-administrative practices present in the institution and imposed by the pedagogy of progress. In the third

chapter, entitled *Action and perspective of the subjects: the minors and the Rural Facility*, we researched the existing relations of sociability between inmates in the Rural Facility as well as with the Colonial Center. Several documents were investigated, such as official letters, messages, reports and information related to the Rural Facility, the Colonial Center of Anitapolis, and the Ministry of Agriculture, Industry and Trade, between the years 1918 and 1930. A research was also done in newspapers, reports of the Governors of Santa Catarina and documentary collections on police, minority and legislation over the period. In this thesis we reflected on the inclusion of these young people and their relationships with the institution of education and correction, focusing mainly on the analysis of forms of participation of children and young people in the institution and their interaction with the colonial center.

Keywords: History of Childhood and Youth. Young Offender Rural Facility. Minority. Sociability. History of Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplo de registro geral do Corpo de Investigações e Segurança Pública do Distrito Federal, 1919	46
Figura 2 - Cartão de identificação da Inspetoria de Investigações e Segurança Pública	47
Figura 3 - Cartão de identificação da Inspetoria de Investigações e Segurança Pública	48
Figura 4 - Mapa Interativo CIASC	65
Figura 5 – Início da construção da sede do Núcleo Colonial Anitápolis – 1910 – 1915.....	66
Figura 6 – Início da construção da sede do Núcleo Colonial Anitápolis – 1910 – 1915.....	67
Figura 7 – Fachada do Patronato Agrícola de Anitápolis	69

LISTA DE ABREVIATURAS E EXPRESSÕES

- SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
- MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
- SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional
- SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A AÇÃO E A ÓTICA DO ESTADO SOBRE OS MENORES	27
1.1 OS MENORES	27
1.2 INTENÇÕES DO ESTADO PARA COM O MENOR.....	33
1.3 O OLHAR POLICIAL: PROCESSO DE CAPTURA E ARREGIMENTAÇÃO DA FUTURA MÃO DE OBRA	46
1.4 INDICAÇÕES (PARENTAIS)	53
1.5 OS PATRONATOS AGRÍCOLAS PARA SOCORRER A INFÂNCIA DESERDADA	58
2 O PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS	63
2.1 O PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS E A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O TRABALHO (AGRÍCOLA).....	63
2.2 A ORGANIZAÇÃO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS	72
2.3 A TRÍADE: EDUCAÇÃO, TRABALHO E DISCIPLINA	82
2.4 PROFESSORES/INSTRUTORES: ENSINO AGRÍCOLA, CÍVICO E MILITAR.....	88
3 A AÇÃO E A ÓTICA DOS SUJEITOS: OS MENORES E O PATRONATO	94
3.1 O NÚCLEO COLONIAL, O PATRONATO E OS INTERNOS: SOCIABILIDADES.....	94
3.2 OS INDESEJÁVEIS	109
3.3 BONS ALUNOS, BOA TERRA	115
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
5 REFERÊNCIAS	128
5.1 FONTES	128
5.2 BIBLIOGRAFIA	130

INTRODUÇÃO

Os Patronatos Agrícolas, implementados em vários estados do Brasil, foram uma das mais importantes ações do governo da Primeira República na área das políticas sociais infanto-juvenis, até a instituição do Código de Menores de 1927¹. Essas instituições educacionais foram criadas visando à socialização, sob a ética do trabalho agrícola, das crianças e dos jovens oriundos das camadas populares urbanas (principalmente do Rio de Janeiro), considerados pelas autoridades policiais e judiciárias como *delinquentes juvenis*².

Nesta dissertação, foram analisadas as experiências e os discursos relativos aos meninos e jovens do Patronato Agrícola de Anitápolis, situado no estado de Santa Catarina, que funcionou entre 1918 e 1930. Através dos relatórios e ofícios da diretoria, dos professores e funcionários enviados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e dos prontuários dos internos, traçamos um perfil dos abrigados concernente a etnia, idade, local de procedência e o que motivou o ingresso na instituição, bem como descrevemos o cotidiano dessas pessoas no seu interior. Além disso, analisamos as notas publicadas nos jornais que circulavam por Florianópolis e região, a fim de apreender os discursos enunciados pelos diferentes sujeitos sociais acerca dessa instituição e dos indivíduos por ela atendidos.

O Patronato Agrícola de Anitápolis foi criado em 1918, nos moldes da época (liberal e modernizadora), pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O projeto de um Brasil moderno, voltado à ideologia do trabalho, no caso do patronato, do trabalho agrícola, direcionava iniciativas a uma parcela específica de menores, os vagantes nas ruas e os jovens “perniciosos”, os chamados *delinquentes juvenis* dos grandes centros urbanos.

Em termos gerais, os Patronatos Agrícolas foram:

...investimentos voltados para a formação de trabalhadores a partir de concepções fundadas nos conhecimentos científicos, objetivando uma agricultura racionalizada; foram inscritos, também, enquanto um dos meios

¹ BRASIL. DECRETO N. 17.943-A, 12 de outubro de 1927. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm> Acesso em: 01 out. 2011.

² O termo delinquente juvenil consta dos documentos pesquisados. O uso do itálico será mantido quando forem utilizados termos que constam da documentação, como no caso das Leis, Decretos e demais documentos referentes aos patronatos, aos menores e aos adjetivos empregados para designá-los na época.

de intervir sobre os setores pobres da sociedade, concorrendo para a modernização social e cultural³.

O decreto n. 12.893⁴, do dia 28 de fevereiro de 1918, criou o Patronato Agrícola de Anitápolis⁵, situado a mais ou menos 100 km da capital catarinense, entre a Serra Geral e o litoral. A instituição teve sua trajetória marcada pela inclusão de menores⁶ vindos do Rio de Janeiro. As condutas destes menores, associadas à vivência com os funcionários permearam as relações de poder e as sociabilidades destes sujeitos entre si e com a população do núcleo colonial.

Os Patronatos Agrícolas eram instituições com dupla finalidade, educacional e correccional, com vistas a instruir os internos para a civilidade e para o trabalho. Neste contexto, tais instituições se situavam no “fio da navalha”, entre perspectivas que buscavam torná-las espaços de formação profissional (lapidar o trabalho precarizado da força braçal, especificamente, o lavrador) e de prevenção e/ou gestão dos riscos e da periculosidade. As artes liberais de governar a vida, conforme indicou Michel Foucault, tecem novas práticas de normalização que instituem demandas e propiciam impasses para a escola distintos das clássicas tecnologias disciplinares de poder⁷.

Durante o período de funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis, anualmente, o número de crianças e adolescentes atendidos variava entre 100 e 180 internos. A idade mínima para o ingresso era de nove anos, e aos dezoito, eram desligados da instituição. Muitos deles, após seu desligamento, voltaram para as cidades de origem, para reencontrar seus parentes. Alguns poucos ficavam em Anitápolis, dando continuidade ao que lhes fora ensinado, ganhando lotes de terras como “recompensa” por terem apresentado bom comportamento.

A menoridade atendida era somente de meninos, em sua maioria oriundos do Rio de Janeiro, alguns poucos de outras localidades, como Florianópolis e região. O encaminhamento para os patronatos em geral era por *seleção*, em instituições como

³ OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 24.

⁴ BRASIL, DECRETO N. 12.893, 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo_norma=DEC&data=19180228&link=s> Acesso em: 04 out. 2011.

⁵ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919.

⁶ Os delinquentes juvenis, eram chamados de menores, sob o ponto de vista jurídico do período pesquisado.

⁷ A terceira parte da obra *Vigiar e Punir*, cujo título é *Disciplina* discorre sobre o controle, as disciplinas, a composição das forças, etc., em diferentes instituições educativas e correccionais. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Niterói: Vozes, 1987.

a Casa de Detenção, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados, a Colônia Correccional de Dois Rios e a Escola Premonitória Quinze de Novembro⁸. Outros menores eram apanhados nas ruas ou encaminhados a instituições por solicitação dos pais e/ou dos tutores.

Através da documentação, é possível constatar a credibilidade do Estado em relação ao sistema adotado pelos patronatos agrícolas, que representavam a valorização extremada da educação pelo trabalho, neste caso, agrícola. Um grande número de proventos era exigido para a manutenção da instituição, em parte fornecido pelo próprio Núcleo Colonial Anitápolis⁹, que chegou a ser, segundo informações dos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, um dos mais promissores do Brasil.

Os últimos anos de funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis não foram dos melhores para a instituição, por conta de problemas internos, escassez de verba federal e, por fim, do combate da Serra da Garganta (1930); neste, tropas getulistas vindas do Rio Grande do Sul lutaram contra funcionários do Patronato e demais combatentes leais ao governo do recém-eleito Júlio Prestes¹⁰. As tropas getulistas foram vencedoras, surpreendendo a resistência dos governistas, levando Getúlio Vargas ao poder, através de seu movimento revolucionário¹¹. Uma vez no poder, o presidente Getúlio Vargas sancionou um decreto em 1930¹², pondo fim ao Patronato Agrícola de Anitápolis e a outras instituições congêneres.

No decorrer desta dissertação, analisamos como se deu a vinda de meninos oriundos de ambientes essencialmente urbanos para um Patronato Agrícola inserido em um núcleo colonial. Percebemos que as relações correccionais, associadas ao ensino voltado à prática da agricultura, entre a instituição e alunos transpassavam os muros, afetando o cotidiano dos moradores do núcleo colonial. Estas

⁸ Estas instituições estão localizadas no Rio de Janeiro. Cf. VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 56.

⁹ A monografia *Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)*, faz o estudo sobre a criação e manutenção desta localidade sob tutela da União, como uma das últimas tentativas de imigração para preenchimento territorial de terras consideradas "desocupadas" em Santa Catarina. Cf. BOEIRA, Daniel A. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

¹⁰ Para este episódio indicamos: NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da revolução de trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

¹¹ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001, pp. 178-181.

¹² **BRASIL**. DECRETO N. 19.494, 16 de dezembro de 1930. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 26 jan. 2009.

transformações foram evidenciadas e incutidas no Patronato até seu fechamento, em 1930. Não é maior nossa contribuição sobre esta questão, pois isso exigiria a ampliação da pesquisa com seus inevitáveis desdobramentos. Assim, deixamos aqui a possibilidade – e a sugestão para outros pesquisadores - de que as razões do fechamento da instituição venham a ser investigadas futuramente.

Embora a temática abordada remeta ao início do século XX, o assunto “infância e juventude” ainda é extremamente atual e relevante, um caso delicado a ser tratado: os patronatos agrícolas não existem, outros nomes e formas de tratamento foram adotados para dar conta desta questão que é vista como um problema social¹³. Entretanto, o *adolescente infrator* ou *em conflito com a lei*, como é denominado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), ainda é uma questão do Estado.

A História da Infância e da Juventude é, por definição, interdisciplinar, pois as pesquisas e as leituras são feitas em várias áreas, como Direito, Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais, Antropologia, etc. Leis, decretos, relatórios e outros tantos documentos referentes à temática abordada são de suma importância como aporte documental ou como pistas. Estas, os sinais e os vestígios do passado, por si só não constituem tramas organicamente organizadas que comporiam uma tapeçaria que daria conta do que ocorreu. Apenas quando munido de um arsenal teórico-metodológico pode o historiador adquirir a destreza de colocar estes vestígios do passado na ordem do tempo e, aí sim, de posse destes inúmeros fios, tecer a narrativa, “articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave”¹⁴.

Todas as áreas da História têm vocabulários, questionamentos e demandas próprias. Com a História do Tempo Presente não é diferente. Ao propormos nossa pesquisa, ficamos intrigados ao lidarmos com o recorte temporal distante há mais de meio século, porém, a atualidade do tema (e sua importância) corrobora para atuarmos como pesquisadores na História do Tempo Presente. A proximidade temporal é o argumento mais invocado contra esta área de concentração¹⁵; pelo

¹³ Podemos citar alguns em Santa Catarina: Casa Lar, Fundação Pró-Menor, Plantão Interinstitucional de Atendimento ao Adolescente (PLIAT), Centro de Internamento Provisório, Centro de Internamento São Lucas.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 170.

¹⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP:EDUSC, 1999, pp.39-50.

contrário, a atualidade do tema e de seus desdobramentos aguçou nosso olhar sobre o passado, apesar do distanciamento temporal.

Apesar de o recorte temporal ser de um período de 12 anos (1918-1930), indícios apontam que o tema menoridade foi debatido em várias esferas da sociedade antes e depois do período supracitado, como demonstra a importância do tema na historiografia. Infância, juventude e menoridade são temas relevantes para a História do Tempo Presente, pois há semelhanças e singularidades (bem como também há diferenças, rupturas e continuidades) entre o período pesquisado e a atualidade. Parafraseamos Henry Rousso para endossar a tese de que o historiador investiga a “partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos”¹⁶.

Concordamos com a afirmação acima, pois o envolvimento entre objeto de pesquisa e pesquisador vem sendo trilhado desde os tempos da graduação em História (UFSC), tendo como temática o Núcleo Colonial Anitápolis. A monografia trabalhou os dez primeiros anos deste núcleo colonial (1907-1917), sendo um desdobramento da pesquisa feita como bolsista para o Laboratório de Imigração e Migração (LABIMI/UFSC), sob coordenação do professor João Klug. Ao fazermos contato com a documentação existente, percebemos a importância do Patronato Agrícola de Anitápolis, e seus desdobramentos para a historiografia, pois ao nosso olhar, não havia até o momento nenhuma pesquisa desta magnitude sobre este tema.

Os patronatos agrícolas no Brasil não têm sido objeto de muitas pesquisas no campo pedagógico e historiográfico. O Patronato Agrícola de Anitápolis é praticamente desconhecido da historiografia catarinense, sendo que os poucos trabalhos que evidenciam esta temática contextualizam mais o aspecto político do Núcleo Colonial Anitápolis e suas relações a partir da forma “tradicional” da abordagem historiográfica¹⁷.

¹⁶ AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201–216, jan./ jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608> Acesso em: 06 fev. 2012.

¹⁷ MOTTA, Tânia M. P. de Oliveira. **Resgate da Cultura no Município de Anitápolis**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Angelina: Universidade do Vale do Itajaí, 2003. ROECKER, Gilmar. **A Inserção do Patronato Agrícola “Anitápolis” no Cenário Nacional (1918 - 1931)**. Monografia (Graduação em História). Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2003. ROSA FILHO,

Outros estudos¹⁸, entre os quais saliento a obra “Formar Cidadãos Úteis”, de Milton Ramon Pires de Oliveira, publicado em 2003, mostram uma preocupação diferente, apresentando objetivos e considerações a partir de um novo olhar voltado para a situação e atuação das classes populares e das formas que o Estado implementava políticas públicas para a minoridade, possibilitou reflexões históricas ao encontro das quais esta pesquisa busca ir.

Em relação às fontes, há variada documentação no Arquivo da cidade de Anitápolis, localizado na Biblioteca Pública Municipal; trata-se de ofícios, mensagens, relatórios e informativos vinculados ao Patronato Agrícola, ao Núcleo Colonial, entre os anos de 1918 a 1930. Embora estejam sob a guarda deste arquivo, convém chamar a atenção para o fato de que todo o material se encontra em situação precária. O manuseio dessa documentação exigiu extremo cuidado, pois os documentos receberam tratamento com um produto altamente tóxico, utilizado para eliminar traças, chamado pó de gafanhoto¹⁹. Documentos relatando importantes acontecimentos referentes ao Patronato e ao Núcleo Colonial também estão ali disponíveis, acessíveis a partir do contato com as funcionárias da Biblioteca Pública Municipal.

O Arquivo Público de Santa Catarina, localizado em Florianópolis, possui em seu acervo ofícios e correspondências trocadas entre a Secretaria Geral dos Negócios e o Governador de Estado (1918-1930) que tratam de diversos temas, alguns de interesse para a pesquisa, como migrações, melhorias nas estradas, lotes de terra, povoamento, índios, polícia e o Patronato Agrícola de Anitápolis.

A Biblioteca Pública de Santa Catarina, também localizada em Florianópolis, dispõe de periódicos e jornais da capital e região, como *A Comarca* (Palhoça), no qual foram pesquisados os anos de 1917 e 1918, e *O Estado* (Florianópolis), no qual pesquisamos os anos de 1918 a 1930. A pesquisa realizada nestes periódicos serviu

Otacílio da. **Subsídios para a História de Anitápolis**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

¹⁸ Entre várias obras cito: BULCÃO, Ana Lúcia E., **Meninos maiores**: o conflito da minoridade e maioria no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de imputabilidade. Dissertação de Mestrado em História, Assis: UNESP, 1996.

¹⁹ Conhecido também como o agrotóxico *BHC* (Benzeno Hexa Clorado), este inseticida poderoso foi usado sobre a documentação na década de 1980, com a finalidade de conservação do mesmo, conforme afirmação de antiga funcionária da prefeitura de Anitápolis.

para o preenchimento de prováveis lacunas deixadas pela documentação oficial, bem como para realizar um contraponto a estas mesmas fontes.

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) encontram-se documentos referentes a inquéritos policiais, mendigos, cortiços e estalagens, principalmente ofícios, decretos e leis do então prefeito Pereira Passos (1902 - 1906), que colocou em prática leis severas e a instauração de processos de contravenção²⁰ através dos atos policiais.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, foi encontrado um rico e variado universo documental (fundos/coleções) para o assunto em questão, principalmente sobre os temas menoridade e polícia. O Arquivo Nacional também publicou obras que destacamos para este projeto, como os livros de Adriana de Resende B. Vianna²¹ e de Marcos Luís Bretas²².

Os Relatórios dos Governadores de Santa Catarina, disponíveis on-line, também contam com amplo material no qual pôde ser analisada sua relação com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), ao qual o Patronato Agrícola de Anitápolis estava vinculado²³. Estes documentos foram os mais utilizados, juntamente com a documentação do Arquivo Nacional e do Arquivo Municipal de Anitápolis. O restante da documentação serviu de suporte para alicerçar a narrativa.

Obras que analisam em perspectivas variadas o cenário político e social da nação na Primeira República²⁴ contribuíram para a melhor compreensão da *menoridade* no período e da vinda de crianças e jovens para os Patronatos Agrícolas instalados no Sul e Sudeste do país.

Em relação aos referenciais teóricos, trabalharemos com o conceito de civilização de Norbert Elias²⁵. A obra “O processo civilizador” e o capítulo “A civilização como transformação do comportamento humano” demonstram que

²⁰ O Código Penal de 1890 define contravenção no art. 8º: “é o fato voluntário punível, que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das leis e dos regulamentos”.

²¹ VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha**: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

²² BRETAS, Marcos Luís. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²³ Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do *Center for Research Libraries e Latin American Microform Project*, Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>>, Acesso em: 08 fev. 2009.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

²⁵ As obras que usaremos deste autor serão: **O processo civilizador**. Vol. 1 (Uma História dos Costumes); **Os estabelecidos e os outsiders** e **A sociedade dos indivíduos**.

atualmente, o círculo de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, à censura e pressão da vida social que lhes modela os hábitos são tão fortes, que os jovens tem apenas uma alternativa: submeter-se ao padrão de comportamento exigido pela sociedade, ou ser excluído da vida num “ambiente decente”. A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como “doente”, “anormal”, “criminoso”, ou simplesmente “insuportável”, do ponto de vista psicológico, os termos “doente”, “anormal”, “criminoso” e “insuportável” não tem, dentro de certos limites, outro significado. O modo como são compreendidos varia de acordo com os modelos historicamente mutáveis da formação de afetos²⁶.

As crianças e os jovens inseridos nos Patronatos Agrícolas deveriam ser transformados, pois estas instituições eram ambientes decentes que, pela ótica (e pressão) da sociedade vigente, tinham o diferencial para transformar o marginalizado em futuro trabalhador.

Ao lidar com assuntos como correção e punição, a leitura de Michel Foucault e sua obra “Vigiar e Punir”²⁷ é extremamente importante. O autor foi precursor nesta análise, e seu olhar nos trouxe uma série de questionamentos até então desconhecidos pelos historiadores das mais variadas vertentes²⁸. A discussão entre o poder disciplinar localizado nas instituições nos mostra que o discurso entre o poder e o saber é feito para tornar os sujeitos (e seus corpos) domesticáveis.

Outro trabalho que investiga as práticas policiais para com indivíduos legalmente reconhecidos como *menores* é a obra “O mal que se adivinha”²⁹, de Adriana de R. B. Vianna. A autora ajuda a entender a noção de menoridade que o governo tinha a respeito da infância e juventude no Rio de Janeiro nas décadas de 10 e 20 do século XX.

Através da análise dos documentos – fichas, listas, ofícios e relatórios do Patronato Agrícola de Anitápolis – e das leituras, pudemos notar a presença dos menores como protagonistas no âmbito das sociabilidades vigentes na instituição, as relações de força entre eles próprios e, conseqüentemente, com os educadores que lá trabalhavam.

²⁶ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1 (Uma História dos Costumes), Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994, p. 146.

²⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

²⁸ Revista Educação – **Especial Foucault pensa Educação**. São Paulo: Editora Segmento, s/d; Revista Mente e Cérebro – **Especial Filosofia 6** (Foucault e Deleuze). São Paulo: Duetto Editorial, s/d.

²⁹ VIANNA, op. cit., 1999.

A pesquisa aqui realizada vincula-se ao eixo “espaços, tempos e instituições escolares”, o que não significa que autores que pesquisam outras abordagens não contribuam para essa investigação. Nesse sentido, sobre cultura escolar:

Os trabalhos que se debruçam sobre os sujeitos escolares (professores, alunos, diretores, inspetores, etc.) e suas ações conformadoras e instituidoras de culturas escolares têm crescentemente utilizado as categorias de gênero, classe, raça, geração, etnia, entre outras, como instrumental teórico-metodológico para entender as ações e os lugares ocupados por esses sujeitos nas teias que envolvem e fabricam as culturas escolares³⁰.

As experiências vividas, perceptíveis a partir de uma leitura atenta dos documentos oficiais, também mostram sutilmente a voz destas crianças e jovens, frente a todo um contexto no qual estavam inseridos³¹. Estes fragmentos do vivido nos permitem reconstruir parte destas experiências, valorizando a “combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo [dão] sentido a todas elas”³².

As táticas e as estratégias adotadas pelos sujeitos (*menores*) em relação à instituição (patronato) permitem, com base na ótica de Michel de Certeau³³, a compreensão destas sociabilidades; segundo ele, as estratégias são a manipulação e a operacionalização do poder e, por analogia, seriam as ações da instituição em relação aos internos. Em contrapartida, as táticas seriam a resistência e a apropriação (mediante leituras e interpretações próprias das regras impostas), os jovens agiam numa série de atitudes astuciosas (fugas, gazejar aulas, brigas, etc.).

A dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “A ação e a ótica do Estado sobre os menores”, apresentamos um cenário das posições do Estado brasileiro em relação às políticas públicas relativas à infância. Questões como minoridade e o termo *menor* foram analisadas a partir do Código Penal de 1890, bem como sua diferenciação do termo *criança*. Outras ações do Estado brasileiro sobre a minoridade, baseadas nos princípios da nova civilidade, que envolviam o dinamismo na ideologia do progresso, tanto nas cidades como no meio rural, também foram analisadas. Estes novos olhares resultaram em medidas

³⁰ GONÇALVES, Irlan A.; et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004, p. 152.

³¹ A autora Maria C. P. Cunha, na obra **O Espelho do Mundo**, se baseou em prontuários dos pacientes do Juquery para “ouvir” suas vozes até então desconhecidas pela historiografia.

³² LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 89

³³ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

higienizadoras quanto a uma parcela populacional, as camadas populares. Em seu interior, a população infanto-juvenil (pobre) foi objeto de intervenção do poder público, pois tinha uma “plasticidade natural”, e precisava ser regenerada. O olhar policial associado às práticas higienistas e suas condutas para com as ditas classes *perigosas* incluíam a delinquência juvenil nesta gama de sujeitos. A partir daí, identificamos as causas que fizeram crianças e jovens serem considerados delinquentes para os patronatos agrícolas, em especial, o de Anitápolis, no período entre 1918 a 1930. Para este capítulo, utilizamos como fontes, ofícios, fichas policiais, prontuários, regimentos, jornais, cartas dos pais e responsáveis, leis e decretos.

No segundo capítulo, denominado “O Patronato Agrícola de Anitápolis”, investigamos as práticas pedagógicas e sócio-administrativas vigentes na instituição e impostas pela pedagogia do progresso. Inicialmente rurais e agrícolas, por necessidade e também por conveniência, os patronatos destinavam-se a prestar assistência à infância desvalida das cidades. A relação do Patronato com o Núcleo Colonial de Anitápolis era extremamente particular, pois foi o único núcleo colonial a receber este tipo de estabelecimento em Santa Catarina. A organização do Patronato, recebendo esta menoridade advinda de outras regiões, implementou uma nova cultura e um novo saber ao lidar com a terra – tanto para estes jovens, como para os moradores locais. Através de educação, trabalho e disciplina, o corpo técnico-funcional fez com que o perfil destes jovens estivesse incluído no contexto educacional e correcional, posto em prática pelo ensino agrícola, cívico e militar. Utilizamos diferentes tipos de fontes como jornais, relatórios, ofícios, prontuários, regimentos, cartas.

No terceiro capítulo, intitulado “A ação e a ótica dos sujeitos: os menores e o Patronato”, pesquisamos as relações de sociabilidade existentes entre os internos no Patronato Agrícola e destes com o Núcleo Colonial. Também analisamos, a partir dos documentos produzidos pela administração do Núcleo, os revezes que os migrantes sofriam por conta das tensões cotidianas, causadas pelos desentendimentos entre as etnias, entre migrantes e indígenas, entre internos e o Patronato – enfim, as relações entre todos eram tênues e conflituosas. Impor a autoridade (pela direção do Núcleo e, mais tarde, pela direção do Patronato) era mais que uma necessidade. As relações entre o Patronato e seus educandos foram peça chave no desenvolvimento de sociabilidades (táticas e estratégias) com seu

meio circundante, pois deste modo, o corpo técnico-educacional teve como “filtrar” os alunos indesejáveis e separá-los dos bons alunos. Para este capítulo, utilizamos como fontes prontuários, regimentos, jornais, cartas, ofícios, relatórios.

A partir desta proposta, discutimos os acontecimentos e as experiências relativas aos internos do Patronato Agrícola de Anitápolis, refletindo sobre a inclusão desses jovens e suas relações com a própria instituição de educação e correção, enfatizando principalmente a análise das formas de participação das crianças e jovens na instituição e em sua interação com o núcleo colonial.

1- A AÇÃO E A ÓTICA DO ESTADO SOBRE OS MENORES

1.1 - OS MENORES

Na transição do século XIX para o século XX, novas concepções liberais foram introduzidas na sociedade brasileira, vislumbradas no panorama desafiador que o Brasil recém-republicano representava. Essas concepções eram priorizadas para que um processo dito civilizatório fosse iniciado na capital da República, o Rio de Janeiro, a maior e mais importante cidade brasileira desde a segunda metade do século XVIII, quando se tornou capital da Colônia¹.

Na medida em que o processo pós-abolição abria caminho para homens livres, tornando-os mais numerosos na sociedade brasileira, as elites entendiam que estes homens (pobres e analfabetos), não estavam habilitados a incorporar uma nova concepção de trabalho tanto nas cidades, quanto no campo, pois não possuíam a educação esperada para atuar como mão-de-obra apropriada. Parte desta população percebida como “atrasada” estava inserida em atividades ilegais; os registros policiais dão conta de diversos delitos envolvendo-os (embriaguez, vadiagem, jogo etc.), ameaçando a ordem pública e o bem-estar social que se buscava.

A intervenção estatal tinha a educação como um de seus pilares, um mecanismo de controle sobre os setores pobres da população. Intervenções propostas por juristas, médicos e políticos buscavam fazer frente aos problemas sociais vigentes aos quais a infância pobre estava exposta. Esses sujeitos proeminentes da sociedade percebiam-se como “intérpretes do desejo de modernidade”².

O anseio pela modernidade vislumbrado pelas elites era confrontado pela presença dos pobres nos cenários urbanos e rurais. A adequação dessa massa no mercado de trabalho tinha caráter de urgência, e a educação representava um mecanismo eficiente de intervenção.

¹ BULCÃO, Ana Lúcia E. **Meninos maiores**: o conflito da menoridade e maioridade no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 1992, p. 5.

² OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. “Ter destino conveniente”. Família, educação e infância sob o olhar dos agentes da lei no limiar da república brasileira. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais Eletrônicos**. Uberlândia: UFU, 2006. p. 873-881. Disponível em: < <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/75MiltonRamonPiresOliveira.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

Aos jovens era atribuído duplo valor: econômico e social, fosse como base principal do povoamento do país ou como futuro trabalhador, em todos os campos geradores de progresso. Nesse sentido, o Estado tinha interesse em sua educação e proteção. Segundo o discurso médico e pedagógico, se estabelecia uma conexão entre infância, nação e a ideologia estatal sobre assistência, o que justificava os mais diversos tipos de intervenções sobre a criança e a família.

As iniciativas para atender crianças e jovens em situação de carência, acrescidas de discursos sobre o problema da "menoridade", ganhavam cada vez mais espaço. O termo *criança* começava a ser insuficiente para expressar as várias implicações que permeavam a questão³. Para explorar o problema da menoridade, o termo precisava ser revisto. Até o século XIX, "menor" era usado para evidenciar criança ou jovem, no uso do seu limite etário. A partir de 1889, os termos menor e menoridade foram "utilizados pelos juristas na determinação de idade, como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos"⁴. *Menor* começava a se transformar em palavra comum, assim como *pivete*⁵, especialmente com a ajuda da imprensa. Sua definição era ambígua, podia indicar o limite de idade (pessoa com idade inferior a 18 anos) ou se referir à criança ou ao jovem em situação de desamparo ou delinquência.

Percebemos, no discurso da época, que havia consonância em relação ao menor. Os termos *criança* e *jovem* eram reservados aos considerados sadios, que tinham boa família⁶, formadora de cidadãos ativos e aptos para o desenvolvimento da nação⁷.

³ Philippe Ariès demonstra no terceiro capítulo (*A Família*) de sua obra *História social da criança e da família*, que, a partir do século XVI, começou a ser elaborado, por pedagogos, clérigos, filósofos e médicos de alguns países da Europa, um novo discurso sobre a criança. Este indivíduo deixa de ser um "mini-adulto" para ser percebido como um "ser em formação". Cf. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

⁴ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 130.

⁵ Pivete, palavra originária do castelhano *pebete* que significava erva para aromatizar; para Bulcão, este termo também passou a designar criança ladina com pretensões a adulto, criança larápia e companheira de ladrões. Cf. BULCÃO, op. cit., p. 18.

⁶ Entendemos como boa família, quanto à época aqui estudada, o núcleo composto pelo pai, mãe e filhos, sendo o pai chefe deste grupo e mantenedor do lar, e a mulher responsável pela formação moral e bem-estar da família.

⁷ Para Morelli, a conceituação de uma boa família também está de acordo com nosso pensamento. Assim, na época, afirma o autor, "foram se desenvolvendo várias práticas de orientação familiar (puericultura, educação, etc.) e de controle direto através do estabelecimento legal dos papéis sociais". Cf. MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade**. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis, 1996, p. 146.

Os temas criminalidade e menor foram incorporados ao debate sobre a situação da infância no vocabulário judicial da República; menor – e suas várias classificações, como abandonado, delinquente, desvalido, vicioso, etc. – passaram a constar nos pareceres dos juristas e relatos policiais, naturalmente incorporados à linguagem, para além do círculo jurídico⁸. A preocupação relativa ao menor visava inseri-lo no projeto de Brasil civilizado e moderno; seus delitos e suas ações deveriam ser remediados conforme sua idade⁹.

Os menores de rua, que perambulavam livremente, num misto de brincadeira e delito, que andavam aos bandos, pedindo ou cometendo pequenos furtos, roubavam para se alimentar, ou jogar, ou beber, eram considerados uma ameaça, “um mal que se adivinha”¹⁰, para os quais era preciso encontrar uma solução. Nos jornais, notícias sobre estes menores e seus feitos demonstravam o delicado limite entre a travessura e o delito. Eis um exemplo: “Foi preso hoje e recolhido ao xadrez da chefatura de polícia o menor Antonio Wanderley, conhecido desordeiro e que foi encontrado “beliscando” uma moça na Rua Conselheiro Mafra”¹¹. Destacava-se, portanto, na época, a necessidade de educar a massa pobre e seus filhos, muitos deles alocados nos centros das cidades, locais que não comportavam esses bolsões de pobreza.

O Código Penal criado em 1890 não contribuiu plenamente para melhorar a situação da criança; com respeito à sua responsabilidade penal, estabelecia em nove anos o limite mínimo da imputabilidade de agente do crime. O menor de 14 anos só devia ser punido quando “obrava com discernimento”¹², ou seja, se o acusado de alguma transgressão da lei possuísse condições de distinguir se sua ação era boa ou não. Entre as idades supracitadas, os menores deveriam ser

⁸ RIZZINI, Irene. O “recolhimento de crianças orphãs e expostas”. A Legislação no Brasil Império. In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995, p. 115.

⁹ No Código Penal de 1890, ficavam estabelecidas as fases da infância que marcavam o sujeito no ato da infração penal: os de idade inferior a 9 anos eram considerados inimputáveis; aqueles cujas idades estavam entre 9 e 14 anos eram recolhidos quando apresentavam discernimento; e os que estavam entre 14 e 21 anos, pelo fato de ainda não terem chegado à maioridade, eram beneficiados com atenuantes. Este código somente foi alterado com a lei 4242 de 05/01/1921, que prescreveu a inimputabilidade até 14 anos, processo especial para os que estavam na faixa entre 14 e 18 anos e manteve os atenuantes para os 18 a 21 anos. Ver: PASSETI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992, p. 148.

¹⁰ VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹¹ Jornal **O Estado** – Florianópolis, 21/12/1920, p. 2.

¹² LONDOÑO, op. cit., p. 132.

submetidos a um regime educativo e disciplinador em estabelecimentos industriais especiais.

A terminologia jurídica empregava termos, como a *imputabilidade*, quando se referia à responsabilidade, mesmo que o jovem apresentasse como desculpa para cometer o delito o desconhecimento da lei. Na teoria, a imputabilidade especificava “que o indivíduo deve conhecer a ilegalidade da ação querida ao cometê-la para ser julgado imputável, isto é, responsável pelo ato ilegal”¹³.

Diante da inexistência das citadas instituições industriais especiais, o “condenado” era enviado a cadeias comuns, permanecendo junto aos adultos, “situação que seria minorada apenas no final da primeira década do século XX, com os Institutos Disciplinares”¹⁴. Como aponta o ofício a seguir,

Foram transferidos para o Depósito de Presos, a disposição de V. Exa., os menores José Mathias Barbosa, João Nicolao Ferreira, Antonio Domingues de Oliveira e Euclides Rodrigues dos Santos, vulgo “Beijo de Barro”. Esses menores foram aqui interrogados, tendo-se verificado que vivem em completo abandono e já contam várias entradas em delegacias distritais e nesta inspetoria, como autores de pequenos furtos. Sendo assim, represento a V. Exa., sobre a conveniência de interná-los nas Colônias Correccionais¹⁵.

Podemos notar, no ofício acima, que os jovens infratores deveriam ser retidos em estabelecimentos próprios e somente na sua falta poderiam ser recolhidos nas casas de detenção comuns, com a ressalva de que deveriam permanecer separados dos adultos. Como locais apropriados não existiam, os menores permaneciam junto aos adultos. Após dez anos, a questão foi parcialmente resolvida no estado de São Paulo, com a implementação de um projeto para a criação de um Instituto Educacional Paulista¹⁶.

Apesar de a legislação citar os menores no Código Penal de 1890, foi somente em 1927, com o Código de Menores¹⁷, que os indivíduos abaixo de 18 anos passaram a receber um tratamento jurídico específico. O interstício de 1890 a

¹³ BULCÃO, op. cit., p. 32.

¹⁴ MORELLI, op. cit., p. 67.

¹⁵ No ofício endereçado ao Chefe de Polícia do Distrito Policial, pelo Inspetor Chefe da Inspetoria e de Segurança Pública do Distrito Policial, há uma ressalva escrita a punho, citando que os menores foram interrogados. Suspeitamos que esta prática era comum (e repetitiva) nos estabelecimentos penais e correccionais por onde os menores tivessem passagem. ARQUIVO NACIONAL – Fundo IJ6 (663): Série Justiça. Subsérie Polícia.

¹⁶ MORELLI, op. cit., p. 69.

¹⁷ O Decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927, consolidou as leis de Assistência e Proteção aos Menores, praticamente duplicando o Código de Menores, passando a contar com 231 artigos. O Decreto 5.083, de 1º de dezembro de 1926 era conhecido como Código Mello Mattos.

1927 trouxe à baila muitos estudos, debates, leis e nomes de personalidades que foram referência sobre a questão da infância, até a confecção e promulgação do Código de Menores. Citamos alguns atores que foram preponderantes, como o jurista Evaristo de Moraes, o senador Lopes Trovão e o doutor Moncorvo Filho¹⁸.

Entre os projetos que tratavam a criança sob esta nova abordagem dicotomizada, a abandonada e a delinquente, havia aqueles que durante as primeiras décadas do século XX desdobraram-se em inúmeras leis e decretos, como o Projeto Alcindo Guanabara, em 1906, e o Projeto João Chaves, em 1912, que tratam novamente da idade penal e da classificação de delitos. Esses projetos estabeleciam critérios de discernimento e reforçavam a educação através do trabalho como norteadora das atividades dos reformatórios e instituições congêneres. A partir de 1923, surge a figura do Juiz de Menores¹⁹; mesmo assim, o maior percentual de resoluções na lida de processos que envolviam a menoridade ainda cabia à logística desenvolvida entre o Judiciário (polícia e inspetoria) e a sociedade. Somente a partir de 1918, um novo componente entraria nesta dinâmica, para dar novo destino aos menores: o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).

As modificações introduzidas pela legislação de 1890 abrangiam indistintamente meninos e meninas. Nosso intuito é focar os rapazes como nosso objeto de estudo, pois era o grupo atendido pelos Patronatos Agrícolas instalados pelo país²⁰.

Os processos por contravenção²¹, vagabundagem, ofícios expedidos e tantos outros documentos produzidos pelos órgãos governamentais constituem rico material que nos permite observar como os menores eram vistos sob a ótica das autoridades no período pesquisado. Através da documentação, vislumbra-se a atuação de “saberes específicos”, em que “juristas, políticos e médicos produziram representações sobre a pobreza [tendo nas] instituições meios de intervenção direta

¹⁸ Para melhor ciência das leis, projetos e debates entre as diversas esferas públicas e da sociedade civil sobre a questão da infância. Cf. RIZZINI, op. cit., pp. 110-134.

¹⁹ O Dr. Mello Matos foi o primeiro Juiz de Menores do Brasil (e da América Latina), tendo proferido seu primeiro despacho em processo do dia 06 de março de 1924. Cf. RIZZINI, op. cit., p. 128.

²⁰ Verificamos em nossa pesquisa que a idade para ingresso aos patronatos era geralmente de nove anos, e sua saída deveria ser aos 16 anos, para continuar seus estudos em instituições que contemplavam o ensino complementar (fazendas modelo). Porém, como havia menos instituições de ensino complementar, o número de menores excedia as vagas oferecidas, e muitos deles ficavam em Anitápolis até os 18 anos.

²¹ O Código Penal de 1890 define contravenção no art. 8: “é o fato voluntário punível, que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das leis e dos regulamentos”.

e indireta sobre a situação”²². Alguns estudiosos da época, como o médico Raimundo Nina Rodrigues, defendiam o encarceramento dos menores²³, enquanto outros criticavam a adoção da idade de 14 anos como limite para a responsabilidade penal, como estabelecido pelo Código Criminal do Império²⁴.

Ao utilizarmos os jornais do período para preencher prováveis lacunas existentes na documentação “oficial”, exercitamos a busca de outra opinião acerca da temática da menoridade, diferenciada (ou não) da opinião dos especialistas sobre a questão do menor. Jornalistas relatam, nos seus artigos sobre o cotidiano e as sociabilidades, que muitas vezes os menores não são percebidos pelas autoridades estatais; era preciso ter interlocutores sobre as ações sociais, para que o Estado tomasse atitudes sobre determinado assunto que envolvia a coletividade ou parte dela:

A medida que a polícia deve fazer para a repressão da delinquência é a de entrar de acordo com a Inspetoria de Povoamento do Solo e remeter, como faz a polícia do Rio, os pequenos menores para o Patronato Agrícola de Anitápolis.

A medida de suma importância com que esses pequenos continuavam a vagar pelas nossas ruas se inevitavelmente, em crise transformasse em inúteis.

Pedimos que o ilustre Sr. Delegado de Polícia tome na delicadeza consideração este nosso pedido²⁵.

As pressões impostas pela imprensa e por outros setores da sociedade catarinense para solucionar o caso do menor e sua alocação, parecem ter surtido certo efeito, pois instituições como a Escola de Aprendizes de Marinheiros mantiveram menores como alunos, porém, não davam conta de tamanha demanda na disciplinarização da “infância desajustada”²⁶. Em 1926, a resposta da diretoria do serviço de povoamento à solicitação do governador Adolpho Konder para internação

²² OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 13.

²³ RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, s/d.

²⁴ Na lei de 1830 é instituído o “estabelecimento da responsabilidade penal para menores a partir de 14 anos (art. 10, #1), acrescentando que, “se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento deverão ser recolhidos às Casas de Correção pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezessete anos” (Lei de 16 de Dezembro de 1830, p. 144)”. RIZZINI, op. cit., p. 104.

²⁵ Jornal **O Estado** – Florianópolis, 28/01/1921, p. 2.

²⁶ Além da Escola de Aprendizes de Marinheiros, citamos também a Escola de Aprendizes Artífices como instituições para formação e disciplinarização de crianças e jovens pobres catarinenses. Cf. PEREIRA, Ivonete. A eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para (re)construir a pátria. In: AREND, Sílvia M. F. et al (Org.). **Infâncias brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009, pp. 60-61.

de menores catarinenses no Patronato Agrícola de Anitápolis informava que fica “a ali internar por solicitação do Srs. Juizes de Órfãos até dez menores desvalidos, de 10 a 15 anos de idade, uma vez que sejam preenchidas as formalidades do regulamento em vigor”²⁷.

A chamada delinquência juvenil era questão anterior à República, porém, foi com a mudança de regime político e também, devido à expansão urbana e à visibilidade dos problemas sociais nas cidades, que o assunto passou a receber maior atenção. A recuperação desta minoridade não era a preocupação imediata do poder público, e sim, sua captura e prisão, muito diferente dos discursos proferidos pelas autoridades.

1.2 - INTENÇÕES DO ESTADO PARA COM O MENOR

As transformações no país foram sentidas em diversas camadas da sociedade com o início do período republicano brasileiro. A maneira como o Estado procedeu sobre um contingente populacional que, até então, não recebia muita atenção dos poderes públicos teve seu “ineditismo”, primordialmente em decorrência da abolição da escravatura e da Proclamação da República. As questões sociais colocadas em pauta – mesmo que existissem desde os tempos da Colônia – evidenciaram a existência de uma categoria urbana constituída de pessoas marginalizadas, homens livres “preguiçosos”, pobres vivendo de biscates, entre tantos outros vagantes.

Esses sujeitos exigiram outras ações do Estado republicano, diferentes daquelas impostas pelo Império. As diferenças sociais se acentuaram no decorrer da Primeira República e demandaram, junto aos setores dominantes, um variado campo que se manifestou e concretizou em medidas para tentar promover, de cima para baixo, uma canalização ordenada dos fluxos sociais e econômicos, o que

²⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício enviado ao Governador de Santa Catarina, Sr. Adolpho Konder, pela Diretoria Geral do Serviço de Povoamento de Santa Catarina, Florianópolis, 02 de junho de 1926.

muitas vezes se traduziu por um desejo de controlar amplos segmentos da população²⁸.

Os primeiros governos republicanos não conseguiram promover a sustentabilidade social para toda a população, no entanto, as novas elites se empenharam em modificar a complexa realidade brasileira, em seu entender, com mazelas do colonialismo e da escravidão, tomando como referência modelos científicos europeus ou norte-americanos. Os intelectuais brasileiros eram influenciados pelas ideias europeias e contribuíram para que o Estado almejasse à civilização, afastando os sinais de atraso colonial ainda visível em todo país, levando a classe dominante brasileira a construir um ideário cuja conclusão era de que “a adoção de hábitos europeus simbolizava hábitos civilizados”²⁹.

Determinadas palavras eram usadas na época como elementos-chave de algo a ser almejado, uma espécie de prêmio ou redenção para a sociedade brasileira. Termos como “moderno”, “modernidade”, “modernismo” ou mesmo “modernização”, fazem alusão a categorias específicas e ocupavam amplo espaço no campo intelectual e governamental da época, constituindo-se como palavras de ordem significativas no início do período republicano, “chegando a ganhar um uso quase obrigatório no ambiente intelectual de então”³⁰.

A construção dessa nova civilidade (baseada nos princípios do liberalismo), desvinculada dos tempos do Império, precisava de intervenção no movimento de sua população: nos seus hábitos e costumes, nos seus modos de ser e de estar, na sua inserção no tempo e no espaço e, sobretudo, nos seus ciclos de nascimentos e mortes. Era “preciso constituir sujeitos cidadãos afinados com os símbolos daqueles novos tempos: a indústria, a cidade, o progresso, a tecnologia, a ciência”³¹.

Os primeiros passos da industrialização no país trouxeram modificações gradativas nos modos de produção na agricultura, culminando com a emergência de relações capitalistas no campo. Através do crescimento da agricultura mercantil,

²⁸ ARAÚJO, Hermetes R. **A invenção do litoral**. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, p. 12.

²⁹ BULCÃO, Ana Lúcia Eppinghaus. **Meninos maiores**. O conflito da menoridade e maioridade no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS/UFRJ, 1992, p. 26.

³⁰ SARDÁ, Juliana. **Na contra-mão da lei**. A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – CFH/UFSC, Florianópolis, 2005, p. 30.

³¹ MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 15.

tanto para a exportação como para o consumo interno, associado aos processos de urbanização e industrialização, o Sudeste transformou-se no principal eixo econômico do país³².

A ideologia do progresso estimulou o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, de outras grandes cidades brasileiras³³. Ao mesmo tempo em que se envaideciam do progresso, as cidades se transformavam, trazendo novas adaptações e saberes sobre o cenário urbano. Com a modernidade e a modernização, governos de diversos países europeus e, mais tarde, sul-americanos foram associando as novas concepções que esses processos evocavam nos séculos XIX e XX em seus modos de vida. A modernidade corresponde “a uma visão de mundo e pressupõe valores culturais inter-relacionados: secularização política e moral, fé na razão e na ciência, racionalidade empresarial”³⁴, enquanto a modernização “está intimamente relacionada ao conceito de modernidade, mas corresponde, especificamente, ao processo de evolução tecnológica”³⁵.

As cidades tiveram, na entrada do século XX, em geral, um impulso de crescimento, justificado por vários fatores: o forte afluxo de imigrantes, sobretudo na região sul-sudeste; o implemento industrial, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; as novas atribuições político-administrativas das capitais dos estados e das cidades portuárias. Os espaços geográficos são focalizados por contribuírem para o nosso objeto de estudo, evidenciando nas especificidades daquele tempo a própria questão da urbanização. Sem esquecer a particularidade que reveste cada cidade, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Florianópolis, cada uma com uma *coloração* própria, encontramos um processo de urbanização extremamente assemelhado em todas elas. A temática analisada (o Patronato Agrícola de Anitápolis) teve seu “início” nos espaços urbanos das cidades do Rio de Janeiro, de Florianópolis e da localidade de Anitápolis – a cidade e suas poucas transformações também constituem um tema dentro de outro maior, pois foi

³² FRAGOSO, João Luís, O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 184.

³³ A historiadora Ana Lúcia Bulcão relata em sua dissertação, que o Estado brasileiro, na busca da “civilização” fora influenciado pelo evolucionismo de Spencer, que concebe o progresso como uma necessidade, na elaboração da ideologia do progresso. BULCÃO, op. cit., p. 26.

³⁴ COSTA, Sandro da Silveira. Modernidade & Modernização: engodos anunciados. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, 2007, n. 15, pp. 184-198.

³⁵ *Ibidem*, p. 184.

na capital federal³⁶ que ocorreu o primeiro surto industrial do país, tendo sido o lugar onde as mudanças sociais engendradas pelo capitalismo foram mais notadas por conta da reorganização do mercado de trabalho.

O conceito republicano de trabalho tinha seus princípios reguladores e revestia-se de uma roupagem dignificadora e civilizadora; tido como o valor supremo de uma sociedade que se queria assentada na expropriação do trabalhador, que devia prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho³⁷. A construção de uma nova ideologia do trabalho carregava a valoração positiva e articulada aos conceitos de “ordem” e “progresso”, principalmente se os usos destas ideias fossem direcionados para o mundo infantil pobre.

A disponibilidade da mão de obra não qualificada excedia as possibilidades de emprego regular no espaço urbano (comerciário ou funcionalismo público). Muitos dos imigrantes europeus trazidos para o cultivo do café se transferiam para as cidades (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo) em busca de uma vida melhor, bem como muitos ex-escravos e populações camponesas do Nordeste, forçados pelas condições precárias de vida causadas pela seca.

Embora a abolição da escravidão em 1888 tenha substituído o trabalho servil pelo trabalho assalariado, as condições de trabalho e as tarefas desempenhadas pelos negros e mulatos nas cidades permaneceram quase inalteradas. Muitos trabalhavam como carregadores, lixeiros, vendedores ambulantes, executando “uma variedade de serviços domésticos e ocasionais, ou, na melhor das hipóteses, trabalhavam no cais do porto”³⁸.

Conforme aponta Sidney Chalhoub, para as elites brasileiras influenciadas pelo pensamento liberal burguês, a integração entre moralidade e trabalho era intrínseca, o que significava “incutir nos cidadãos o hábito do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade”³⁹. Este projeto, patrocinado pelo Estado e pelas elites, previa que os ociosos fossem conduzidos a colônias de trabalho, de

³⁶ O Rio de Janeiro foi capital do Brasil Colônia a partir de 1763, capital do Império Português na época das invasões de Napoleão, capital do Império do Brasil, e capital da República até a inauguração de Brasília, na década de 1960.

³⁷ SARDÁ, op. cit., p. 29.

³⁸ HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil - 1870 - 1930. Brasília: Ed. UnB, 1993, p. 108.

³⁹ CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 71.

preferência com atividades agrícolas, onde seriam internados com o objetivo de adquirir o hábito do trabalho⁴⁰.

A cultura política formulada pelas elites, desde os tempos coloniais, enfatizava a conciliação e a harmonia de classes, assentadas no respeito à hierarquia. O paternalismo⁴¹ e o clientelismo ligavam fortemente, de cima para baixo, os patrões aos menos favorecidos. Os membros das classes mais abastadas podiam prover empregos, caridade e proteção.

As reformas urbanas contribuíram também para o acirramento de problemas sociais, por agravarem o déficit habitacional. Assim, podemos perceber que todas essas causas são inseparáveis, uma vez que as mudanças ocorridas na estrutura política e econômica do país trouxeram à tona inúmeros problemas, como o aumento da delinquência juvenil nos centros urbanos.

O Rio de Janeiro foi a cidade que primeiro recebeu melhorias urbanas, a partir do terceiro quarto do século XIX. A iluminação pública surgiu em 1854, mesmo ano do telégrafo. Cabos submarinos ligavam o Norte ao Sul do país em 1873, e, no ano seguinte, o Brasil se conectava à Europa da mesma forma. Praças e jardins públicos receberam árvores e melhorias na década de 1860. As ruas principais da cidade foram pavimentadas em 1870, e ônibus e bondes circulavam sem grandes transtornos, tendo sido incorporados em 1856 e 1868, respectivamente. Esses melhoramentos no transporte estimularam o crescimento urbano, uma vez que possibilitaram a ocupação de novas áreas, por conta do crescimento demográfico.

Segundo June E. Hahner, em 1808, o Rio de Janeiro contava com 75 ruas, becos e praças, que, em 1870, totalizavam 563. A cidade se estendeu por mais de seis quilômetros para oeste e para o sul em 1872. Enquanto os subúrbios mais distantes seguiam a expansão da estrada de ferro para o oeste, as novas áreas da zona sul atraíam os ricos, deixando uma população considerável e menos abastada na região oeste do centro antigo⁴².

Casas lotadas e consideradas insalubres pelas autoridades faziam parte do cotidiano das classes populares. Moradias coletivas, sempre cheias e mal

⁴⁰ *Ibidem.*, p. 71.

⁴¹ Utilizamos a conceituação que Chalhoub usa para paternalismo: "A autoridade do patrão é enfatizada e considerada essencial para que o trabalhador se veja obrigado a desempenhar suas tarefas com a eficiência exigida, mas os possíveis excessos na autoridade patronal são dissimulados sob a forma de proteção, da orientação que o bom patrão devia a seus trabalhadores passivos e abnegados". Cf. CHALLOUB, op. cit., p. 73.

⁴² HAHNER, op. cit., pp. 27-29.

ventiladas, conhecidas como cortiços, eram os mais incisivos exemplos de habitação popular daquela época⁴³. Muitos cortiços e bairros operários se formavam no centro e arredores das cidades. Na visão da burguesia local, esse ajuntamento de recém-libertos, mendigos, desocupados, vagabundos e pivetes poderia ser ruim para a manutenção da *ordem e do bem-estar social*.

A realidade da capital catarinense no período em questão não era diferente. Os pobres residiam em casas térreas ou em habitações coletivas “desprovidas da chamada infraestrutura urbana básica, ou seja, água encanada, luz elétrica e de um sistema de esgoto”⁴⁴. As instalações sanitárias ficavam afastadas, eram as chamadas “casinhas”⁴⁵. Assim, as mudanças em Florianópolis também tinham o objetivo de remodelar e disciplinar os espaços e usos da cidade, principalmente nas áreas centrais, a partir dos preceitos da modernidade. As alterações foram diversas, desde arquitetura e contornos viários até as obras sanitárias e administrativas; a total reforma do Palácio do Governo, em 1895, assim como a mudança do nome da cidade, ocorrida em 1894, tiveram influências da dita “modernidade”.

Mesmo com todas essas mudanças, ainda faltava implementar “medidas higiênicas, de embelezamento e de progresso”⁴⁶. A realocação de habitantes da área central trazia à tona uma série de conflitos e divergências na paisagem urbana da cidade, indicando novos hábitos e posturas que, vagarosamente, alteraram o panorama socioeconômico⁴⁷. Além da questão habitacional, os problemas sanitários resultavam em doenças e epidemias, que se alastravam rapidamente por todo o país.

A partir de 1880, o nome *estalagem* também foi usado para denominar os cortiços, um eufemismo empregado pelas autoridades. Os cortiços iniciavam como pequenos prédios de diferentes proprietários e construídos ao longo de vários anos. Muitas dessas construções eram agrupadas à volta de um pátio interno, que era de

⁴³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. No primeiro capítulo do livro, o autor faz referência aos cortiços da cidade do Rio de Janeiro, analisando a concepção do discurso modernizador e higienista no início da República com a demolição dos cortiços e o início da “favelização” na cidade.

⁴⁴ AREND, Sílvia M. Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 88.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 88.

⁴⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 33.

⁴⁷ Como expõe o historiador Hermetes Araújo nos capítulos *A Civilização das condutas* e *A Racionalidade segregatória*, todas as operações e as práticas eram consideradas saneadoras e civilizatórias, serviam para remodelar a capital catarinense, no final do século XIX e início do século XX. In: ARAÚJO, op. cit., pp. 37- 60.

uso comum, contendo latrinas e torneiras de água, bem como tinas e espaço para as mulheres lavarem e secarem as roupas. Com o tempo e a necessidade, o pátio ia sendo preenchido com novos quartos, reduzindo-se cada vez mais a luz, o ar e o espaço disponíveis. As melhores moradias contavam com uma sala, um quarto e cozinha, enquanto as piores não passavam de um quarto pequeno e sufocante, abrigando às vezes uma dúzia de pessoas⁴⁸.

A capital federal apresentou um aumento populacional decorrente das migrações e da imigração, possibilitando a formação de um mercado de trabalho, permitindo o primeiro surto industrial do país, impulsionado pelos capitais oriundos do café ou liberados com o fim da escravidão, proporcionando um mercado de consumo de proporções razoáveis e trazendo incrementos como a energia a vapor, que veio substituir antigas fabriquetas movidas pela força hidráulica⁴⁹.

Apesar de o aumento populacional e a atividade industrial resultarem em algumas melhorias estruturais da cidade, as atividades e demandas administrativas e comerciais não acompanharam o ritmo acelerado e desordenado dessas mudanças. A contraposição entre o centro do Rio de Janeiro (com suas mudanças socioeconômicas) e a cidade pobre da periferia (incluindo os morros das áreas centrais e a expansão desta classe para o lado oeste) foi um traço da capital brasileira na Primeira República⁵⁰. Os contrapontos dessas duas cidades numa só reforçaram a ambiguidade nos discursos de civilidade, nem sempre percebida à primeira vista pelo povo, mas sim pelos olhares mais críticos – a imprensa fazia este papel com editoriais, charges e opiniões.

A maior parte dos habitantes pobres vivia com pouquíssima atenção do poder público, entregue à iniciativa de alguns segmentos da sociedade. Os problemas sociais se especificam no interior do processo de aprofundamento da divisão social do trabalho entre as elites e os grupos operários, a cidade se oferece como campo novo de luta a ser enfrentada tanto pela burguesia em busca de sua hegemonia industrial, como pelo proletariado que busca se constituir como classe.

A necessidade de o Brasil apresentar melhorias significativas marcava sua entrada na *Belle Époque*. O país precisaria promover uma ampla reforma e remodelamento urbano, melhorando, sobretudo, suas condições de saúde e

⁴⁸ HAHNER, op. cit., p. 38.

⁴⁹ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 161.

⁵⁰ MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 43.

higiene⁵¹. O projeto de modernização consistiu em várias ações que visavam enquadrar o país dentro do modelo urbano europeu, dentre as quais podemos destacar a substituição dos cortiços, de características minúsculas e fétidas, por habitações amplas e limpas, visando à implementação de grandes avenidas e novas praças públicas⁵².

Apesar de as reformas terem sido iniciadas ainda no Império, a nova classe política republicana fazia questão de ter seus discursos vinculados à modernidade, que lhes dava base para futuros projetos. Por meio desse discurso modernizador o sistema oligárquico – base política da Primeira República – controlou parte da economia do país. As alianças entre políticos paulistas e mineiros fizeram da presidência do Brasil um cargo revezado pelos dois estados durante a maior parte da “República Velha”⁵³.

A extensão das cidades e o aumento do número de seus habitantes (muitos advindos do meio rural), geraram uma série de “novos” problemas: subsistência, abastecimento, circulação, alojamento, administração e ordem pública, para os quais o governo foi obrigado a procurar soluções. Os flagelos sociais acompanharam o crescimento das cidades, como em uma simbiose, expondo mazelas como a criminalidade, prostituição e a delinquência⁵⁴.

Independentemente do governo (federal, estadual ou municipal), um dos chamados problemas sociais era o material humano que não *colaborava*, pessoas que não tinham habilidades em algum tipo de mão de obra mais específica: os negros vagantes nos grandes centros urbanos (pós-escravidão), os empobrecidos e todos aqueles que não se enquadravam na ideologia do trabalho, reforçada pelos discursos estabelecidos (da burguesia e muita vezes amparada pelo Estado) para a época, por exemplo.

⁵¹ Entre várias obras sobre o modelo higienista e eugênico imposto para o período, cito: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987; CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil - 1870 - 1930. Brasília: Ed. UnB, 1993; MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Ed. Unicamp, 1994; MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

⁵² MENEZES, op. cit., p. 33.

⁵³ FAUSTO, op. cit., pp. 148-149.

⁵⁴ Incorporamos a ideia de René Rémond para a realidade brasileira: os flagelos sociais são a insuficiência de alojamentos para imigrantes, o desemprego, a promiscuidade nos porões e nas favelas, constituindo a condição das classes trabalhadoras, que, aos olhos dos notáveis, são também classes pobres. Cf.: RÉMOND, René. **O século XIX**, 1815 - 1914. São Paulo: Cutrix, 1997, p. 146.

A configuração que o Estado brasileiro veio a ter no decorrer do último quarto do século XIX e início do século XX, e as atribuições que lhes foram incorporadas, estiveram intimamente associadas a uma mudança do espaço da cidade, dos seus habitantes e dos seus problemas, construída a partir de um olhar amparado nos pressupostos médico e jurídico, amparados pela elite e por sua classe política.

A produção de um saber médico sobre as cidades e seus habitantes e a problematização do governo sobre a população e o espaço urbano “marcaram fortemente as novas mediações que deram objetividade a uma nova ‘forma Estado’ e a uma ‘forma população’”⁵⁵. A transformação do espaço da cidade em laboratório fez o saber eugênico formular novos problemas para o exercício do governo, problemas que apontavam para as medidas higienizadoras como a principal forma de intervir e estabelecer mecanismos que, efetivamente, controlassem as condutas dos seus moradores⁵⁶.

Como afirmamos anteriormente, a população pobre, muitas vezes considerada classe perigosa⁵⁷ na visão das elites, era um inconveniente para a sociedade, e convinha, de alguma forma, se livrar desta mão de obra ociosa que ficava nas esquinas do centro velho do Rio de Janeiro esperando trabalhos temporários nas docas e na zona do porto. Uma das saídas encontradas, além de classificar os velhos desocupados, pedintes e mendigos como foras da lei, foi transportá-los para zonas geográficas que precisassem ser colonizadas; essa “reordenação de localidade” transformava-os nos trabalhadores dos quais o Brasil tanto *carecia*. Essa reordenação estratégica parecia contradizer as estatísticas da época, pois 70% da população vivia no meio rural.

As conexões entre lideranças empresariais, políticas e médicas tinham voz conjunta em torno dos ideais eugênicos⁵⁸. A abolição e o republicanismo abriram caminho para a configuração de um mercado de trabalho praticamente livre, no qual os trabalhadores eram juridicamente livres e teoricamente dotados de mobilidade. Isto exigiu que o Estado voltasse sua atenção para esta nova *clientela*, que fugia ao

⁵⁵ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828 – 1887). Dissertação (Mestrado em História). PUC/SP, 1990, p. 161.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 161.

⁵⁷ CHALLOUB, op. cit., p. 76.

⁵⁸ Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de “nascimentos desejáveis e controlados”. Ver: SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 60.

padrão de “normalidade”, imposto, gestado e difundido pela psiquiatria, pela criminologia, pelos aparelhos judiciários e pelos policiais⁵⁹.

Ao focalizar as camadas populares como um desses problemas, em seu interior, a população infanto-juvenil pobre deveria ser objeto de sua intervenção; respaldado pelas ciências, o poder público idealizou uma série de projetos destinados ao reajustamento destas crianças. O saber pedagógico – influenciado pelo saber eugênico introduzido nas instituições escolares e na constituição de uma cultura escolar⁶⁰ desde o final do século XIX – lançou outro olhar na conceituação da infância, até então pouco considerada pelas autoridades.

A infância como conceito⁶¹, tal como conhecemos atualmente, estava em processo de construção, porque os meninos eram considerados pequenos adultos⁶². A atenção à criança tinha uma justificativa plausível, pois aquele pequeno indivíduo teria uma “plasticidade natural”, suscetível à moldagem. Então, moldar a criança, ajustando-a aos ideais de uma sociedade “civilizada”, tornou-se um dos temas mais discutidos nas Assembleias das Câmaras Estaduais e do Congresso Federal, bem como do meio intelectual. Estudos na área da saúde começaram a dar conta destes infantes.

A pediatria e a puericultura existiam no Brasil desde o século XIX, entretanto, somente no século XX adquiriram cunho científico e tornaram-se especialidades

⁵⁹ O historiador Erivan Karvat retrata que “loucos, prostitutas, ébrios, jogadores, gatunos, menores, vadios e mendigos entre outros desviantes, responsáveis pela linha de frente dos comportamentos e práticas anti-sociais, seriam transformados em objetos de saber e, inevitavelmente, alvo de práticas de controle social associados a espaços próprios de reclusão e tratamento, caracterizando-se como objetos das chamadas *instituições disciplinares*” In: KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890 – 1933.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 4.

⁶⁰ Em nossa análise, notamos semelhanças com a conceituação de cultura escolar de Dominique Julia, em que a “cultura escolar é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. Cf. JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, pp. 9-43, 2001.

⁶¹ A infância e o conceito de infância são amplamente debatidos por diversos autores; usaremos as análises e os referenciais de Philippe Ariès, Norbert Elias e Neil Postman para este debate. O conceito de infância que conhecemos é uma invenção da transição dos séculos XVII para o XVIII (Ariès), com novos códigos de conduta, aumentando a distância entre a estrutura da personalidade e o comportamento de adultos e crianças (Elias). Pois a Infância é um artefato social, não uma categoria biológica (Postman). Cf. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981; ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** vol. 1 (Uma história dos costumes), Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994; POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro, Graphia, 1999.

⁶² BULCÃO, op. cit., p. 41.

médicas⁶³. A puericultura, ao elaborar uma representação da criança dentro do padrão de "normalidade", no qual a criança deveria ser rosada, gordinha e sorridente, criou seu contraponto, a representação da criança doente, ou seja, daquela que não se enquadrava nas características acima descritas⁶⁴, quando influenciada pela eugenia.

Na ordem desses discursos, crianças e jovens pobres passaram a ser sinônimo de "desassistidos" e/ou "pervertidos". Alguns discursos se concretizam em práticas, outros não, como a própria história das crianças demonstra, estas falas originaram leis que revelavam a oscilação entre a defesa de crianças e jovens pobres e a proteção da sociedade contra estes que se "tornavam" uma ameaça à "ordem e ao progresso" do país; de toda a forma, também deveriam ser protegidos e educados, uma vez que eram vistos como o futuro do país.

Ao vocabulário dos educadores fora incluída a palavra "regeneração", pois educar estava ligado a regenerar, nas mais diversas situações, principalmente nas que envolviam a criança pobre. Nesta perspectiva, os indivíduos, desde pequenos, deveriam ser educados de acordo com, no mínimo, duas medidas disciplinares: 1ª) a disciplina do tempo, marcando as diversas formas de fiscalização (tempo de acordar, brincar, estudar); 2ª) a disciplina trabalhista, atendendo ao projeto de construção de adultos que incorporassem os princípios da ideologia do trabalho, que passassem a considerar a atividade produtiva como fonte de dignidade, ou seja, desde cedo, "o corpo deveria ser 'domesticado' para desempenhar atividades que formassem nas crianças e adolescentes o gosto pelo trabalho"⁶⁵.

O projeto de um Brasil moderno abrangia a valorização do trabalho urbano e agrícola, direcionando práticas deste projeto com iniciativas que incorporavam a parcela de menores de rua e delinquentes juvenis que se formavam nos grandes centros urbanos. Uma dessas iniciativas foi a criação de instituições disciplinares como as colônias correccionais⁶⁶, nas quais essa parcela da população dispersa pelas cidades ficava alocada.

⁶³ PEREIRA, op. cit., p. 53

⁶⁴ Ibidem, p. 53.

⁶⁵ SILVA, Ana Márcia. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. **Cadernos CEDES**. Ano XIX, n, 48, Ago. 1999, p. 22.

⁶⁶ Para Morelli, as colônias correccionais recebiam menores de 14 a 21 anos. Em nossas pesquisas verificamos que a faixa etária difere da afirmação do pesquisador. O termo "colônia" para o período é sinônimo de rural, nos baseamos nesta comparação para crermos que a citação de Morelli seja para instituições como o Patronato Agrícola de Anitápolis, que recebia menores com idades inferiores a 14 anos. Cf. MORELLI, op. cit., p. 70.

Contribuiu para isso igualmente o *ruralismo*⁶⁷, um dos marcos do processo de construção de uma sociedade civil no país, numa condução ideológica que se costuma chamar modernização conservadora. Segundo Sonia Regina Mendonça, há três postulados do ruralismo, na defesa da vocação agrícola do Brasil:

a) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo, b) a necessidade da diversificação agrícola do país e c) a demanda pela reatualização das formas de mobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, constituindo o que se chamaria, à época, de uma nova civilização agrícola⁶⁸.

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), criada em 1897, no turbulento período de consolidação do novo regime, foi uma das instituições civis que iniciaram a reatualização das formas de mobilização da mão de obra junto à grande lavoura, imbricando futuras preocupações e medidas a serem tomadas em nome dos diversos interesses agrários dessa instituição.

Novas metodologias aplicadas pelo aprender, vendo ou fazendo, tornavam-se critério dessa moderna pedagogia, geradora de uma nova tecnologia agrícola que precisava ser dominada e difundida em prol da diversificação da agricultura. Através da pressão da SNA, foi criado, em 1909, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)⁶⁹. Por sua influência, o governo mudou a forma de arremeter a mão de obra de que o campo precisava, *colonizando e educando* os nacionais, englobados por esta *denominação*: “os libertos e seus descendentes, assim como os sertanejos e caipiras”⁷⁰, que passaram a ser considerados como uma alternativa ao imigrantismo⁷¹.

A criação do MAIC representou a participação do Estado como veículo difusor de um discurso científico sustentado nas ciências agrícolas. Sendo assim, “este ministério adotou as ideias positivistas, da utilização da ciência aplicada, como uma

⁶⁷ Conforme Sonia Regina Mendonça: “movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil – tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política – bem como aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram”. Cf. MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 10.

⁶⁸ MENDONÇA, Sônia Regina. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Mundo Agrario. **Revista de estudios rurales**. n. 1; segundo semestre de 2000. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata, p. 3.

⁶⁹ Inicialmente com o nome Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. In: MENDONÇA, 1997, p. 123.

⁷⁰ Ibidem, p. 87.

⁷¹ O imigrante, ou colono estrangeiro, estava subordinado às autoridades governamentais que, num nível mais imediato, eram os administradores das colônias, e não possuía direito à cidadania. Ver: SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

das formas de se superar os problemas por que atravessava a agricultura brasileira”⁷². Um dos projetos criados por este ministério era destinado aos filhos dos agricultores, jovens entre 14 a 18 anos: os *aprendizados agrícolas*⁷³. Eram cursos de formação técnica rural, nos quais os jovens recebiam o ensino primário num regime de internato, durante dois anos. De 1911 a 1928, foram matriculados entre 150 e 250 menores, distribuídos por unidades distintas da federação⁷⁴. Em Santa Catarina, no município de Tubarão, foi criado um aprendizado agrícola em 1911⁷⁵.

Quanto à juventude “desviante”, urbana e ociosa, considerada inconveniente para a sociedade, uma das saídas era seu envio para zonas que precisavam ser colonizadas, para que lá trabalhassem em Patronatos Agrícolas. Criados em 1918⁷⁶ pelo MAIC, atendiam em especial indivíduos que fugiam aos *códigos informais* da ordem vigente, considerados menores de rua e delinquentes juvenis⁷⁷.

O governo utilizou-se da tutela como mecanismo de poder. Modalidade de relação entre agentes ou grupos, o fenômeno da tutela tem como fundamento a contraposição entre uma incorporação plena e uma incorporação deficitária de determinados códigos de conduta, os quais são definidos por referência ao grupo social que ocupa a posição dominante na relação tutelar⁷⁸. A tutela funciona “como mecanismo de controle sobre um conjunto de indivíduos potencialmente perigosos em razão de seus comportamentos desviantes”⁷⁹.

Nesse sentido, a criança era entendida como produto final e introduzi-la num padrão de normalidade era regra. Os “desassistidos” e os “pervertidos” (ambos pobres) deveriam ser regenerados pela educação e, conseqüentemente, pelo trabalho. O menor entrava em cena, sinônimo de delinquente; sua condição social e

⁷² NERY, Marco A. A. Melo. **Pelos caminhos de Deméter**: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910 – 1947). Tese (Doutorado em Educação). UFBA, Salvador, 2010, p. 55.

⁷³ BRASIL. Decreto N. 8.319, 20 de outubro de 1910. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 dez. 2011.

⁷⁴ MENDONÇA, 1997, op. cit., p. 165.

⁷⁵ BRASIL. DECRETO N. 8.872, 02 de agosto de 1911; apud: NERY, op. cit., p. 120.

⁷⁶ O Decreto nº 12.893 de 28/02/1918, criou os Patronatos Agrícolas em São Paulo (Monção), Minas Gerais (Visconde de Mauá, Venceslau Brás, Casa dos Otoni e Delfim Moreira) e Santa Catarina (Anitápolis). In: BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (RMAIC), 1919.

⁷⁷ A atual nomenclatura faz referência às “crianças e jovens em situações de risco ou crianças e adolescentes em conflito com a lei”. Preferimos preservar a nomenclatura da época.

⁷⁸ RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar as políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, julho de 2003, p. 32.

⁷⁹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero: CNPq, 1988; apud. RAMOS, op. cit., p. 32.

suas atitudes eram amplamente discutidas perante a lei, entendendo-se que colocá-los em instituições disciplinares ou colônias correcionais era a forma mais “apropriada”. A menoridade tinha então como destino instituições de correção e educação, mantidas pelo MAIC, em zonas rurais onde o imigrantismo estava em declínio.

1.3 - O OLHAR POLICIAL: PROCESSO DE CAPTURA E ARREGIMENTAÇÃO DA FUTURA MÃO DE OBRA

De acordo com as elites e seus representantes, o Estado necessitava tomar atitudes concernentes ao tecido social no qual as tensões se acumulavam. Havia necessidade de estruturação da justiça sob parâmetros científicos que pudessem dar conta dos desvios e evitar os crimes em todas as suas nuances, fornecendo a compreensão dos meios para combatê-los. Neste leque de prioridades, parâmetros e transformações, o menor, como elemento no limiar entre a fase adulta e a fase infantil, precisava ser conduzido e/ou tutelado para o seu próprio “bem”.

O aparelhamento e a tecnificação da polícia significavam torná-la eficaz no combate aos comportamentos considerados nocivos e perigosos, capacitando-a a eliminar as *pragas* e os *dejetos sociais* que ameaçavam a ordem e antepunham obstáculos ao processo civilizatório, danificando a imagem da capital federal (Rio de Janeiro) aos olhos do estrangeiro e do restante do país. A atividade policial, nesse contexto, adquiriu uma importância crescente. Era através da polícia que uma rede de agenciamentos, visando à manutenção da ordem pública e ao controle de possíveis focos de tensão política, começava a se configurar. Do seu ponto de vista, a modernização representou o profissionalismo das instituições policiais, fosse na definição do caráter repressivo, fosse na explicitação de sua caracterização ideológica. Uma polícia científica, com capacidade de estabelecer o que fosse *normal* ou *desviante*, era resultado dos avanços nas técnicas de identificação e também do acesso de médicos-legistas aos tribunais, claro exemplo da influência dos eugenistas, da repercussão dos pressupostos da Antropologia Criminal, nesta instituição⁸⁰.

⁸⁰ A questão policial neste período é debatida por Bretas. O autor expõe que a montagem de uma polícia profissional ideologicamente sustentada pelo cientificismo da época faz parecer possível a

O olhar policial, através do exercício cotidiano de sua função, definia quem se encontrava na condição marginal, sendo a rua o seu grande tribunal⁸¹. Ao constituir as relações entre o agente repressivo do Estado e a população pobre, através de códigos informais que sobrevivem à existência de todo processo formal de ação, a sociedade construiu sua cidadania em dois níveis distintos. Assim, percebe-se o ônus de se permanecer na informalidade através da história de punições e violências por parte da polícia; “ao mesmo tempo, os códigos formais simplesmente excluem da cidadania uma parte significativa da população”⁸². Além da violência e da repressão policial, o recrutamento nas Forças Armadas servia como outro método de controle social e punição. Todas as elites governamentais concordavam com o tratamento dispensado ao pobre urbano e a necessidade de “conservá-lo em seu lugar”⁸³.

O discurso policial e jurídico entendia como elementos causadores do abandono de crianças e jovens a desorganização familiar, a negligência e a incapacidade dos pais, causadores, em última análise, da criminalidade infantil. Essa concepção que atribui à família a tarefa de educar nos bons costumes pressupunha um lar tranquilo, onde houvesse exemplos de harmonia. Existem evidências de uma estreita ligação entre judiciário, polícia e instituições, como asilos, orfanatos e prisões, projetando no imaginário as normas reguladoras das relações sociais que deveriam ser acatadas pela maioria da população. Esse “acatamento”, talvez se devesse ao fato de a maioria da população ser analfabeta e, conseqüentemente, não conhecedora de seus direitos.

A polícia, no exercício do controle, incidia sua “baixa tolerância” sobre determinados segmentos da sociedade, mantinha imposições e normas sobre a população, que começava a internalizar aos poucos essas condutas impostas como

utilização da ciência a serviço do trabalho policial e a solução do problema do crime. Nomes como Lombroso, Ferri, Bertillon e Vucetich eram discutidos, e os projetos de reforma ou os estudos feitos com a mágica do método científico “acumulavam material para que em breve fossem solucionados os problemas sociais, exceto os patológicos”. Cf. BRETAS, Marcos Luís. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 37.

⁸¹ BOEIRA, Daniel A. Modernidade e criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina, 1918-1930). In: AREND, Silvia M. F. et al (Org.). **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009, p. 38.

⁸² BRETAS, op. cit., p. 115.

⁸³ HAHNER, op. cit., p. 51.

“normais” e “verdadeiras”. O mesmo se pode dizer dos entendimentos de abandono e decretação da perda do pátrio poder ou tutela sobre menores⁸⁴.

A imediata ação da polícia era o estratagema mais adotado, as prisões eram a forma mais eficaz, rápida e sucinta. O procedimento usado para os menores era praticamente igual ao adotado para os adultos. O menor acusado praticamente não falava, apenas informava seus dados pessoais, sobre os quais não havia averiguação⁸⁵. O discurso do agente policial que efetuava a prisão era praticamente igual em vários processos: “vagava pela rua em completa ociosidade, sabe da ciência própria que é vadio, não tem profissão nem arte ou fortuna própria, vive de pequenos furtos”⁸⁶. Ainda que a observação possa não ser exatamente fidedigna, pode-se supor que esses qualificativos tenham sido incorporados pelos supostos infratores, isto é, estes se viam muitas vezes, como as próprias autoridades os viam. Em alguns casos, as palavras eram modificadas ao adjetivar-se o vadio como ébrio, ladrão ou desordeiro.

O processo era rápido, pois uma vez instaurado, o menor acusado era imediatamente preso, recebia a *nota de culpa*, muitas vezes escrita pelo próprio delegado, que devia ser assinada pelo menor ou responsável (pai, mãe ou tutor). Em alguns casos, o acusado tinha 24 horas para sua defesa. A estes menores, o Estado provinha curadores, nomeados pela autoridade policial, uma vez que a lei garantia assistência jurídica.

As imagens a seguir mostram fichas dos boletins de informação, com dados dos menores a serem retidos nos arquivos datiloscópicos.

⁸⁴ Morelli atesta que, em muitos “casos de ‘abandono’, os processos não eram propriamente de abandono total; normalmente se recorria ao juiz (em muitos casos no interior) somente para a oficialização de uma situação vigente, ou seja, quando se abria o processo de pedido de tutela, o ‘menor’ em questão já vivia com o possível tutor.” Cf. MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 1996, p. 144.

⁸⁵ BULCÃO, op. cit., p. 77.

⁸⁶ Ibidem, p. 77.

Corpo de Investigações e Segurança Pública

Arquivos Dactyloscopicos	Boletim de Informação
--------------------------	-----------------------

Nome *Orlando Francisco de Souza*
 Idade *15 Anos*
 Nacionalidade *brasileira natural do C. Federal*
 Pai *Sebastião de Arruda*
 Mãe *Brasília da Conceição*
 Instrução *sim*
 Profissão *não*
 Estado civil *—*
 Cór *preta*
 Data da identificação, em *13 de 11* de *1919*
 Motivo *p. ser int. em uma excol. de Agricultura*
 Procedencia da ficha, _____
 Promptuario _____

I. D. Série _____
 Seção _____
 Em _____ de _____ de 19____
 O encarregado: _____

Figura 1 – Exemplo de registro geral do Corpo de Investigações e Segurança Pública do Distrito Federal, 1919 - Arquivo Nacional IJ6: Série Justiça, Subsérie Polícia.

INSPECTORIA DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA PÚBLICA

Nome *Alfredo Mendes Freyre*
 Idade *11* annos. Naturalidade *Brazil (C. General)*
 Pai *José Mendes Freyre* Mãe *Robertina de Jesus*
 Instrução *Nem* Profissão *—* Est. Civil *—* Res. *Coita Bastard L. Auxilio*
 Cor *Branca* Motivo *—* Data da identificação *—*
 Observações *Seguir P. Agrícola M. Agricultura*
Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1919.

O Inspector,

Firma da pessoa identificada, _____

Figura 2 - Cartão de identificação da Inspetoria de Investigações e Segurança Pública – Arquivo Nacional IJ6: Série Justiça, Subsérie Polícia. Transcrição: *Inspetoria de Investigação e Segurança Pública. Nome: Alfredo Mendes Freyre – Idade: 11 anos – Cor: Branca – Observações: Seguir P. Agrícola / M. Agricultura – Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1919.*

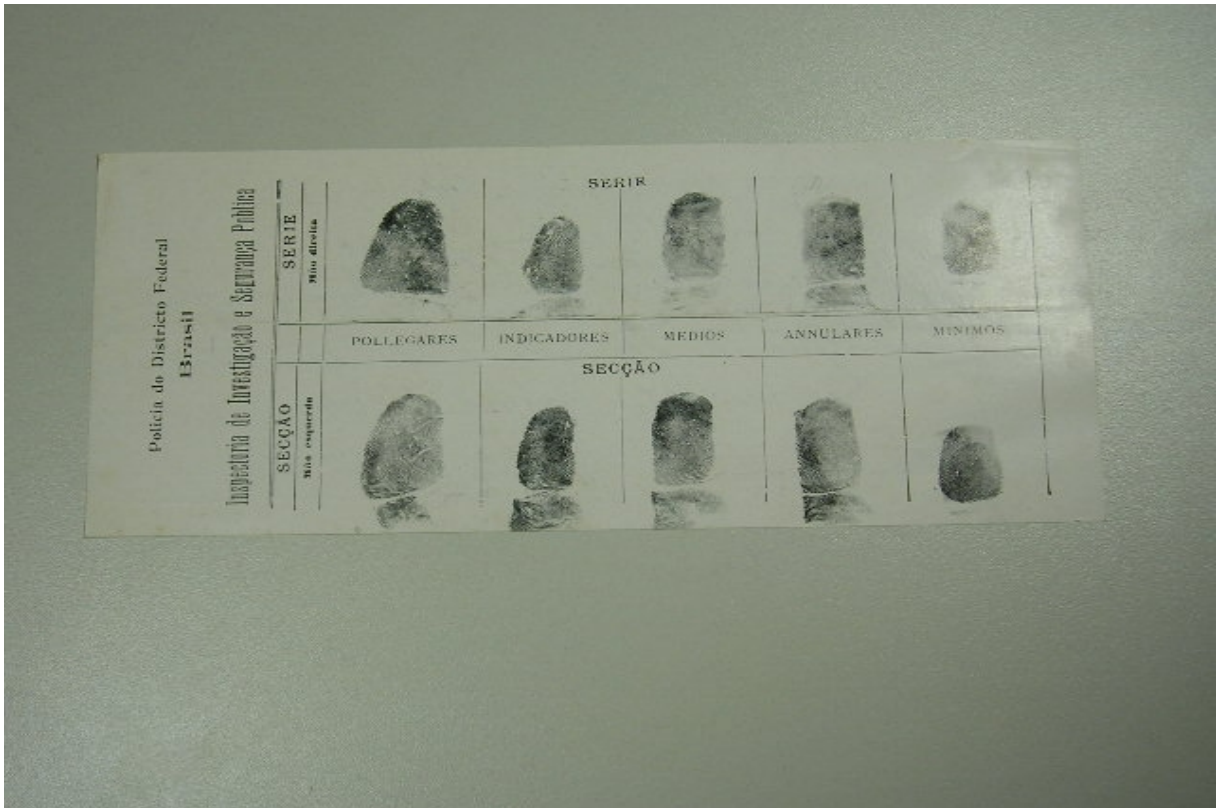


Figura 3 - Cartão de identificação da Inspetoria de Investigações e Segurança Pública – Arquivo Nacional IJ6: Série Justiça, Subsérie Polícia.

Muitas vezes, a polícia realizava capturas e coagia esses indivíduos a mudarem de cidade e até de estado da federação. A forma violenta na condução e detenção era relatada nos procedimentos policiais como a única forma “viável”. Eram vários os agentes do judiciário envolvidos no processo de captura, escolta e custódia dos menores até os patronatos, e também no interior destes, com diferentes funções: Delegado, Juiz de Direito e Diretor do Patronato, subordinado à Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, departamento subordinado ao MAIC.

O traslado dos menores para os patronatos se dava pelas mais diversas formas. O ingresso era feito pelos distritos policiais de diferentes maneiras: voluntariamente, o que ocorria em alguns casos; a mando dos pais, sem controle sobre os filhos; após captura nas ruas pelos guardas ou similares; via instituições penais (delegacias e prisões, por exemplo). O distrito policial era geralmente a primeira etapa da viagem até o patronato agrícola ou algum outro estabelecimento situado no Rio de Janeiro, como a Escola Premonitória Quinze de Novembro. O

destino do menor era definido quando iniciava a viagem. Eram divididos em grupos e reunidos por características significativas, como idade, cor, sinais e condições físicas – classificações feitas pelo então Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal ou pela própria Polícia do Distrito Federal.

O papel da polícia do Rio de Janeiro era fundamental, pois o que ela determinava nos procedimentos para o ingresso nos patronatos agrícolas “era respaldado por várias instituições, as quais aportavam algum suporte que viabilizava a intermediação que ela implementava”⁸⁷. Enquanto aguardavam o ingresso em algum patronato, os menores eram encaminhados para instituições como a Casa de Detenção do Distrito Federal, a Casa de Preservação do Patronato de Menores, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados e a própria Escola Premonitória Quinze de Novembro, citada anteriormente. Nos casos de menores com problemas de saúde, pouca idade ou do sexo feminino, outras instituições serviam como locais de espera: Hospital São Zacharias, Hospital Nacional de Alienados, Asilo Bom Pastor e a Casa dos Expostos, que ficavam na cidade do Rio de Janeiro.

O trajeto entre o Rio de Janeiro e os patronatos agrícolas – entre eles, o Patronato Agrícola de Anitápolis – deveria levar em conta uma série de medidas que garantiam a segurança dos menores, dos acompanhantes e da população em geral. Os grupos podiam variar de 40 a 100 menores, dependendo do destino final, acompanhados por uma guarnição da polícia e funcionários do MAIC (que algumas vezes eram substituídos por funcionários dos patronatos ou da diretoria do Serviço de Povoamento, não ultrapassando o número de 10 pessoas).

Percebemos em nossa pesquisa, alguns indícios de que a vinda dos menores para Anitápolis seguia o modelo aplicado aos imigrantes europeus pela Diretoria de Povoamento, no início da colonização do núcleo de Anitápolis, no período entre 1907 e 1914⁸⁸. Os pontos de partida dos menores eram as unidades de correção da cidade do Rio de Janeiro, enquanto os imigrantes partiam geralmente da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (na mesma cidade), um dos locais de chegada dos imigrantes ao Brasil.

⁸⁷ OLIVEIRA, 2003, op. cit., p. 69.

⁸⁸ BOEIRA, Daniel A. **Os dez primeiros anos do núcleo colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, pp. 30 – 35.

Os navios eram o meio de transporte mais utilizado, sendo que a empresa *Lloyd Brasileiro* e o paquete *Mayrink* são muitas vezes mencionados nos documentos e jornais da época. Costeando o litoral sul, algumas paradas eram feitas nos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), uma vez que a distância entre a capital federal e a capital catarinense era de mais de 1.000 km, o que demandava alguns dias para completar o traslado.

Após a chegada a Florianópolis, os menores eram alocados na região do Estreito⁸⁹, na Hospedaria dos Imigrantes, ficando ali alguns dias para adaptação e verificação das condições de saúde (quarentena), bem como para a preparação da viagem. Após esse período, era feita a segunda parte do trajeto, passando pelas localidades de São José, Palhoça e Teresópolis, que faziam parte do itinerário até Anitápolis, como relata o jornal *A Comarca*: “com destino ao Patronato Agrícola de Anitápolis, passaram terça-feira por esta vila, procedentes da Capital Federal, 70 menores desamparados”⁹⁰.

O deslocamento era geralmente feito a pé; no entanto, também poderiam ser usados, algumas vezes, carroções, comumente utilizados para transporte de materiais e gêneros alimentícios. A distância entre o Estreito até o Núcleo Colonial de Anitápolis era de aproximadamente 100 quilômetros. Esse percurso seguia pela estrada Estreito – Lages, sendo a via de acesso mais utilizada entre o Rio Grande do Sul e Florianópolis naquela época.

1.4 - INDICAÇÕES (PARENTAIS)

As transformações socioeconômicas impetradas pelo Estado, somadas às disputas pelos mercados consumidores acirraram-se a partir de 1870, multiplicando a concentração da terra nas mãos de poucos. Essas mudanças fizeram com que enormes contingentes populacionais deixassem de ter o status de pequenos proprietários, passando para a categoria de trabalhadores braçais nas grandes propriedades rurais, geridas em moldes capitalistas⁹¹.

⁸⁹ Bairro então localizado na parte continental do município de São José; atualmente, faz parte do município de Florianópolis.

⁹⁰ Jornal *A Comarca* – Palhoça, 10/11/1918, p. 02.

⁹¹ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo. In: **História da vida privada no Brasil**. vol. 3 (República: da Belle Époque à era do rádio) São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 226.

Nas cidades o surto industrial iniciado no final do século XIX fez com que houvesse o “aparecimento” de meninos nas ruas, decorrente da impossibilidade da família pobre cuidar de seus filhos, pois os pais enfrentavam rotinas diárias de 12 horas, em trabalhos muitas vezes insalubres. Não havia creches, as escolas eram poucas, o ensino não era obrigatório e a maioria morava em cortiços. Aos pais cabia a difícil decisão: ou deixavam suas crianças nas ruas ou mandavam-nas ao trabalho. Muitas vezes, as ruas eram mais atraentes que os cubículos onde viviam.

O problema financeiro familiar, associado aos perigos que a rua produzia, contribuía para que os pais obtivessem uma colocação para seus filhos, evitando a “liberdade” que as ruas proporcionavam e, ao mesmo tempo, adicionava pequena renda extra ao orçamento familiar. As ruas eram vistas como entidade perversa, imagem construída “a partir de identidades múltiplas, de personagens – como afirma Esmeralda Moura – que parecem estar à espreita em cada esquina”, sendo que, “no caso da criança e do adolescente”, que interessa em particular à autora e, também, a este estudo, “distingue-se, na rua, os contornos de uma eficaz escola do vício”⁹².

Acompanhamos o pensamento da historiadora sobre o fato de que a identidade construída em torno da criança tem o reforço da influência do meio social e é por ele reforçada. A inserção desses menores nas práticas de mendicância, vadiagem, delinquência, prostituição e crime projetaria socialmente a prova de que esses jovens “são passíveis da influência do meio no qual convivem”⁹³. Essa mesma influência, conclui a autora, “tida como comprovada, reforça a imagem que associa a criança à imprudência, temeridade, fraqueza, fragilidade, ingenuidade”⁹⁴.

Fatores sociais e individuais eram considerados causas distintas da criminalidade infantil, além da hereditariedade, do alcoolismo e da impulsividade da adolescência⁹⁵. São argumentações construídas a partir do tipo de vida que o grupo familiar do jovem lhe possibilitava, do qual resultaria, no entendimento dos eugenistas, maior possibilidade de inserção na criminalidade. A assistência à

⁹² MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**. vol. 19 n. 37. São Paulo, set. 1999, p. 88.

⁹³ *Ibidem*, p. 95.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 95.

⁹⁵ OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. “Ter destino conveniente”. Família, educação e infância sob o olhar dos agentes da lei no limiar da república brasileira. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos**. Uberlândia: UFU, 2006, pp. 873-881. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/75MiltonRamonPiresOliveira.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

infância estava sendo estruturada na relação com a família: para os órfãos, havia possibilidade de acesso à alternativa de atendimento, mas isso não ocorria com os menores inseridos nos grupos familiares pobres. O temor dos pais era de que o filho fosse preso e misturado aos adultos nas cadeias, independentemente do tipo do delito cometido. Além da influência das ruas, a “influência” de adultos nas unidades prisionais ou delegacias era, para os menores, mais devastadora.

O Estado classificava os pais através de suas intervenções no âmbito familiar. A diversidade de situações encontrada por Oliveira vem ao encontro de nossa pesquisa. O autor cita a classificação para os tipos de pais (ou tutores) existentes nos grupos familiares. Havia “os negligentes, os incapazes e os indignos”. Os negligentes seriam os excessivamente tolerantes, apáticos, bondosos para com seus filhos, estimulando uma formação na qual o menor não encontrava limites; os incapazes eram os vitimados pelas dificuldades econômicas, que deixavam os filhos sem vigilância constante ou entregues a si mesmos, enquanto se ocupavam de seus afazeres; os indignos estimulavam os menores aos vícios e aos crimes⁹⁶.

O fracasso do modelo escolar para os menores que fugiam às regras estabelecidas era iminente, pois o estabelecimento escolar não podia arcar com a situação sozinho, sem o apoio dos pais. A desorganização familiar entrava no cerne de muitas questões concernentes à minoridade e sua futura utilidade⁹⁷.

Além da arregimentação e captura dos menores por intermédio da polícia, também ocorria a indicação e o encaminhamento destes, por parentes ou responsáveis, aos Patronatos Agrícolas ou colônias correccionais. Os motivos eram os mais diversos, entre os quais, inviabilização do convívio no grupo familiar, resistência ao disciplinamento, dificuldade de assistência, entre outros.

Constatamos na pesquisa que muitos pais ou tutores não tinham mais autoridade sobre os filhos (ou tutelados) e utilizavam-se deste artifício (negligência, na perspectiva de Oliveira) ao pedir seu envio para instituições como os Patronatos Agrícolas. Acreditamos, também, na possibilidade de que, pelo fator etário, os menores eram novos demais para serem mandados para as Forças Armadas (Marinha ou Exército) e/ou para as casas de correção, como a Escola Premonitória

⁹⁶ Ibidem, p. 877.

⁹⁷ A nação necessitava de futuros trabalhadores, “não de poetas ou filósofos, convocava à racionalidade e à ação, não ao sentimento e à reflexão”. Cf. RODRIGUES, Marília Mezzomo. **A prevenção da decadência**: discurso médico e medicalização da sociedade - Curitiba (1931 - 1942). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997, p. 16.

Quinze de Novembro. Nos pedidos dos pais para internação nos patronatos, os atributos de vínculos entre os solicitantes e os menores eram visíveis, talvez para referendar a urgência na salvação daquela criança, pois se fazia necessário convencer e legitimar tais iniciativas, como demonstra a correspondência abaixo:

Exmo Sr Desembargador Dr. Geminiano da Franca

Muito digno Chefe de Polícia

Respeitosas saudações

A meu pedido, ao exmo Sr Dr. 3º Delegado auxiliar, soa-se detido na Central da Polícia, desde ontem, 30, meu filho Nelson Silva, menor de 14 anos, que eu desejo seja o mesmo internado em uma oficina da Colônia Correccional ou Colônia Agrícola, onde possa receber o benefício de alguma instrução e aprender um ofício, sendo o motivo d'esta carta interceder perante V. Ex. para que este meu pedido seja atendido.

Para que eu, mãe, faça um pedido d'esta natureza a V. Ex., é preciso que eu esteja vendo meu filho a meio caminho da perdição. Sou brasileira e não possuo recursos. Agradeço desde já a V. Ex. o benefício solicitado, certa da vossa bondade, e subscrevo-me com subida estima e consideração.

De V. Ex. serva agradecida

Antonia Silva

Rio de Janeiro, 31/10/19.

Rua Moraes e Valle, n. 32 (Lapa)⁹⁸.

O destaque dos pedidos é o enredo social de vulnerabilidade do menor e da limitação do solicitante em relação àquela situação. A mistura entre termos populares e o uso de termos burocráticos resulta em “peças de forte expressividade, concorrendo assim para efetivar o convencimento do destinatário sobre a pertinência do pedido”⁹⁹.

Notamos um fato inusitado na documentação: mesmo havendo possibilidade de se inserir elementos juvenis da região no Patronato de Anitápolis, desde sua criação, somente em 1926 foram aceito menores de Florianópolis. Não obstante, em 1922, o delegado do Serviço de Povoamento do 9º Distrito designava que tinha “autorizado a mandar internar no Patronato Anitápolis o menor Romeu Charmeszky, aí residente, conforme requereu o pai do aludido menor”¹⁰⁰. Essa atitude provavelmente corresponde a uma exceção, pois os menores em idade para ingresso no Patronato Agrícola, que residiam em Anitápolis e região,

⁹⁸ Abaixo da carta da mãe há escritos sobre as características do menor, como idade, cor e filiação, para futura destinação. ARQUIVO NACIONAL – Fundo IJ6 (663): Série Justiça, Subsérie Polícia – Patronatos.

⁹⁹ OLIVEIRA, 2006, op. cit., p. 879.

¹⁰⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 4293, endereçado ao Sr. Delegado do Serviço de Povoamento no 9º Distrito, pela Diretoria do Serviço de Povoamento (MAIC), em 11 de agosto de 1922.

acompanhavam os pais no trabalho agrícola, quando não estavam no horário escolar.

Além das indicações por parentes ou tutores para internação dos menores, o que os fazia ir para patronatos agrícolas longínquos, ocasionando um hiato considerável nas relações familiares, pelo longo tempo de separação, alguns pais faziam pedidos para que seus filhos retornassem ou que fossem instalados em instituições mais próximas do estado do Rio de Janeiro, caso da solicitação abaixo:

Desejando um distinto inferior de Brigada internar num dos patronatos dos Estados de Minas, Rio ou S. Paulo, um filho seu, já designado para o patronato de Santa Catarina, estado longínquo que vem trazer-lhe grandes despesas para visitá-lo, peço ao ilustre amigo a fineza de intervir de modo que os desejos daquele inferior sejam satisfeitos como tanto merece¹⁰¹.

No pedido acima, ocorre a intermediação de um oficial do comando da Brigada Policial do Distrito Federal para um soldado, na intenção de ver o filho de seu subordinado ser encaminhado a um patronato. A nosso ver, o crédito e a confiança nos patronatos agrícolas e o projeto de educação dessas instituições que norteavam a juventude iam para além das dinâmicas das famílias pobres, em que a circulação de suas crianças entre seus parentes era prática comum.

No caso dos pedidos dos pais para o retorno de seus filhos, não constam da documentação os motivos expostos para a saída destes, diferentemente da argumentação feita nos pedidos para internações:

Tendo a Sra. Ignez Carolina Chrisirup, do requerimento que dirigiu a esta Diretoria, solicitado o desligamento do seu filho Oswaldo Chrisirup, que se acha internado no Patronato Agrícola "Anitápolis", no Estado de Santa Catarina, e tendo a nosso saber sido para ali encaminhado por esta Chefatura de Polícia, na data de 10 de novembro de 1918, venho consultar a V. Exa. se há inconveniente algum em relação ao que requer a referida Sra¹⁰².

No mesmo ofício do pedido da mãe para retorno de seu filho, encaminhado ao chefe de Polícia do Distrito Federal para que encaminhasse a solicitação ao Patronato Agrícola de Anitápolis, há anotações por escrito endossando o requerimento (pelo Serviço de Povoamento de Florianópolis) para o diretor do Patronato. Este efetivou o desligamento em novembro do mesmo ano, ou seja, dois anos após a entrada do menor na instituição.

¹⁰¹ ARQUIVO NACIONAL – Fundo IJ6 (663): Série Justiça, Subsérie Polícia.

¹⁰² ARQUIVO NACIONAL – Fundo IJ6 (663): Série Justiça, Subsérie Polícia.

Como podemos perceber, a infância foi um dos alvos dos agentes da ordem social, sob a classificação *menores*, categoria recorrente a um grupo específico de representações e ações, que abrigavam perfis sociais diferenciados. Para a definição de um universo de significados para *menores* foi demandado o olhar endereçado pelos agentes da lei para as famílias, num exercício com fins disciplinares, bem como para a educação, o que pressupôs a conceituação de ambas.

1.5 - OS PATRONATOS AGRÍCOLAS SOCORRENDO A INFÂNCIA DESERDADA

No rumo das ideias, algumas vozes, de vez em quando, se têm feito ouvir entre nós, pelo jornal e pelo livro, na cátedra e no parlamento, pedindo uma nova direção ao que impropriamente intitulamos sistema preceptivo da infância. É triste e amargo dizer, porém, que, no curso dessas ideias, nenhum resultado tangível, por mínimo que seja, ainda se assinalou. São notórias as controvérsias e os debates no sentido de se aclarar o espírito constitucional, de modo a poder implantar-se a federalização ou unificação do ensino primário na legislação republicana.

E, si, através de tantos lustros, não se arraigou ainda na consciência democrática o sentimento da necessidade de harmonizar e concentrar o ensino popular, do mesmo modo que a defesa militar do país, nas mãos da União, muito menos viram triunfantes os seus esforços os sociólogos e juristas que de algum tempo a esta parte vêm apostolizando a causa dos menores desamparados, tanto quanto a primeira, condição de existência da nossa nacionalidade ou talvez, ainda, mais sagrada que aquela¹⁰³.

O discurso proferido pelo ministro da Agricultura, Indústria e Comércio ressalta a importância das diretrizes estatais para a condução da educação e, prioritariamente, a salvação da infância. Ao mesmo tempo, essas práticas não deixaram de configurar iniciativas, por parte do governo federal, para ampliar a institucionalização escolar, incluindo setores como a polícia e o MAIC, pouco familiarizados com o universo educacional até aquele momento. O mesmo discurso também considera que, além da educação, nada haveria de mais patriótico que a defesa militar do país e a causa da menoridade desamparada.

No mesmo relatório referente ao exercício de 1918, o ministro João Gonçalves Pereira Lima apresentou a criação dos patronatos agrícolas, através do decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro desse ano. Ao criar os patronatos, o decreto

¹⁰³ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 133.

vinculou o MAIC aos postos zootécnicos, às fazendas modelo e similares, com o “duplo objetivo de socorrer a infância deserdada e formar cidadãos úteis a pátria, pelo cultivo da higiene, da moral, instrução e do trabalho ordenado e metódico”¹⁰⁴.

Os relatórios eram uma forma de prestação de contas sobre o que foi realizado no período em questão, bem como mostram uma “ritualização das demandas de recursos para atender a projetos a serem realizados e/ou continuados; eram instrumentos utilizados para concorrer por recursos com outras instâncias governamentais”¹⁰⁵. No entanto, este relatório foi além, ao retratar o clamor das elites quanto ao problema do campo, passível das intervenções da sociedade e de órgãos representativos de seus interesses, como a Sociedade Nacional de Agricultura. O MAIC visava recolher subsídios sobre o atendimento institucional em torno dos patronatos agrícolas, enfocando a solução dos problemas localizados no meio rural.

A projeção nacional dos patronatos, amparados pela máquina estatal do MAIC, trazia à luz a esperança de crescimento econômico pela agropecuária. Cuidar do elemento produtor era entender o ensino como base para a riqueza rural através da educação de orientação predominantemente técnica, com o objetivo de erradicar de vez as três chagas que assolavam nosso país: “o analfabetismo, a indigência e a vagabundagem, causas de males e crimes incalculáveis”¹⁰⁶.

Os patronatos agrícolas deveriam ajudar a diminuir a defasagem técnica na agropecuária, implantando e disseminando o ensino agrícola no meio rural, tanto entre seus alunos quanto na comunidade onde estavam instalados. Soma-se a isso a intenção do Estado em manter o equilíbrio entre a população do campo e a das cidades. A profissionalização da educação no campo, através de instituições como os patronatos agrícolas, foi fundamental, uma vez que as entidades civis e governamentais viram neste “estímulo” uma forma de fixar o homem no meio rural. Ao fixá-lo na lavoura, as cidades não teriam problemas com desabastecimentos futuros. Esta política estatal começava a se preocupar com o êxodo rural (que diminui a mão de obra no campo e o cultivo e oferta de alimentos), e com as implicações no crescimento populacional das cidades (estimulado pela imigração,

¹⁰⁴ Ibidem, p. 139.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, 2003, op. cit., p. 25.

¹⁰⁶ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 132.

que pode levar a uma demanda por alimentos maior do que a oferta, gerando alta do custo de vida).

A infância pobre foi muito citada no relatório do MAIC de 1918. O tema abordado pelo ministro era considerado visionário, pois introduzia outro órgão, além da polícia judiciária, na disputa pela salvação da menoridade. O teor das manifestações do Ministério era um espelho da sociedade e retratava medidas austeras para acabar de vez com a criminalidade, com a ignorância:

não há como fugir a essa evidência. Quaisquer que sejam as objeções, o fato inelutável é este: onde a educação social se eleva, o nível da criminalidade decresce. Combatendo-se a ignorância, desarma-se, com os mesmos golpes, a ociosidade que alimenta os maus instintos e conduz a miséria e a delinquência pelo caminho do vício¹⁰⁷.

A polícia do Rio de Janeiro, no ofício número 1.922, do Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal, em 23 de março de 1918, registrou a inserção dos patronatos na sua rotina. Essas instituições eram incorporadas como alternativas às casas de detenção, quando a legislação prescrevia a separação entre menores e adultos, e também para o tratamento dispensado pelos agentes encarregados da ordem e da repressão, como podemos notar no ofício do Inspetor endereçado ao Delegado Aurelino Leal, chefe de polícia:

Tenho a honra de fazer apresentar a V. Ex. os menores inscritos na inclusa relação, os quais foram detidos por agentes desta Inspetoria, quando vagavam pelas ruas desta capital, faltos de assistência, sendo certo que alguns deles, embora tenham pais ou parentes, por estes não foram procurados, apesar do aviso que lhes foi dado. Tratando-se, pois, de menores abandonados, alvitro a V.Ex. a sua internação em um dos patronatos agrícolas em organização, aguardando, na Casa de Detenção, onde serão alojados em local especial, por medida do respectivo Diretor, com quem a esse respeito conferenciei ontem, que algum dos referidos Patronatos fique em condições de recebê-los, o que não demorará, segundo estou informado¹⁰⁸.

Nos primeiros anos, os patronatos agrícolas, instalados em diversos estados brasileiros, receberam um maciço volume de menores, advindos principalmente por intermédio da polícia e suas inspetorias. Para Oliveira, “a própria polícia tomava a iniciativa de encaminhar menores para os patronatos agrícolas”¹⁰⁹. A polícia tinha

¹⁰⁷ Ibidem, p. 133.

¹⁰⁸ ARQUIVO NACIONAL – Fundo IJ6 (663): Série Justiça, Subsérie Polícia – Patronatos.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, 2003, op. cit., p. 90.

uma identidade construída pela proximidade com as ruas, com a população em geral, com componentes oriundos desse meio social.

Para melhoria na educação e correção da menoridade desvalida, o ministro João Gonçalves Pereira Lima reforçava o tom no relatório, afirmando que os patronatos agrícolas dariam a mão às crianças, *órfãs de pais vivos*, assegurando-lhes uma atmosfera de sentimentos bons, habilitando-as nas oficinas para a prática de uma profissão ou de uma arte adequada às tendências de cada uma, transformando-as em fator de engrandecimento coletivo¹¹⁰.

A carência de aptidões profissionais, o aumento da produção industrializada e os grandes fluxos migratório e imigratório, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, reforçavam o discurso sobre o aproveitamento do elemento nacional, focado no futuro trabalhador rural. O deslocamento desse futuro trabalhador dos grandes centros urbanos para lugares previamente escolhidos, como os núcleos coloniais e fazendas modelos, fez com que parte da infância que estava nas ruas fosse eleita como a melhor *clientela*. Neste ínterim, o Rio de Janeiro, como capital federal, entra no cenário como mantenedora e agenciadora desta mão de obra futura.

Além das imposições de reordenação geográfica de determinada parcela populacional, havia as atuações sobre a questão rural, estendendo-se para além do homem do campo. A ótica sobre o indivíduo e sua incapacidade de superar o "atraso" e a "rotina" que lhe era atribuída acabava por imputar aos "estreitos horizontes" sua condição de obstáculo à modernidade, face à sua suposta "resistência às inovações e baixo nível de escolaridade", da qual resultava sua presumida incapacidade de operar com cálculos e procedimentos racionais¹¹¹.

Além da captura e "limpeza" nas ruas, havia os menores que incorriam em faltas graves em instituições como as Forças Armadas. Segundo Oliveira, ocorreu uma inversão de sentido no trânsito de menores entre as instituições: os patronatos ficariam com os indesejáveis e indisciplinados, função que até o final do século XIX era ocupada pela Marinha, o que pode ser constatado em ofício de 1918:

Com este apresento a V. Ex. os menores [...] que foram apresentados a este distrito com ofício do Comando do 2º Regimento de Infantaria por

¹¹⁰ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 137.

¹¹¹ MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e a construção da pobreza rural no Brasil (1888-1930). **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, n. 08, Florianópolis, 2000, p. 109.

serem vagabundos e se tornam elementos perniciosos no mesmo Regimento¹¹².

Para o Patronato Agrícola de Anitápolis, não temos certeza sobre a inserção de menores advindos das Forças Armadas. Entendemos que eram alocados em fazendas-modelo, pois nesses estabelecimentos eram ministrados os cursos complementares. Os menores destes cursos eram geralmente maiores de 16 anos.

A cultura escolar dos patronatos incorporava uma formação agrícola muito forte, que, aliada aos debates anteriormente descritos, pode ser evidenciada como uma cultura voltada tanto para a formação agrícola quanto para aquela considerada civilizatória tudo isso permeado por uma intenção de que os alunos, através de sua mão de obra, possibilitassem o sustento da instituição¹¹³.

A menoridade, vista como elemento protagonista nessas ações sociais que o Estado impôs a uma determinada camada da sociedade, traz à luz uma contextualização sobre o tipo de reforma (social, econômica e cultural) que era proposta e que atores estavam sendo conduzidos para fazer valer essas ações. Os menores, a polícia, a família e, por fim, os patronatos agrícolas, são atores neste enredo, e sua valorização nos permite vislumbrar o “resultado da combinação de milhares de situações particulares e, ao mesmo tempo, dá sentido a todas elas”¹¹⁴.

¹¹² Ofício 658 da Delegacia do 23º Distrito Policial, de 26/4/1918, ao Chefe de Polícia – Arquivo Nacional, IJ6 – 663, apud OLIVEIRA, 2003, op. cit., p. 32.

¹¹³ VICENTE, Magda de Abreu. **O patronato agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. Dissertação (Mestrado em Educação), UFPel, Pelotas, 2010, p. 124.

¹¹⁴ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 89.

2 - O PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS

2.1 - O PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS E A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O TRABALHO (AGRÍCOLA)

Num cenário que almejava a construção da nação através da modernização, do progresso material e do aperfeiçoamento racial¹ da população, sem, entretanto, alterar a estrutura político-econômica do país, as reformas sanitárias e educacionais constituíram-se em estratégias privilegiadas de “salvação nacional”.

Estas alterações na política educacional herdaram alguns revezes do Império, ou seja, um grande número de analfabetos e a precariedade de escolas. Apesar disso, apareceram amplas discussões em diversos círculos políticos, intelectuais, na Igreja e outros setores da sociedade que vislumbravam possibilidades de reformas da escolarização para atender a população pobre.

Percebe-se que, simultaneamente à aprovação de leis e normas na cidade, iam sendo construídos discursivamente os sujeitos desviantes que, por desconhecerem tais leis ou optarem por suas práticas antigas, desafiavam as autoridades e esbarravam nos projetos de mudança idealizados para a cidade no que se refere à erradicação de certos hábitos e costumes.

Vários movimentos que ocorreram neste período podem ser vistos como formas de o governo gerenciar suas configurações e promover o equilíbrio e a disputa de forças, uma vez que “o Estado é uma configuração constituída de numerosas unidades sociais relativamente pequenas, em livre competição umas com as outras”². Isso significou que, apesar de conveniente, a autonomia estadual em relação à educação permanecia precária, pois as unidades da federação brasileira ainda tendiam a seguir o modelo do governo central, tendo sido a capital federal precursora nessas tímidas mudanças educacionais³.

¹ Conforme Schwarcz, “no Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em ‘evolução humana’, porém, diferenciando as raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar ‘a parte gangrenada’ e garantir que o futuro da nação era ‘branco e ocidental’”. Cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 242.

² ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 250.

³ Com a Constituição de 1891, o ensino primário tornou-se competência dos estados, e os ensinos secundário e superior competências concorrentes entre a União e os estados. Cf. CURY. Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, M., BASTOS, M. H. C.

O poder da modernização se disseminava nesse contexto, com seus novos métodos e materiais pedagógicos a substituírem antigas práticas. *A pedagogia do progresso* estava presente na arquitetura das instituições, na mudança do perfil dos docentes, na disposição dos lugares na sala de aula, na organização dos grupos, dos espaços, da higiene, na aparente substituição da palmatória por prêmios e medalhas como símbolos exemplares de um ensino renovado⁴.

Esta representação da modernidade republicana estava inscrita na escola, espaço inexorável para a formação do homem civilizado, através de um modelo pedagógico homogêneo, a fim de formar o homem progressista e trabalhador. Modelo de refinamento que estava convencionado, o que gerou uma preocupação da sociedade em procurar essa boa conduta, enfim a civilidade.

As escolas, tanto públicas quanto particulares (laicas e confessionais), eram utilizadas como ferramenta e base da reforma para a reconstrução do caráter nacional e do sentimento nacional do povo brasileiro, definindo como eixos da nova organização do ensino a educação do caráter, a educação cívica e a educação física. Por conta das teses dos republicanos, a expansão educacional deveria acontecer, e a escola seria a grande arma utilizada para a transformação da sociedade. A necessidade dessa instituição era propor normas, princípios e valores aos educandos, permitindo manter a ordem, a regeneração dos vícios, evitando assim o aumento da chamada marginalidade. Esse fato colocava a educação como fator de resolução de problemas sociais existentes no Brasil, e era oferecida para a sociedade como resultada do progresso prometido.

Das promessas em busca do ideal de nação, muitas, no entanto, colidiram com a realidade social brasileira. De acordo com Norbert Elias, esse ideal era “absorvido de maneira diferente em cada nação, de acordo com seu próprio desenvolvimento e a natureza específica de sua auto-imagem nacional”⁵.

Além da preocupação com a educação e com um novo modelo escolar, o

(Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 22.

⁴ Sobre este aspecto, ver: STEPHANOU, M., BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005; **Cadernos Cedex 59** – Educação pela higiene; história de muitas cruzadas, Campinas, v. 23, n. 59, p 1 – 128, abril 2003; MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997; DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

⁵ ELIAS, op. cit., p.229.

cenário de graves problemas sociais do Brasil neste período provocara, também, uma demanda e uma pressão de setores da sociedade por uma intervenção governamental diretamente no seio familiar. O chamado “problema da infância”, relacionado à crescente urbanização, aumento populacional, grandes endemias, alta mortalidade infantil e delinquência juvenil, associado às precárias condições de vida das famílias trabalhadoras, justificaria, mundialmente, as mais distintas intervenções sobre as mulheres e principalmente sobre as crianças.

Influenciadas pelo ideário higienista e pelos saberes científicos da época, as escolas tinham a incumbência de fazer o papel que as famílias não faziam, educar segundo os saberes oriundos da ciência. Os saberes não estavam mais pautados em suposições e preconceitos, “mas sim a resultados objetivamente verificáveis”⁶. A campanha promovida por novos educadores⁷, inspirados na nova ordem social, fundamentados em prescrições das novas ciências (psicologia, biologia e ciências sociais), enunciava que apenas as medidas sanitárias não seriam eficientes para modernizar a sociedade, “caso não fossem acompanhadas de medidas educacionais correspondentes”⁸.

A renovação educacional era o mote de uma educação integral, assentada no tripé saúde, moral e trabalho. Essa renovação atuava como uma espécie de resposta política ensaiada por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes⁹. Neste sentido, a educação foi usada como estrutura de dispositivo para a disciplinarização social, capaz de garantir a ordem sem o emprego da força, habilitando a população aos bons costumes, tornando-a gradativamente dócil.

A família foi peça chave neste mosaico de forças, pois não há como ter retorno com as crianças na escola, se não houver receptividade aos procedimentos pedagógicos no ambiente doméstico. Enquadrar a família e, principalmente, os pais, tornando-os corresponsáveis pela educação de seus filhos, foi algo

⁶ CUNHA, Marcus Vinicius da. A Escola contra a família. In: LOPES, Eliane M. T. et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 455.

⁷ O pensamento educacional renovador procurava equilibrar-se entre duas tendências: uma que supervalorizasse o indivíduo, outra que privilegiasse as exigências da ordem social; submetteria o indivíduo às ordenações da sociedade, colocaria em primeiro plano a norma e, em seguida, a liberdade do indivíduo. *Ibidem*, p. 456.

⁸ CUNHA, op. cit., p. 457.

⁹ CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 284.

engenhosamente elaborado pelos educadores, que detinham sempre a última palavra.

Entre as classes mais abastadas, a prática do internamento de jovens em instituições de ensino era comum¹⁰. O patronato agrícola foi o modelo mais próximo do internato¹¹. As práticas educativas como o controle do tempo nas atividades, entre eles, o tempo dos banhos, a fiscalização dos dormitórios, o regramento dos horários de estudo e das atividades físicas, também foram moldes para jovens de outras condições sociais, como os pobres.

O ensino prático agrícola e a criação de agências como os patronatos agrícolas serviam como paliativo para o remanejamento da pobreza dos centros urbanos na Primeira República, principalmente sua capital federal, Rio de Janeiro. Inicialmente rurais e agrícolas, por necessidade e também por conveniência, os patronatos destinavam-se a prestar assistência à infância desvalida das cidades. A denominação *patronato*¹² foi usual num período em que a preparação para o trabalho ligava-se à moralização da sociedade e sua adequação às necessidades liberais pregadas pela nova república.

Os patronatos agrícolas eram subordinados à Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, a qual estava inserida no MAIC. O patronato agrícola assumiu como binômio a transformação e o controle do espaço rural da colonização estatal, sendo visto como "uma solução complementar ao esforço policial de manter a ordem, mas também como uma forma específica de entendimento do espaço rural"¹³. A localização dos patronatos na estrutura organizacional do MAIC se delineou no agregamento de muitos núcleos coloniais em todo o Brasil.

¹⁰ Cf. DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**. O ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

¹¹ A diferença entre os regimes de internatos estava nas finalidades de cada instituição – no asilo, e para nosso caso, no patronato, “o filho do pobre era preparado para ocupar um papel secundário na sociedade, enquanto que, no colégio interno, o filho do afortunado era preparado para ocupar postos de destaque sob os aspectos político, econômico e social”. Cf. RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995, p. 245.

¹² Significa “autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar a vida social dos ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede”. In: LAROUSSE CULTURAL. **Grande dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Cultural. 1999, p. 697.

¹³ VIANNA, op. cit., p. 79.

No governo Afonso Pena (1906-1909), foi criada a Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, um departamento subordinado ao MAIC. Os núcleos coloniais foram instituídos sob a coordenação desta diretoria, tendo como objetivo a venda de lotes para colonos (migrantes e imigrantes), localizados nos diversos estados do Brasil¹⁴.

A política do Serviço de Povoamento em Santa Catarina foi efetuada com a fundação dos Núcleos Coloniais Federais de Anitápolis, Barão do Rio Branco e Esteves Júnior. Das regiões mais próximas de Florianópolis, Anitápolis foi a última a ser “ocupada”¹⁵. Sua área era composta por montanhas e florestas cerradas, o que complicava a colonização espontânea, por conta da dificuldade de acesso e comunicação.

A área de terras devolutas para a fundação do Núcleo Colonial Federal Anitápolis foi cedida pelo governo do estado à União, pela lei nº. 722, de 17 de agosto de 1907. Anitápolis foi chamada no princípio de Rio da Prata, até 1910, quando passou a denominar-se Núcleo Colonial Lauro Muller¹⁶. A partir de junho do mesmo ano, verificamos a mudança de nome, passando a constar nos registros como Núcleo Colonial Annitapolis¹⁷. Essa denominação provavelmente se deve a uma homenagem a Anita Garibaldi, heroína catarinense da Guerra dos Farrapos¹⁸.

¹⁴ PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988, p. 248.

¹⁵ O município localiza-se nas Encostas da Serra Catarinense, a uma altitude de 430 metros; ocupa posição geográfica a 27°54'07" de latitude e 49°03'43" de longitude. Possui uma área de 576 km² e pertence geograficamente à microrregião do Tabuleiro e a mesorregião da Grande Florianópolis; dista da capital 108 Km. BEDIN, Mara Lúcia. **Uma leitura sobre os trabalhadores rurais com enfoque em meio ambiente, saúde e qualidade de vida**. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 21.

¹⁶ BOEIRA, 2005, op. cit., p. 14.

¹⁷ Optei por grafar a versão atual do nome Anitápolis ao texto.

¹⁸ BOEIRA, 2005, op. cit., p. 14.



Figura 4 - Mapa Interativo CIASC¹⁹

Assim, do Núcleo Colonial de 1907, Anitápolis passou a Distrito Policial em 1910 e Distrito de Paz em 1917, quando foi sancionada a transformação do antigo Núcleo Colonial Federal Anitápolis:

Governo Municipal da Palhoça

Lei nº. 251 de 29 de Março de 1917

Cria um novo distrito de Paz com a denominação de Anitápolis

O Cidadão Major Vicente Silveira de Sousa, Superintendente Municipal da Palhoça.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Conselho decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica desmembrado do distrito de Teresópolis, o lugar Anitápolis para formar um novo distrito de paz com a denominação de Anitápolis.

Art. 2º - Este novo distrito, terá como sede o mesmo lugar e nome, tendo por limites ao Norte, as terras da Companhia Colonizadora Catarinense, as da Fazenda de Boa Vista e as da posse do Coatis; ao Sul, as terras dos herdeiros de Jacob Weber e a linha divisória da Empresa "Grão Pará", a Leste as terras das ex-colônias Capivari e Teresópolis e a Oeste as devolutas do Campo dos Padres²⁰.

¹⁹ Disponível em <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/tmp/4f1af5ce_6838_0.png> Acesso em 21 jan. 2012.

²⁰ Jornal **A Comarca** - Palhoça, 08/04/1917, p. 02.

A área territorial era vasta, com poucas ligações (estradas, linhas vicinais, picadas, pontilhões e pontes) sendo feitas pelos próprios imigrantes, muitas vezes subsidiados pela União e pelo governo catarinense. A imensa cadeia de morros caracterizava a localidade, aos “pés” da Serra Geral, morada dos últimos remanescentes indígenas da região. Esses fatores foram extremamente importantes para a implantação e continuação do patronato agrícola, assuntos a serem tratados posteriormente.

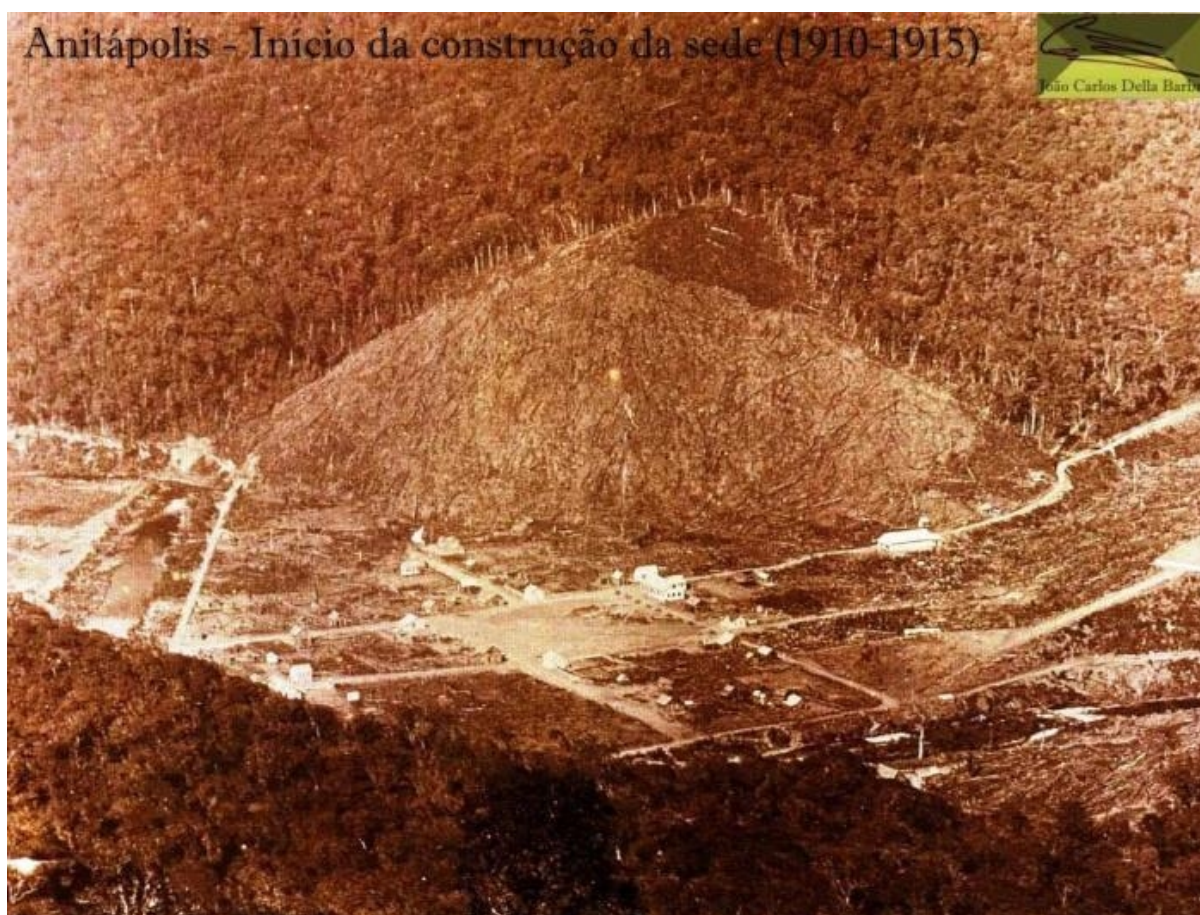


Figura 5 – Início da construção da sede do Núcleo Colonial Anitápolis – 1910 - 1915²¹

²¹ Disponível em <<http://www.anitapolis.sc.gov.br/conteudo/?item=17886&fa=891>> Acesso em 21 jan. 2012.



Figura 6 – Início da construção da sede do Núcleo Colonial Anitápolis – 1910 - 1915²²

Anitápolis constatou a diminuição gradativa da imigração de europeus e da migração de brasileiros desde sua criação, como verificamos em relatório de 1915:

Erro maior e ainda mais imperdoável foi cometido ainda há poucos anos, pelo Governo Federal, estabelecendo os núcleos de **Anitápolis** e Esteves Junior em lugares ainda mais afastados do que os antigos núcleos referidos. É curial que, em tais condições, nenhuma colônia poderá progredir, pois as despesas resultantes do transporte em muares ou carretas, numa extensão de 90 ou mais quilômetros absorvem todo o lucro do produto²³.

Em 1918, o *Correio da Manhã* relatou como vivia aquela comunidade, numa reportagem sobre a estrutura socioeconômica do núcleo para alocar uma instituição da magnitude do patronato agrícola:

²² Disponível em <<http://www.anitapolis.sc.gov.br/conteudo/?item=17886&fa=891>> Acesso em 21 jan. 2012.

²³ SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado, pelo Dr. Fúlvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 1 de junho de 1915 (grifo meu).

Sua população é de 520 famílias com 2.841 pessoas, das quais 1.699 brasileiras.

Nesse centro agrícola existem: 1 praça, 2 avenidas com 16 metros de largura por 700 de extensão; 6 ruas com 12 metros de largura por 982 metros; 12 edifícios públicos; agência postal, linha telefônica até Florianópolis, 1 hospedaria de imigrantes, 1 engenho de serra, 5 engenhos de farinha, 5 olarias, 3 engenhos de açúcar, 14 moinhos de cereais; 1 padaria, 3 açougues, 2 templos, 40 monjolos, 3 lojas de fazenda e ferragens, 5 estábulos, etc.²⁴.

Com a criação do Patronato Agrícola, através do decreto 12.893 do dia 28 de fevereiro de 1918²⁵, novas perspectivas para a localidade e seu possível retorno econômico e social foram a tônica entre o governo e seus dirigentes, para mudar a agricultura e agregar a modernidade técnica e econômica naquela localidade.

Entre os três núcleos coloniais federais que existiram em Santa Catarina, somente o de Anitápolis teve a instalação de um patronato agrícola²⁶. Oliveira constata que a instalação dos patronatos em determinadas regiões se deu por conta da necessidade de ensino de práticas agrícolas e da variedade dos meios regionais onde era implementado, o que é muito curioso, pois os internos deste patronato eram exclusivamente de menores vindos do Rio de Janeiro²⁷.

A imprensa da época divulgou diversas notas a respeito do assunto, e o apoio à iniciativa do governo era visível: “o Sr. Ministro da Agricultura resolveu dispensar aos menores desamparados a educação agrícola em departamentos apropriados, juntos aos núcleos coloniais”²⁸. O funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis teve seu início no dia 12 de setembro de 1918, com lotação prevista para 160 menores²⁹.

²⁴ Jornal **Correio da Manhã** – Florianópolis, 17/07/1918, p. 01.

²⁵ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, p. 90.

²⁶ Infelizmente, em nossas pesquisas ainda não achamos o motivo da escolha pela União desta única localidade no estado catarinense. Ao nosso olhar, se deve pela proximidade da capital catarinense e pelo terreno montanhoso e de difícil acesso, dificultando a fuga dos internos.

²⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 30.

²⁸ Jornal **O Dia** – Florianópolis, 05/03/1918, p. 01.

²⁹ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, p. 90.



Figura 7 – Fachada do Patronato Agrícola de Anitápolis³⁰

2.2 - ORGANIZAÇÃO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE ANITÁPOLIS

Com o intuito de aproveitar ainda as instalações existentes no Núcleo Colonial emancipado Anitápolis, no Estado de Santa Catarina, providenciou este Ministério no sentido da utilização das mesmas, fazendo montar ali um instituto de igual gênero³¹.

A fala do senhor João Gonçalves Pereira Lima, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, vai ao encontro da proposta de utilização dos núcleos coloniais, fazendas modelos, campos de demonstração e colônias agrícolas como

³⁰ Disponível em <<http://www.anitapolis.sc.gov.br/conteudo/?item=17916&fa=891>> Acesso em 24 jan. 2012. As instalações da antiga sede do Patronato Agrícola de Anitápolis atualmente abrigam a Biblioteca Pública Municipal, acervo com documentação sobre a História do Município e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). As cores do edifício são as mesmas da época da inauguração, conforme informações de antigos funcionários municipais; a restauração foi realizada em 2000, resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal e o Ministério da Cultura, conforme convênio assinado. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=394620&TipoConsulta=0>> Acesso em 20 jan. 2012.

³¹ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 143.

patronatos agrícolas. Anitápolis, como Núcleo Colonial, atendia às especificações e características que cada patronato deveria ter, pois as condições particulares das zonas rurais em que foram instalados produziam um universo próprio na maneira de ensinar as culturas e os métodos agrícolas. Ambos obedeciam a uma política geral de povoamento controlado no campo, que incluía meios absolutamente coercitivos de preenchimento de seu contingente de trabalhadores³².

As características específicas para a instalação dos patronatos agrícolas foram descritas um ano após sua instituição, através de um novo decreto³³. Em seu artigo quinto, descrevia-se a forma de instalação:

Art. 5º. Os patronatos agrícolas serão instalados debaixo da forma de intervalos, em zonas rurais, com boas terras de cultura, adaptáveis a lavoura mecânica, abastecidas suficientemente de água e dotados de meios fáceis de transporte, e terão as instalações, dependências e elementos de trabalho indispensáveis a propriedades agrícolas bem organizadas³⁴.

Complementando as lacunas que faltavam nas legislações anteriores, na hierarquização e funcionamento das estruturas administrativas³⁵, de segurança e ensino dos patronatos agrícolas no país, o decreto de julho de 1919 evidencia-os como centros de aprendizagem e divulgação de métodos e processos concernentes à agricultura e indústria rurais.

O discurso voltado à profissionalização das atividades do campo vinculava-se às indústrias focadas na produção agrícola e dispunha a aplicabilidade dos patronatos nos seguintes ramos de produção: cultura de plantas industriais; horticultura e jardinocultura; pomicultura; pecuária e indústria animal.

Cada patronato do país deveria ter uma série de itens e instalações, tais como descreve o artigo 29:

1º - Uma coleção de quadros do ensino agrícola (Deyrolle);
2º - Uma pequena coleção de sementes, plantas, terras e rochas da região;
3º - Um pequeno museu de produtos agrícolas e florestas e de trabalhos executados nas oficinas;
4º - Farmácia e enfermaria;

³² Dos patronatos criados em 1918, quatro foram instalados em núcleos coloniais: os de Visconde de Mauá, Monção, Pereira Lima e Anitápolis. Cf. VIANNA, op. cit., p. 80, apud: RMAIC, 1919, pp. 89-91.

³³ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919.

³⁴ BRASIL, *Ibidem*, Capítulo II, artigo 5º.

³⁵ Os patronatos agrícolas ficaram a cargo da Diretoria do Serviço de Povoamento, em conformidade com o artigo 3º do decreto 13.706.

- 5º - Um pavilhão para máquinas agrícolas, arados, grades, capinadeiras, plantadeiras, ceifadeiras, destorroadores, enxadas, pás, ancinhos e alfanjes;
- 6º - Galinheiro;
- 7º - Estábulo;
- 8º- Cocheira;
- 9º - Pocilga;
- 10º- Apiário;
- 11º - Estrumeira;
- 12º - Instalações com reprodutores destinados as cobrições;
- 13º - Jardim, horta e pomar;
- 14º - Campos de demonstração e campos de exploração;
- 15º - Viveiros e sementeiras³⁶.

A sede inicial do Patronato Agrícola de Anitápolis foi o antigo barracão de imigrantes, cuja edificação foi consertada e adaptada para receber os menores, conforme relato do auxiliar diarista Pedro Rudolph Júnior, funcionário de confiança do diretor no Núcleo Colonial Anitápolis. Em ofício endereçado ao chefe da 2ª seção da Diretoria do Serviço de Povoamento, este diretor informou que o edifício da antiga hospedaria de imigrantes estava abandonado, e que para a sua reforma foi necessário lançar “mão dos operários estrangeiros aqui localizados, por falta de nacionais que quisessem ou pudessem, sem excesso de salário e com habilitação desempenharem-se de tais serviços”³⁷.

O mesmo ofício relata em detalhes que as dificuldades foram tamanhas, uma vez que o antigo barracão precisou de um número considerável de consertos e reposições (portas, janelas, tábuas, paredes, assoalhos, ladrilhos de tijolos, fogão, fornalha, armários, pia). Além dessa reforma, foram construídos dois pavilhões novos para banheiros dos alunos. Houve “o conserto de 54 tarimbadas³⁸ já existentes e a confecção de 46 novas, [num total de] 100 leitos”³⁹. Nas considerações, destacou-se que não havia na localidade um engenho de serrar madeiras, e com a urgência das obras e das reformas, turmas de serradores foram organizadas. As madeiras

³⁶ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918 - Instruções orgânicas dos Patronatos Agrícolas instituídos pelo Decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, p. 150.

³⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 08 de 17 de setembro de 1918, endereçado a Paschoal Villaboim, Chefe da 2ª Seção da Diretoria do Serviço de Povoamento, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.

³⁸ Estrado de madeira em que dormem os soldados nos quartéis. Cf. XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000, p. 894.

³⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 08 de 17 de setembro de 1918, endereçado a Paschoal Villaboim, Chefe da 2ª Seção da Diretoria do Serviço de Povoamento, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.

não estavam bem secas e o serviço veio a sofrer mais tarde⁴⁰. A pressa na entrega das obras para abrigar um número relativamente elevado de menores em tão pouco tempo mostra o despreparo das autoridades na alocação de elementos ditos perigosos. Essa pressa teria sido motivada por pressão do governo, ansioso por encaminhar os menores para o patronato, “aliviando” as cadeias e “limpando” as ruas da capital federal.

O número de menores atendidos durante o funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis foi, em média, 150 internos por ano. Os relatórios do MAIC não foram precisos sobre a lotação de internos neste patronato, pois ora constavam 180⁴¹, ora constavam 160 menores⁴². Provavelmente por conta dos ajustes do primeiro ano da instituição (estrutura física e número de funcionários nas diversas funções, por exemplo), os números em relação à lotação dos menores foram alterados.

A repercussão gerada pela criação do patronato em terras catarinenses fez com que os olhares da imprensa quanto a este empreendimento fossem mais acurados. O *Correio da Manhã* relatou detalhadamente a organização da instituição e, também, o funcionamento do núcleo colonial:

O antigo alojamento de imigrantes e o armazém de bagagens estão sofrendo as indispensáveis obras de adaptação, para serem transformados em dormitórios e refeitório para os educandos.

Além do pessoal administrativo da colônia, serão aproveitados para o Patronato, os serviços médico e farmacêutico, já ali organizados pelo Serviço de Povoamento.

No decorrer do ano último funcionaram nesse núcleo 5 escolas públicas, 2 cursos noturnos, 1 curso ambulante e 4 escolas particulares, com 216 alunos matriculados.

Compõe-se a viação do núcleo de 4 estradas internas com 59.135 metros e 3 estradas externas com 69.830 metros, que o ligam a capital do Estado e as estações de Pedrinhas e Braço do Norte da estrada de ferro Tereza Cristina, além de 17 caminhos vicinais com 232.056 metros de comprimento⁴³.

O Núcleo Colonial Federal Anitápolis teve em seus primeiros dez anos diversos “contratempos”, como o declínio da imigração (principalmente germânica) a

⁴⁰ A madeira que não seca bem, considerada “verde”, pode vir a ter defeitos e empenar (entortar pela ação do calor ou pela umidade). Cf. XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000, p. 354.

⁴¹ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 144.

⁴² BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, p. 90.

⁴³ Jornal **Correio da Manhã** – Florianópolis, 17/07/1918, p. 01.

partir de 1914, os diversos ataques dos indígenas nas imediações e, posteriormente, a vinda dos brasileiros (mencionados como *nacionais* nos relatórios) para ocupação destas terras. As questões referentes aos *indígenas* e aos *nacionais* serão tratadas no capítulo 3.

Mesmo assim, a estrutura socioeconômica da localidade era considerada regular; com a implementação do patronato, novos ares de prosperidade foram almeçados pelo poder local e, conseqüentemente, pelos habitantes, sabedores que novas técnicas agrícolas seriam ensinadas, e também pela atenção da União referente a esta instituição (e para a localidade).

Durante os anos de 1918 a 1922, nenhum relatório do MAIC fez menção detalhada à estrutura do Patronato Agrícola de Anitápolis; apenas foram apresentadas normas gerais a todos os patronatos em território brasileiro. Consideramos o Patronato de Anitápolis neste universo. Somente no relatório de 1923 menciona-se que sua área era de 23 hectares⁴⁴. Para chegar a essas medições, verificamos que num ofício expedido, em 1919, pelo diretor do Patronato de Anitápolis ao diretor do Serviço de Povoamento de Santa Catarina havia o pedido de criação de uma seção do patronato no campo do Maracujá⁴⁵, onde poderiam ser reservados 300 ou 600 hectares de terras⁴⁶. Sua maior justificativa para essa seção era o ensino da pecuária e indústria animal, pois a área era considerada “imprestável para as culturas, quando, no entanto, a sua topografia tanto favorece o emprego de máquinas agrícolas”⁴⁷.

A seção fora planejada para abrigar 50 alunos, com previsão de seis edificações (dormitórios, despensa, almoxarifado, estábulo, cocheira, latrinas). A madeira considerada para a construção era pinheiro, abundante naquela zona, com ressalva para a madeira verde, como fora utilizada nos reparos do prédio principal (antigo barracão dos imigrantes). Para a instalação dessa seção seria necessário recuperar as condições da estrada entre a sede do núcleo e o campo do Maracujá.

⁴⁴ Medida agrária equivalente a 10.000 m². Cf. XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000, p. 491.

⁴⁵ Uma das 26 seções que existiam no Núcleo Colonial Anitápolis. Cf. BOEIRA, 2005, op. cit., p. 20.

⁴⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 185, de 04 de outubro de 1919, ao Chefe do 9º Distrito, Delegado em comissão da Diretoria do Serviço de Povoamento, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.

⁴⁷ *Ibidem*.

Acreditamos que o barracão de imigrantes tenha sido sede central do patronato até meados de 1922, por conta de indícios revelados no ofício que transcreve um telegrama para o MAIC, com os seguintes dizeres:

Confirmo o telegrama n. 772 de 2 do corrente que esta Diretoria vos dirigiu: “Peço vos entenderdes Governo do Estado sobre a possibilidade ser cedido um imóvel e edifícios, onde possa ser instalado Patronato Anitápolis, próximo a essa Capital, com lotação duzentos menores”.
Saúde e Fraternidade⁴⁸.

O relatório do MAIC de 1923 também descreve os diferentes trabalhos e consertos realizados pelas oficinas de carpintaria e selaria. Na ferraria, havia os reparos e fabricação de “diversas ferramentas para uso na lavoura, entre as quais brocas de aço, ferraduras, ferros pedreses etc.”⁴⁹.

O médico que assistia o patronato possuía um consultório na sede, uma das poucas edificações de alvenaria da instituição. O atendimento era dirigido aos internos, porém, em vários casos era estendido aos moradores do núcleo colonial. O relato de um médico recém-empossado demonstrou a diversidade dos afazeres e da prestação de serviços que executou. Ao iniciar o relatório, o profissional alega encontrar o estado de saúde dos menores satisfatório, que a alimentação é suficiente, em quantidade, qualidade e preparo. A ressalva maior corresponde às instalações: “sem exclusão, são todas condenáveis por defeituosas e impróprias⁵⁰”. Isso leva-nos a crer que o relatório seja do início das atividades do Patronato em Anitápolis, pois não há data para comprovar tal fato. Fazemos apenas conjecturas, porque notamos que somente em 1923 a instalação da sede fora construída e era de alvenaria. No mesmo relato, o médico trata dos atendimentos na enfermaria em conjunto com o farmacêutico. Cita o mês de março (1919), no qual deram entrada na enfermagem sete menores, dos quais cinco foram atendidos por serem portadores de “vermes intestinais”. As consultas atingiram um universo de 114 indivíduos, divididas entre o médico (70) e o farmacêutico (44); os curativos foram da ordem de “25 feitos pelo farmacêutico e a 13 por mim”, informa o médico⁵¹.

⁴⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 3.672, de 17 de julho de 1922, do Ministério da Agricultura e Comércio, para o Sr. Delegado do Serviço de Povoamento em Florianópolis.

⁴⁹ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1923, p. 141.

⁵⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório do médico em exercício para o Sr. Diretor do Patronato Agrícola Anitápolis, sem data.

⁵¹ Ibidem.

O cirurgião-dentista também fazia parte da gama de funcionários do patronato. Ângelo Jorge foi contratado para a função em 1921, sob supervisão do MAIC, com o pagamento realizado pela Delegacia Fiscal do Tesouro do Estado de Santa Catarina, num esforço de várias instâncias governamentais. A minuta do contrato redigido pela Diretoria do Serviço de Povoamento determinava que o cirurgião-dentista prestasse serviços independentemente do número de atendimentos.

Os serviços dentários compreendiam:

obturações de porcelana, amalgama e cimento, colocação de pivôs, extração de raízes, tratamento de fístulas, carnes esponjosas e abscessos, tratamento de quaisquer moléstias da boca, limpeza e conservação de dentes, curativos necessários, etc.⁵².

Segundo o contrato, o cirurgião dentista devia permanecer na sede do patronato durante 15 dias mensais, consecutivos ou alternados. Nos casos urgentes, que exigissem intervenção imediata, o profissional devia comparecer ao patronato quando chamado, independentemente de onde residisse.

O corpo técnico era formado por inúmeros profissionais. Essa multidisciplinaridade chamou a atenção da imprensa florianopolitana:

Pelo Ministério da Agricultura foi criado o Patronato Agrícola do Núcleo Anitápolis, sendo para esse estabelecimento nomeados os seguintes funcionários: Diretor, Edgar Carneiro; Médico, Dr. Oswaldo Neves de Espíndola; Farmacêutico, José d'Acampora; Secretário, Luiz Ferreira de Mello; Ecônomo, Berthino Pereira; Mestre de Culturas, Engenheiro Agrônomo Rangel e Porteiro - Contínuo, Victorino Guedert. Devem ser nomeados ainda os professores primários⁵³.

Mesmo com um quadro técnico considerado amplo, o diretor Edgar Carneiro queixava-se de alguns funcionários do patronato, indiferentes e incapazes de obter resultados condizentes com os serviços prestados no Núcleo. Por outro lado, no mesmo ofício, dizia contar com o apoio de funcionários como o "Dr. Oswaldo Neves Espíndola, além dos valiosos diaristas, inspetores Nelson de Lemos Basto, Berthino

⁵² ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Minuta do contrato a ser celebrado pela Diretoria do Serviço de Povoamento com o Cirurgião Dentista, Ângelo Jorge, em resposta ao Ofício nº 1986, de 05 de agosto de 1921.

⁵³ Jornal **A Comarca**. Palhoça, ano I, 01/09/1918.

Gregório Pereira, Aloysio de Araujo e Isaac Melo”⁵⁴. O trabalho dos diaristas e inspetores não se limitava apenas aos cuidados com os educandos; a inspeção das aulas, do asseio e da ordem eram práticas em voga, acrescidas da vigília nas instruções ao ar livre, nos horários das refeições e nas horas de lazer (intervalos das aulas, nas noites e madrugadas).

Cargo de maior relevância na instituição, a direção era um posto de representatividade política bastante evidente, que conferia prestígio ao seu ocupante. Com a regulamentação do ensino agrícola no Brasil, em outubro de 1910, a legislação estabelecia que o “diretor dessas instituições deveria ser um engenheiro-agrônomo”⁵⁵. Esse profissional disputaria o mercado de trabalho “e o campo intelectual/político com os demais profissionais até então autorizados a falar e intervir, dentre outras coisas sobre a agricultura”⁵⁶.

Com essa autoridade, o diretor do patronato contratou funcionários de origem germânica⁵⁷. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, principalmente no Sul, muitos destes passaram à condição de marginalizados⁵⁸. Os germânicos foram vistos como pessoas que não mereciam confiança, espões em potencial, traidores ou renegados⁵⁹. O cotidiano social reafirmava essa condição marginal, o discurso mobilizado para a conduta moral era cuidadoso em relação aos estrangeiros (principalmente os teutos⁶⁰), frisando o tom de alerta quanto “aos manejos da espionagem, que é multiforme, e emudeçam todas as bocas quando se tratar do

⁵⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 65, de 06 de dezembro de 1918, ao Diretor do Serviço de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.

⁵⁵ ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília: UNESP, 1980, p. 71.

⁵⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e 'habitus' de classe na Primeira República. **Cadernos do ICHF**. Nº 48, novembro, Niterói, ICHF-UFF, 1992, p. 38.

⁵⁷ “À falta de nacionais que preencham as condições mencionadas neste regulamento poderão ser contratados, pelo máximo de doze meses, profissionais estrangeiros, com longo tirocínio na cultura de plantas tropicais e das indústrias rurais no país, conforme documentos idôneos”. Cf. BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo XI, artigo 101.

⁵⁸ As atenções sobre o “perigo alemão” são anteriores à Primeira Guerra Mundial (1914 -1918); mesmo com estas “interferências”, a “‘brancura’ continuou como um requisito importante para a inclusão na ‘raça’ brasileira, mas o que significava ser ‘branco’ mudou de forma marcante entre 1850 e 1950”. Cf. LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p. 21.

⁵⁹ WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940, p. 154.

⁶⁰ Consideramos os termos *teuto* ou *teuto-brasileiro*, usados por Giralda Seyferth: “categoria que designa os descendentes de imigrantes alemães ou austríacos, ou procedentes de regiões europeias onde a língua alemã prevalece numa situação de grupo minoritário”. Cf. SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990, p. 47.

interesse nacional”⁶¹. Atitudes como a demissão de operários alemães das administrações dos Núcleos Coloniais Anitápolis e Esteves Júnior, em 1917, bem como a suspensão das atividades das escolas alemães em Anitápolis fizeram parte do rol de ações para “prevenir qualquer distúrbio”⁶².

Sobre essas manifestações referentes às condutas entre os habitantes e a administração local, resultado das ações do Estado em relação ao povo alemão e seus descendentes no Brasil, encontramos na documentação uma carta endereçada ao Diretor do Patronato em 1919, em resposta ao ofício que ele enviou para algum órgão governamental⁶³ sobre a influência germânica nos estabelecimentos que o governo havia confiado a sua guarda. O autor da carta descreve como seria a impressão que teria qualquer funcionário superior que, por ventura, viesse a visitar o Patronato de Anitápolis:

Entra na oficina de ferreiro e pergunta: Quem é o mestre? É o Sr. Broering. Segue para a de sapateiro e, a mesma pergunta: É o Sr. Kumm. Na de seleiro: É o Sr. Wassen. Na de alfaiate: É a Sra. Schwinden. Dirige-se depois para os alojamentos. Quem é o Porteiro? É o Sr. Goedert. Entra e ouve chamar pelos guardas: Sr. Grossert, Sr. Fausel, Sr. Schwinden e assim por diante. O que pensará ou mesmo dirá então? Não estou no Brasil. Parece que não estou num estabelecimento público nacional, mas num estabelecimento alemão porque vejo todos os cargos confiados a alemães! Dirá você que esses indivíduos são brasileiros, e no seu ofício classifica-os muito bem, de seus conterrâneos. São, de fato, seus conterrâneos porque nasceram na mesma terra, mas não são seus patrícios porque não tem a mesma pátria. O alemão e seus descendentes são sempre alemães, estejam ou não naturalizados em país estrangeiro. Para eles a pátria é sempre a Alemanha, deste fato, temos sobejantes provas em Santa Catarina⁶⁴.

A preocupação do autor da carta incide sobre o *elemento alemão*, embrenhado no cotidiano social do patronato e do núcleo colonial. A imigração teuta tinha sido bastante acentuada desde a fundação do núcleo colonial, em 1907, até 1914, colaborando com o povoamento de praticamente todas as seções do Núcleo. Os embates e as tensões possuíam como ponto em comum a questão do *outro*. Podemos perceber isto na continuação da carta, principalmente na possível influência destes alemães sobre os educandos do patronato:

⁶¹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Proclamação do Presidente da República Wenceslau Braz referente à posição do Brasil quanto a Primeira Guerra Mundial, 1914.

⁶² ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 822, de 07 de novembro de 1917. Cópia dos telegramas enviados a Inspeção do Serviço de Povoamento.

⁶³ Assim suspeitamos, pois não há referências sobre a origem ou o autor destes escritos.

⁶⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Carta assinada em resposta ao Ofício nº. 38, de 23 de fevereiro de 1919, para o Diretor Edgar Carneiro, Diretor do Patronato de Anitápolis.

No assunto tem capital importância à instrução de menores, tanto nas escolas como nos institutos profissionais dos quais é mister arredar esses elemento pernicioso para a nossa nacionalidade.

Bem sei que no restrito tempo concedido para a instalação do Patronato não podia Você, de pronto, de outro elemento, dadas as condições locais, mas agora que a situação tende a normalizar-se, deve Você, com critério e bom senso que lhe são peculiares tratar de sanar essa irregularidade, procurando, com oportunidade substituir, nesse instituto, o elemento de fundo germânico pelo elemento genuinamente nacional, porém sem abalos, sem precipitações que possam redundar em prejuízos para o ensino e para os bons créditos do estabelecimento. Assim o ordena o nosso patriotismo, o nosso caráter de delegados de confiança do Governo Nacional e a nossa própria responsabilidade individual que nos cumpre por a coberto de quaisquer ápodos ou mesmo censuras.

Espero que V. Exa. corresponda a minha confiança, atendendo as minhas razões e com ela concordando sem discrepâncias porque são antes conselhos de um bom amigo com o auxílio do qual pode contar para essa campanha patriótica de regeneração desse trecho de território nacional, pequeno, mas de futuro grandioso.

Cordiais Saudações⁶⁵.

Pelo teor da carta, sem emissão de números, como consta nos ofícios, se supõe que o autor era funcionário de algum estabelecimento governamental (ou do próprio patronato), pois a intimidade com os fatos narrados nos mostra que tinha amplo e irrestrito acesso às várias dependências da instituição.

O modo como foi idealizada a comunidade ampliava os embates entre os “novos” moradores (imigrantes) e os “velhos” moradores (indígenas); somados à falta de assistência do poder público em termos de política migratória para com a localidade e, posteriormente, com a influência da Primeira Guerra Mundial, aumentaram as relações de força entre os ditos estabelecidos (imigrantes de toda ordem, migrantes e representantes do poder público) e os *outsiders* (primeiro, os indígenas e, mais tarde, os educandos do patronato), usando a perspectiva teórica de Norbert Elias⁶⁶. A análise dessas relações entre os sujeitos deve ser vislumbrada entre as várias partes envolvidas, imigrantes *versus* indígenas, moradores *versus* administração local, menores *versus* patronato, sem deixar de estar atento para o fato de que partes distintas também poderiam se envolver, indígenas *versus* menores, por exemplo. Reforçando a ideia de Elias: as tensões são produzidas nas divisões das funções sociais, quando algumas pessoas ou grupos conquistam um “monopólio hereditário dos bens e dos valores sociais de que outras pessoas

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

dependem, seja para sua subsistência, seja para protegerem ou efetivarem sua vida social”⁶⁷. Neste caso, a administração local (do núcleo colonial e do patronato), assim como os moradores antigos (com privilégios, por suas condições socioeconômicas), são os detentores deste monopólio.

A implementação do patronato ampliou os embates, e novos rumos foram dados aos problemas domésticos. Forçosamente, a comunidade do núcleo e do patronato buscavam “a coexistência simultânea de vários seres humanos relacionados entre eles”⁶⁸. Ao verificarmos que a instituição escolar é hierarquizada e hierarquizadora dos saberes e do prestígio dos agentes que nela atuam e das pessoas que ela forma, percebe-se o ajustamento social que a instituição propunha aos menores, para torná-los úteis à nação.

2.3 - A TRÍADE: EDUCAÇÃO, TRABALHO E DISCIPLINA

O método educativo que se visava era de cultivar o sentimento de dignidade e amor à verdade e ao trabalho, a aversão aos vícios e hábitos repreensíveis, o prazer pelo benefício prestado e a capacidade de autonomia individual pelo conhecimento da própria responsabilidade⁶⁹.

O método educativo aplicado nos patronatos agrícolas do país era baseado na educação cívica, física e moral. A educação cívica tinha o objetivo de despertar no aluno o sentimento patriótico às instituições republicanas. A educação física traria ao aluno a prática da higiene, associada aos exercícios ginásticos. Por último, e não menos importante, a educação moral, que repetiria fórmulas morais:

como sucede nessa espécie de automatismo escolar que instituímos em relação a quase todas as disciplinas, só muito excepcionalmente o menino acabará identificando-se com os preceitos que todo homem é obrigado a cumprir para com a sociedade e para consigo mesmo⁷⁰.

As instruções orgânicas dos patronatos agrícolas instituídas pelo decreto 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, em seus 34 artigos, relatam que o ensino

⁶⁷ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994, p. 42.

⁶⁸ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993, p. 39.

⁶⁹ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 137.

⁷⁰ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 140.

proporcionado nessas instituições era primário e profissional. Acréscimos e mudanças foram feitas com a nova organização destes, sob o decreto 13.706, de 25 de Julho de 1919. Objetivamente, estas instituições

são exclusivamente, destinadas às classes pobres, e visam à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁷¹.

A ideia de ensino almejada aos patronatos agrícolas era a excelência que a Escola Premonitória Quinze de Novembro obteve, “cujos auspiciosos resultados se tem acentuado sob a excelente direção do Dr. Franco Vaz, uma das vocações mais vigorosamente especializadas no assunto”⁷². A Escola Premonitória Quinze de Novembro foi um instituto disciplinar fundado em 1899 pelo chefe de polícia, Dr. João Brasil Silvado. Essa instituição tinha um caráter singular em relação às outras instituições vinculadas ao sistema judiciário, com objetivo de intervenção direta junto aos menores potencialmente perigosos (fossem *vadios* e/ou abandonados). O período de internação (isolamento) era composto segundo as divisões escolares (básicas e complementares), e embora instalado no contexto urbano, utilizava o serviço nas oficinas e no campo aliados à educação militar, como moldes para “reformatar” indivíduos⁷³.

Positivar o trabalho nos espaços escolares (incluídos os institutos disciplinares como os patronatos agrícolas, por exemplo) deveria ser objetivo ampliado em âmbito nacional. O trabalho, os trabalhadores e os ensinamentos decorrentes da atividade laboral, delineavam-se como os grandes produtores da riqueza nacional, ícones de uma promessa de futuro grandioso. Havia a emergencial necessidade de articular a formação do povo brasileiro em prol de criação de mão de obra (industrial e rural), “a fim de mitigar as disputas e conflitos sociais”⁷⁴.

A educação estabelecida tinha a expectativa de revogar as *tendências* criminosas pré-existentes ou *adquiridas* pelos menores, modificando as influências ditas *perniciosas* ou *maléficas* que o meio constituía. A remoção, associada ao distanciamento geográfico dos lares, e a educação destes, possibilitaria superar

⁷¹ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo I, artigo 1º.

⁷² BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 137.

⁷³ VIANNA, op. cit., pp. 63 -73.

⁷⁴ PANDINI, Sílvia. **A escola de aprendizes artífices do Paraná**: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910 - 1928). Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPR, Curitiba, 2006, p. 30.

tendências viciosas, incorporadas pelas influências socioeconômicas ou hereditárias do meio do qual eram provenientes. O internamento era destinado à regeneração ou à preservação social do menor. Não deveria ser visto como castigo, mas, nos moldes higienistas, como medida saneadora e de prevenção social para protegê-lo dos males que a sociedade impunha (abandono, *vadiagem*, mendicância, prostituição, criminalidade e alcoolismo).

O teor pedagógico apresentado nos discursos de prevenção e regeneração seria o responsável por realizar a *transformação* do menor, cabendo às instituições escolares esta responsabilidade; e, no nosso caso, aos patronatos cabia instituir a regeneração moral e física das crianças e jovens através de práticas educativas, higiênicas, moralizantes e disciplinares, direcionando-os ao trabalho (agrícola).

A instrumentalização legal que regulamentava o *modus operandi* dos patronatos agrícolas registrava os objetivos de *educar e regenerar*. As finalidades atribuídas aos patronatos agrícolas englobavam o perfil institucional entre dois modelos: “o escolar – voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho agropecuário – e o correcional – regenerar por meio da vida no campo com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares”⁷⁵.

As normas estabelecidas pelo diretor refletiam as estratégias do Estado em práticas educacionais aplicadas aos jovens alunos, fosse pela instrução ou pela correção destes sujeitos. As relações de poder mostram as posições dos personagens em questão: de um lado, o *fabricador* da disciplina, com uma gama de instrumentos – “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que é específico, o exame”⁷⁶; do outro lado, o que seria o *produto final* – jovens infratores que, mediante esta relação de forças, impunham suas táticas e astúcias de maneira que aproveitavam “as ocasiões e delas depend[iam], sem base para estocar[em] benefícios, aumentar[em] a propriedade e prever[em] saídas”⁷⁷.

O “educar” no patronato diferia da escola e do ensino ditos tradicionais. Seu corpo funcional ensinava aos alunos, além das disciplinas regulares, outras relativas à prática agrícola e ao ensinamento de outros ofícios, como selaria, ferraria e sapataria. As atividades relacionadas à agricultura consistiam no acompanhamento

⁷⁵ OLIVEIRA, 2003, op. cit., p. 33.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Niterói: Vozes, 1987, p. 142.

⁷⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 100. Inserir as chaves para alterar a citação a ponto de fazer a concordância com o plural, porque “são os jovens que aproveitam as ocasiões”.

de todo o processo de produção, desde a derrubada da mata, o plantio, os cuidados da lavoura e a colheita, além da criação de diversos animais, como porcos, galinhas, cavalos, bovinos, entre outros. A par das noções de agrotecnia e veterinária, o ensino ministrado ainda incluía a educação cívica, aos moldes da educação militar, particularmente atento às noções de ordem, civismo e autodisciplina.

O ensino primário compreendia três cursos: elementar, médio e complementar. O programa no curso elementar e médio consistia em

- a) leitura, escrita e ensino prático da língua materna, no qual as lições teóricas de gramática, reduzidas ao mínimo, serão dadas intuitivamente em exercícios semânticos, que conduzam o aluno a falar e escrever corretamente a língua portuguesa;
- b) contar e calcular aritmética prática até a regra de três, ensinada sucessivamente por processos espontâneos e sistemáticos;
- c) sistema métrico, precedido do estudo da geometria prática, taquimetria;
- d) elementos de geografia e história do Brasil, por meio de lições simples, intuitivas, leitura, preleções e conferências;
- e) lições de coisas e noções concretas de ciências físico-químicas e de história natural;
- f) instrução moral e cívica, noções elementares de higiene;
- g) desenho;
- h) música, compreendendo cânticos escolares e patrióticos;
- i) passeios, excursões e coleta de plantas, insetos, etc., para organização de pequenas coleções escolares;
- j) ginástica sueca e jogos ao ar livre;
- h) trabalhos manuais⁷⁸.

A grade curricular contemplava disciplinas atreladas ao ensino técnico-agrícola, como poderemos observar adiante. O curso primário complementar serviria como revisão e ampliação do curso elementar e médio; as classes de alunos podiam ser divididas em tantas subclasses quanto fossem necessárias para melhor eficiência do ensino, não podendo haver mais de 40 alunos por subclasse. Se houvesse alunos *anormais*⁷⁹, o médico deveria reduzir o número de educandos na classe.

No ensino profissional, o aluno deveria ter noções de:

- 1) Estudos do solo, sua origem, composição, propriedades, classificação das terras, seus caracteres gerais, com aplicação aos terrenos comuns a região; terras próprias para agricultura, para horticultura, etc.;
- 2) Meios de preparar e melhorar o solo; sistemas de lavoura; drenagem e irrigação dos terrenos;

⁷⁸ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo IV, artigo 17.

⁷⁹ Em nosso entendimento, pela leitura das fontes, alunos anormais são alunos de má conduta, perniciosos e prejudiciais ao andamento do ensino.

- 3) Instrumentos agrários, em conjunto, nas peças que os constituírem; trabalhos de montagem e manejo de máquinas agrícolas; execução das lavouras, sua produtividade, forma, época e número;
- 4) Escolha das sementes, sua preparação, épocas de semeadura, profundidade, quantidade de semente a empregar por unidade de superfície;
- 5) Preparação e aproveitamento das matérias fertilizantes; estrumes vegetais e animais; adubos químicos e corretivos;
- 6) Jardinocultura, horticultura, pomicultura e utilização dos respectivos produtivos;
- 7) Insetos úteis e prejudiciais a agricultura; doenças que afetam as plantas cultivadas; meios de preveni-las e combater;
- 8) Prados naturais e artificiais; pecuária, compreendendo as espécies zootécnicas mais apropriadas a região; higiene, criação e alimentação;
- 9) Lactínios e outras indústrias animais;
- 10) Apicultura e sericultura;
- 11) Beneficiamento e embalagem dos produtos da lavoura;
- 12) Contabilidade e outras associações úteis a lavoura⁸⁰.

A aplicabilidade das disciplinas para a realidade do Patronato Agrícola de Anitápolis foi extensiva, como se verifica no relatório do auxiliar agrônomo, responsável direto pelos trabalhos agrícolas, durante o mês de abril de 1920, aos diversos campos práticos nos quais se ensinavam diversas formas de cultivo e manejo com a terra, plantas e animais:

Ensino Agrícola – Revisei neste mês as lições teórico-práticas sobre Agricultura, falando-lhes mais sobre vida vegetal, folha, flores, métodos de reprodução, boa escolha de um sítio, etc., tendo no CAMPO ensinado a muitos o manejo do arado, e aproveitando todas as ocasiões para lhes falar alguma coisa sobre isto⁸¹.

Cada patronato deveria se adequar, conforme o artigo 23, ao gênero da produção a que o estabelecimento fora destinado. Para a geografia de Anitápolis, com áreas montanhosas e densas florestas, consideramos a possibilidade de que o ensino profissional tenha sido bastante diversificado, com especialidades múltiplas, agregando os conhecimentos implementados pelas noções agrícolas demandadas para a subsistência da localidade.

O regime escolar e econômico estava embasado pelo Capítulo VIII do citado decreto de 1919 e a disciplina estava evidente nos artigos mencionados. O regime escolar era caracterizado pelo tempo fracionado e direcionado para educação, alimentação, vestuário, calçado, e também para os serviços gratuitos de uso

⁸⁰ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo IV, artigo 22.

⁸¹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 05 de abril de 1920, ao diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo auxiliar agrônomo Araújo Videira, alusivo ao mês de março de 1920.

coletivo, como assistência médica, farmacêutica e dentária⁸². Os educandos, como descrito no decreto, eram obrigados a comparecer às aulas e a todas as programações que constavam no programa escolar. Sua participação também previa a “cooperação” na limpeza e no arranjo das edificações, entre outras atividades. A divisão em turmas era essencial para que todos participassem das mesmas funções.

No capítulo subsequente do citado decreto estão arroladas as penalidades previstas àqueles que não respeitassem o regulamento. O artigo 88 prevê:

- a) admoestação feita em particular, ou em público, pelos encarregados de serviço, pelos professores e, por último, pelo próprio diretor do estabelecimento;
- b) privação do recreio;
- c) isolamento com trabalho escrito, sobre assunto de moral;
- d) notas más;
- e) rebaixamento ou mudanças temporais de classe;
- f) anulação temporária ou definitiva de honras que lhes tenham sido conferidas;
- g) multas em dinheiro e suspensão temporária em casos de faltas graves;
- h) expulsão na reincidência, determinada pelo diretor de serviço⁸³.

As penas disciplinares eram amplamente difundidas, nas mais diversas formas. Citamos, por exemplo, parte do relatório que concerne às penas, no qual se lê que “foram recolhidos ao isolamento 20 menores, admoestados em classe 10 e privados do recreio 2”⁸⁴. No referido documento não constavam os motivos pelos quais os menores receberam essa punição. Essas faltas provam que a disciplina imposta no patronato nos remete ao pensamento de Foucault, em que “a disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”⁸⁵.

Os professores do Patronato Agrícola de Anitápolis faziam relatórios sobre o movimento escolar aos seus superiores. A rotatividade dos alunos era constante, como mostra o relatório referente a fevereiro de 1922, que informa que haviam sido

⁸² BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo VIII, artigo 57.

⁸³ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo IX, artigo 88.

⁸⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Resumo dos fatos dos principais fatos ocorridos no mês de março de 1920, ao Diretor do Serviço de Povoamento, em 03 de abril de 1920.

⁸⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 125.

desligados dez educandos no mês, alguns deles porque fariam o curso complementar em outro Patronato⁸⁶.

No relatório médico⁸⁷ sobre a prestação da assistência no patronato, notamos um parágrafo, em especial, sobre o número de consultas. O médico constatou que o estado sanitário dos menores era satisfatório; em contrapartida, ocorreu um número excessivo de consultas, pois muitos rapazes teriam comparecido à consulta por motivos “banais”, com leves contusões ou simples escoriações, enquanto outros voltavam às consultas com as mesmas contusões (ou escoriações) por várias vezes.

Um subterfúgio que poderia ser utilizado pelos menores, pois era nos relatórios médicos que se podiam verificar as penas aplicadas pelos instrutores (castigos físicos); e também, como era a forma da interação do jovem com seu meio circundante (algazarras, tensões e até brigas entre os alunos), e sua adaptação a este novo lugar. Podemos supor que existia a prática de punições físicas, mas infelizmente não encontramos escritos relatando explicitamente tais acontecimentos. Verificam-se as estratégias impostas pelas condições “favoráveis” ao ensino/vigilância, que contavam com a própria geografia do lugar, favorável à prática panóptica sobre os educandos. Mesmo assim, com todas essas delimitações, o menor se aproveitava de “ocasiões”, na definição de Certeau, e previa saídas⁸⁸.

2.4 PROFESSORES/INSTRUTORES: ENSINO AGRÍCOLA, CÍVICO E MILITAR

A instituição patronato era movida pelos princípios da educação e da regeneração. A infraestrutura de seus estabelecimentos era subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), prevista para lidar com crianças e jovens desviantes, dando-lhes todo o embasamento teórico e prático para o trabalho rural. Para colocar em prática esse projeto, era indispensável contar com sujeitos capazes de transformar esses indivíduos através da educação. Os professores tornaram-se os mediadores desse processo, acrescentando

⁸⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 16 de março de 1922, ao Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo professor Hugo de Figueiredo, alusivo ao mês de fevereiro de 1922.

⁸⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 185, de 04 de outubro de 1919, ao Chefe do 9º Distrito, Delegado em comissão da Diretoria do Serviço de Povoamento, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.

⁸⁸ CERTEAU, op. cit., p. 100.

ensinamentos específicos, além daqueles considerados básicos na educação primária, média e complementar.

Os professores, instrutores e agentes de vigilância foram mencionados no artigo 25, do decreto 13.706, de 1919. O artigo contempla a instituição com “1 auxiliar agrônomo, 1 professor primário por grupo de quarenta alunos, 3 mestres de oficinas, 1 inspetor por grupo de 100 alunos e 1 guarda vigilante por grupo de 50 alunos”⁸⁹. Alguns funcionários poderiam ser admitidos pelo diretor, podendo ser supridos pela própria localidade, como observamos no item supracitado sobre os estrangeiros no patronato⁹⁰. A absorção de profissionais do núcleo colonial aproveitava a brecha do artigo 30, que trata da escolha dos mestres de oficinas. Estes deveriam ser preferidos entre os que tinham certificado de capacidade da Escola de Artífices, Aprendizado ou Patronato Agrícola, ou houvessem cursado qualquer escola profissional⁹¹. Para a escolha dos professores primários, o diploma era fator relevante, além do fato de já terem lecionado pelo menos um ano. Na falta destes, um concurso abrangeria profissionais “não diplomados e com suficiente prática escolar”⁹².

As mudanças dos encargos profissionais entre os funcionários não eram comuns, porém, em nossa pesquisa, notamos a mudança de função do funcionário Renato d’Acampora, de enfermeiro para guarda vigilante. Nas palavras do Diretor, o dito “funcionário trabalhando neste Patronato há muito tempo e sendo ótimo auxiliar na vigilância quando existe impedimento de guardas, achei justo que por equidade deviam-se melhorar seus vencimentos”⁹³. As necessidades de vigiar e somar mais um membro na vigilância dos menores eram maiores que ter um profissional da saúde.

O bom comportamento era analisado através de critérios como linguagem, participações em atividades, atitudes corporais, demonstrando também o contrário, ou seja, o que passou a ser considerado mau comportamento. Para civilizar essas condutas, era preciso professores austeros, com noções de civismo e até certo militarismo nas suas condutas, acompanhados de perto por vigilantes, capatazes e

⁸⁹ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de Julho de 1919, Capítulo V, artigo 25.

⁹⁰ Comentamos no item 2.2, sobre o teor da carta que fazia referência à influência do elemento alemão na educação dos menores do Patronato. Cf. ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Carta assinada em resposta ao Ofício nº. 38, de 23 de fevereiro de 1919, para o Diretor Edgar Carneiro, Diretor do Patronato de Anitápolis.

⁹¹ BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo V, artigo 30.

⁹² BRASIL, Decreto n. 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo V, artigo 32.

⁹³ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 497, de 01 de março de 1924.

funcionários, que ora custodiavam os menores, ora auxiliavam no ensino, como monitores de turmas.

O uso condicionado do tempo, otimizando-o ao máximo era o mote no cotidiano da instituição. O programa das festas do “Dia da Criança” dá a real dimensão do uso coordenado e regrado do tempo.

PRIMEIRA PARTE

Às 5 horas – Alvorada – Salva de três tiros de morteiro

Às 5 ½ horas – Passeata pela sede

Às 6 horas - Formatura em continência a Bandeira, dizendo o aluno n. 62 um soneto a Bandeira Nacional, sendo logo após entoado por todos o Hino a Bandeira.

Às 10 horas - Formatura e assistência a festa da Escola Mista da Sede

SEGUNDA PARTE

Às 12 horas - Sessão Solene:

a) Hino da Proclamação da República, pelos alunos

b) Leitura da Ordem do Dia, pelo Diretor

c) Preleção pelo Prof. Aristheo Pires R. de Oliveira

d) Recitativos:

1º - O ninho das andorinhas, pelo aluno n. 71

2º - A consciência, pelo aluno n. 14

3º - A pomba e a formiga, pelo aluno n. 58

Esta parte será encerrada com a “Canção do Marinheiro” por todos os alunos.

TERCEIRA PARTE

Às 15 horas - Reunião do júri de promoção do Batalhão Escolar, finda a que serão colocadas as respectivas divisas nos promovidos, pelo Sr. Diretor

- Logo após, distribuição de 5 prêmios aos melhores alunos de acordo com a deliberação do júri para esse fim nomeado

Encerra esta parte a Canção da Brigada Policial, por todos os alunos

QUARTA PARTE

Às 16 ½ horas – Jantar servido por Senhoras, com assistência dos convidados.

Às 18 horas - Formatura em continência ao arriar da Bandeira, com ginástica e exercícios militares na Praça da Sede⁹⁴.

Como podemos verificar, as atividades propostas para este dia especial, com atividades e horários programados, tornou a prática da correção de condutas na busca do resultado (rápido) do condicionamento aos educandos. O que impressiona foi o resultado rápido nesta transformação dos jovens, porque os mesmos estavam na instituição há menos de um mês⁹⁵.

A prática de disciplinas que exigiam o empenho e a destreza física dos alunos, como ginástica, exercícios militares e o escotismo, tinha a intenção de desenvolver progressivamente o educando, como expõe este relatório:

⁹⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Programa das Festas do “Dia da Criança” no Patronato Agrícola de Anitápolis, para o dia 02 de outubro de 1918, elaborado pelo Diretor Edgar Carneiro.

⁹⁵ O Patronato Agrícola de Anitápolis iniciou suas atividades em 12 de setembro de 1918. Cf. BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, p. 90.

Exercícios para infantaria – Evoluções de companhia a toque de corneta. Continuo a instar que os alunos cada vez mais se dedicam nas instruções militares.

Ginástica – Exercícios sem arma [...], soltos em aparelhos, corridas e fogos esportivos etc. Noto também que todos os alunos se mostram bastantes interessados por esses exercícios.

Sinaleiros – Continuação teórica e prática. Com grande satisfação minha tenho o prazer de comunicar-vos que os educandos têm tomado grande interesse para esta instrução.

Esgrima de baioneta – Continua a instrução aos alunos os exercícios de esgrima preparatória, continuando a notar em cada educando a agilidade necessária para a esgrima de [...].

Escotismo – Continuação de ginástica e [...] individual. Considerado deixar aqui registrado a boa vontade e interesse com que os alunos se esforçam para o bem [...]⁹⁶.

Essa educação com base militarista, com exercícios de infantaria⁹⁷, ginástica sueca e o escotismo, ao ar livre, era vista com entusiasmo pelos alunos, na opinião do diretor do patronato, positivando esta imagem da instituição nos relatórios. Uma disciplina complementava a outra, as ordens e as condutas praticadas pelos toques de corneta, pela voz ativa do líder nas caminhadas, nos passeios e na descoberta do meio circundante da localidade, com suas matas, trilhas e cachoeiras, faziam desses momentos eventos lúdicos, sem perder a conduta que o militarismo aspirava. O escotismo adotado no patronato provinha do movimento de 1907 de Robert Stephenson Baden Powell, oficial do exército inglês; foi uma concepção que ultrapassou fronteiras e foi incorporada pelo caráter instrutivo da “autoeducação”⁹⁸.

⁹⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório do instrutor Carlos Augusto para o Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, sobre os exercícios militares, ginásticos, esgrima de baioneta, sinaleiros e escotismo durante o mês de julho de 1921.

⁹⁷ “A Infantaria é a mais antiga arma do Exército e geralmente dotada dos maiores efetivos, formada por soldados que podem combater em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar variados meios de transporte para serem levados à frente de combate. Sua principal missão é conquistar e manter o terreno, aproveitando a capacidade de progredir em pequenas frações, de difícil detecção e grande mobilidade. A infantaria contemporânea frequentemente emprega o princípio de Fogo e Movimento para atingir uma posição dominante em relação àquela do inimigo. A Infantaria moderna segue uma organização que divide as tropas de infantas agrupando-os em unidades chamadas de divisões, brigadas, batalhões, companhias e pelotões”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Infantaria>> Acesso em: 12 set. 2011.

⁹⁸ Baden Powell introduziu uma série de inovações quando atuava no exército britânico: a divisão do pelotão em grupos, com seis homens; uma espécie de prêmio para os melhores desempenhos – o distintivo da flor de lis. O sistema adotado no exército foi transformado no livro *Aids to Scouting*, espécie de manual para exploradores. Mais tarde, na região do Transvaal (África do Sul), sob seu comando, conseguiu resistir às investidas dos bôeres, no chamado cerco de Mafeking. Seu contingente era menor que o do inimigo. Foram empregados meninos como mensageiros e ajudantes para liberar soldados disponíveis para as trincheiras. Após este evento, articulou e publicou uma série de fascículos nos jornais de Londres, os *Scouting for Boys* (*Escotismo para Rapazes*, no Brasil). Adaptação do livro que fizera para seus soldados na África, atingiu certamente os jovens, usando a “isca” das necessidades de aventura e autoafirmação. O *Escotismo para Rapazes* não era uma ideia de todo original, vários educadores como Montessori e Freinet pregavam os mesmos conceitos, a

Porém, nem todas as atividades ao ar livre eram vistas com bons olhos pelos educandos: os trabalhos agrícolas eram penosos, a repetição de movimentos e a mecanização do fazer não tinham a mesma vivacidade dos exercícios militares. O relatório sobre o ensino da prática agrícola demonstrava o desinteresse geral dos alunos: “quanto ao seu aproveitamento, só direi que a grande maioria tem manifesta e cordial ojeriza pela nobilíssima arte de laborar a terra”⁹⁹, afirma o auxiliar agrônomo.

Para manter os alunos ordeiros quanto ao ensino da prática agrícola, um artifício extremamente eficiente e prático para essas situações foi utilizado: a vigilância. Este expediente demonstra que entre as táticas empregadas pelos menores estavam gazejar as aulas e até empreender fugas. Por outro lado, as estratégias de vigilância adotadas eram aquelas da polícia, além das adotadas pelo corpo funcional do patronato, como demonstra parte deste relatório: “Aproveito a ocasião para vos pedir o aumento das diárias aos sargentos e anspeçadas¹⁰⁰, como incentivo ao bom desempenho de suas funções de chefes de turmas, proporcionalmente ao posto”¹⁰¹. O encarceramento ao ar livre reconstituiria nos alunos o gosto pelo trabalho (forçosamente); parafraseando Foucault, buscava-se a transformação da alma e do comportamento dos indivíduos¹⁰².

Essa simbiose educador/vigilante em alguns professores traria desdobramentos na instituição. Verificamos que pedidos como o supracitado mostravam a vontade de tornar o patronato mais punitivo que educativo. Outros

autoeducação. Sua originalidade foi colocar um caráter prático nestes conceitos, unindo pedagogia, sociologia, educação física, filosofia, formação militar, acrescentando sua própria experiência pessoal. O programa planejado continha técnicas de acampamento, observação, artes mateiras, cavalheirismo, salvamento de vidas e patriotismo. Os ideais, as atividades e sistema de equipe foram uma grande atração a milhares de jovens que começaram a praticar esta nova filosofia por toda a Inglaterra e, conseqüentemente, por todo o mundo. Cf. POWELL, Robert S. S. Baden. **Lições da escola da vida**. Brasília: Ed. Escoteira, 1986; Idem. **Caminho para o sucesso**. Brasília: Ed. Escoteira, 1984; Idem. **Escotismo para rapazes**. Brasília: Ed. Escoteira, 1986.

⁹⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 05 de abril de 1920, ao diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo auxiliar agrônomo Araújo Videira, alusivo ao mês de março de 1920.

¹⁰⁰ O termo *anspeçada* era uma antiga graduação militar do Exército, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares brasileiros, ocupada por praças entre as graduações de soldado e cabo-de-esquadra. Caiu em desuso no Brasil em meados do século XX. Disponível <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anspe%C3%A7ada>> Acesso em 25 set. 2011.

¹⁰¹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 05 de abril de 1920, ao diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo auxiliar agrônomo Araújo Videira, alusivo ao mês de março de 1920.

¹⁰² FOUCAULT, op.cit., p. 101.

relatos nos mostram o acúmulo de funções e o desabafo em relação à profissão e seus desafios:

Há para mim, um regular acúmulo de serviço, mas para um professor consciente e amigo da instrução, é ato nobre e louvável desdobrar-se em atividade para atender com critério a mais de uma turma, sem se queixar do serviço árduo e fatigante que o espera.

Fico irritado e triste, quando deparo alguém, na sociedade, que desconhece ou ignora o magistério, ou qual seja a função do educador, e não lhe valoriza os serviços profissionais, julgando-o muito aquém do seu mérito: mas, a meu ver, em se tratando da educação e instrução, todas as atenções devem voltar-se para o assunto; pois que, nada há de mais nobre e grandioso do que se instruir e preparar o futuro da mocidade brasileira, dirigindo-a nas letras, nas artes, nos serviços de agricultura, indústria e comércio, formando uma mocidade calma, moralizada e que compreenda os seus deveres na vida, capaz de formar fileira com as gerações que estão em franco progresso no Velho Mundo. [...]

Por isso, quem como eu, moço ainda, trabalha como um humilde obreiro no magistério público, no sertão do Brasil, entregando-se com grande votamento por esta causa grandiosa, deve orgulhar-se do desempenho de tão honrosa e distinta missão¹⁰³.

O desabafo do professor Hugo de Figueiredo, em relatório do mês de fevereiro de 1922, nos mostra a árdua tarefa não apenas de ensinar (em jornada dupla), mas de mostrar às autoridades que a educação deveria ser prioridade para formar a *futura mocidade*, pois só assim o Brasil cresceria e estaria em pé de igualdade com o *Velho Mundo*.

Uma instituição como o Patronato Agrícola de Anitápolis, com profissionais diversos, alunos “forçados” a estudar, uma diversidade grande de discursos e vivências, inevitavelmente traria confrontações das mais diversas. A disciplina, usada como força motriz, amparada nas características da melhora física e mental das futuras gerações brasileiras, amplificaria o padrão seguido pelos moldes higienistas, a fim de formar sujeitos fortes, robustos e saudáveis¹⁰⁴.

¹⁰³ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 16 de março de 1922, ao Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo professor Hugo de Figueiredo, alusivo ao mês de fevereiro de 1922.

¹⁰⁴ VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giane Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, mar.2010, p. 126.

3 - A AÇÃO E A ÓTICA DOS SUJEITOS: OS MENORES E O PATRONATO

3.1 – O NÚCLEO COLONIAL, O PATRONATO E OS INTERNOS: SOCIABILIDADES

O Núcleo Colonial Anitápolis era inicialmente um protótipo de sociedade constituída como um microcosmo concebido “do nada”, ou seja, apenas floresta, um “nada civilizatório”. A partir de pressupostos da modernidade e do preenchimento de “regiões vazias” com a presença do “elemento branco” (o imigrante), ocorreu a desconsideração do grupo já estabelecido, o indígena. Várias etnias foram alocadas naquela região, inicialmente russos, seguidos pelos germânicos (alemães, austríacos e suíços) e alguns poucos de outras nacionalidades, como finlandeses, espanhóis, portugueses e, por fim, os nacionais¹.

Desde a criação do Núcleo Colonial, em 1907², Anitápolis fora considerado um local ideal, com terra abundante e a chegada maciça do europeu (até 1914) na nova pátria, calcada nos moldes de uma nova legislação para a imigração³. O núcleo se enquadrava nas mudanças da legislação imigratória para a formação de colônias mistas, que previam, além de imigrantes europeus, os nacionais em suas novas terras. Dessa forma, o governo certificava-se de não criar um núcleo homogêneo, um enquistamento étnico⁴.

Algumas famílias próximas da região do núcleo tiravam proveito dos trabalhos realizados para o Serviço de Povoamento, para a Comissão do Núcleo e, futuramente, para o Patronato Agrícola. Conhecedores da região, desde São Pedro

¹ Para Jair de Souza Ramos, os imigrantes estavam na classe dos subsidiados, porque recebiam o pagamento das passagens e a concessão dos lotes, por exemplo, são aqui concebidos como mecanismos através dos quais os agentes do Serviço de Povoamento (MAIC) buscavam agir sobre as ações desses imigrantes/colonos de modo a construir uma relação de autoridade, notamos que esta autoridade não era exercida efetivamente. Cf. RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar as políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, julho de 2003, p. 32.

² A área de terras devolutas para a fundação do Núcleo Colonial Federal Anitápolis foi cedida pelo governo do estado à União, pela lei nº 722, de 17 de Agosto de 1907. Cf. BOEIRA, Daniel A. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p. 14.

³ BOEIRA, 2005, op. cit., p. 19.

⁴ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990, p. 15.

de Alcântara, passando por Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, através de Santa Isabel e Teresópolis, alguns desses homens (em sua maioria, imigrantes estabelecidos há bastante tempo nestas localidades) faziam comércio e eram carreteiros (transportadores) por todas as regiões próximas à capital catarinense; assim, estabeleceram contatos comerciais com o Núcleo, sendo que algumas famílias, com o passar dos anos, fixaram comércio em Anitápolis.

Os descasos da administração local e do Serviço de Povoamento ao gerir as estradas e dar condições dignas aos imigrantes para sua permanência na localidade, nos primeiros anos, fizeram com que episódios de revoltas e embates entre os colonos (geralmente liderados pelos germânicos) e a direção do Núcleo Colonial ocorressem. Devemos lembrar que o Patronato Agrícola fora implementado em 1918 e se tornou sede administrativa geral – tanto da instituição, como do Núcleo – somente em 1925, como nos mostra o ofício endereçado ao senhor Dulphe Pinheiro Machado, Diretor da 3ª Seção do Serviço de Povoamento:

Comunico-vos, que em cumprimento as ordens contidas em vosso telegrama, segue para “Anitápolis” no dia 13 de fevereiro conforme comunicação que faz V. Exa. no telegrama Nº 13, da mesma data, para fazer entrega de todo material pertencente a extinta Administração, do Núcleo “Anitápolis” a Diretoria do Patronato Agrícola “Anitápolis”. Ali chegando procedi a verificação das existências e inventários bem como de todo material escolar que estava distribuído pelas diversas escolas das seções. Cumprida todas as formalidades foi ao Sr. Diretor do Patronato Agrícola Anitápolis, Sr. João Quirino do Nascimento entregue todo o material constante do inventario, bem como as importâncias recolhidas entre o período de 1º de Janeiro a 13 de Fevereiro do corrente ano⁵.

Antes da implementação do Patronato, a ordem social vigente exprimia um estado conflituoso devido à convivência de diversas etnias. A vinda de grupos étnicos como os germânicos para o Núcleo foi motivada principalmente pela necessidade de manter a colonização da área proposta originalmente. A expectativa sobre este grupo foi maior por conta do sucesso de suas adaptações em outras regiões de Santa Catarina. No entanto, pelo fato de formarem uma maioria étnica (até 1914), a antiga expectativa cedeu lugar à constituição de uma suposta ameaça, evidenciando, de certa maneira, a incapacidade administrativa da maioria dos responsáveis pelo Núcleo.

⁵ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 2304, endereçado ao Sr. Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do Serviço de Povoamento, em 12 de março de 1925.

Um dos principais motivos para o descontentamento geral por parte dos colonos era a falta de assistência nos assuntos referentes à questão rural, a má distribuição e atraso no envio de sementes, assim como a carência no assessoramento das culturas plantadas, fazendo com que as revoltas fossem constantes. Casos como a apropriação indevida de lotes vizinhos eram recorrentes, sendo que a afronta, as ameaças e as brigas contra o poder público se tornaram tão constantes, que em 1910, o governo do estado de Santa Catarina criou um distrito policial no Núcleo, não pela posição geográfica ou por mérito populacional, mas para atender a demanda de denúncias de invasões de terra, ataques e motins deliberados pelos mais diversos motivos⁶. Não é possível justificar os confrontos como sendo apenas étnicos, porque nem sempre ter a língua em comum significava entendimento:

No dia 14 de fevereiro do corrente ano, voltavam João Osterwaldes e Christovão Luifel da sede do Núcleo Anitápolis aonde tinha ido queixar-se de seus vizinhos Henrique Marty e de sua mulher Maria Staub por constantemente implicarem com eles, não lhes deixando até trabalharem na estrada que passa pelos seus lotes, tendo mesmo na manhã deste dia sido João Osterwaldes vítima do mau comportamento de Marty que lhe dera umas bordoadas ao passo para sua casa, quando ao chegarem no lote n° 59 foram avisados por Carlos Osterwaldes irmão de João, que Marty queria desfeita-los e que portanto tomarem cuidado ao passarem na casa desses; João em vista do que seu irmão acabava de contar pediu-lhe e a Christovão para que os acompanhasse até a sua casa no que foi atendido as 6 ½ horas da tarde mais ou menos, com uns 60 metros de avanço de seus companheiros passava João de frente ao lote n° 62 da secção do Maracujá, quando seus companheiros vieram correndo em defesa; Marty sentindo-se impotente para levar ao fim as suas intenções gritou para sua mulher Maria Staub que atira-se, esta naturalmente de combinação com seu marido à espera do momento oportuno para executar suas ordens, atira sem fazer pontaria e em lugar de acertar nos pretensos agressões de seu marido os projéteis alojaram-se no corpo de seu próprio marido que imediatamente ao primeiro tiro partido de sua casa caiu já sem vida, a denunciada não satisfeita com a desgraça que acabava de cometer e como se fora uma criminosa habitual, continuou a atirar no intuito os pretensos agressores de

⁶ Citamos este caso como exemplo dos comportamentos dos moradores e das demandas que a polícia local enfrentava: “Tendo em vindo ao meu conhecimento que as casas desta Administração, situadas nos lotes Ns. 54 e 60 da Seção Povoamento, em que foram localizados os colonos José Siller e Gustavo Viesbach, foram incendiadas em dias da semana passada, assim como desapareceu a do lote N. 5 da Seção Gaspar, ocupada ilegalmente pelo colono Ernst Lourene, venho solicitar a abertura de um rigoroso inquérito a fim de apurar responsabilidade e do qual esta Administração possa ter conhecimento por copia”. Cf. ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício ao Sub-Delegado de Polícia do Núcleo Colonial Anitápolis, enviado pelo Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis, em 18 de outubro de 1915.

seu marido o que não conseguiu por circunstâncias independentes de sua vontade tendo apenas ferido levemente a Cristóvão L. e João O.⁷.

Além destas tensões cotidianas, o advento da Primeira Guerra Mundial expôs ao máximo estas dissonâncias, tornando o imigrante germânico causa e efeito de qualquer evento que pudesse destoar da “normalidade”. Temos como exemplo a carta endereçada ao diretor do Patronato (citada no capítulo anterior), fazendo referência ao elemento alemão dentro da instituição, e também o pedido feito pelo jornal O Estado ao governo catarinense, para enviar o “quanto antes, um regular contingente de forças, para o distrito referido”⁸.

A introdução dos ditos nacionais⁹, migrantes vinham de diversas partes do Brasil, como a região do Contestado e do Nordeste¹⁰, a partir de 1914. Antes desta leva migratória, havia brasileiros que comandavam a administração do Núcleo Colonial. A heterogeneidade étnica ocorre efetivamente em 1915, com o acréscimo dos migrantes nacionais, do que resulta certo “equilíbrio” entre as etnias que viviam em Anitápolis.

Acompanhando o pensamento de Norbert Elias, é possível perceber o Núcleo Colonial Anitápolis como um sistema geral de sociedade, composto por uma trama primordialmente determinada pelos assuntos comunitários. Notamos que algumas construções em torno dos sujeitos *nacionais* ou *colonos* não compõem necessariamente uma imagem acabada, seja ela num contexto nacional ou nas prerrogativas do senso comum, como as que colocam o colono como uma figura de origem europeia, por exemplo¹¹. De acordo com Elias, as conexões de interesses que ligavam os indivíduos formaram o sistema no qual se criou aquilo que chamamos de sociedade, representando uma existência muito particular de “estruturas sociais”. Essas regularidades, que são percebidas na ordem da circulação de confrontos e soluções, “constituem a regularidade própria das relações entre os indivíduos, suas especificidades e interesses mais particulares”¹². De forma

⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício ao Diretor Inspetor do Serviço do Povoamento do Solo, cópia do processo relativo ao crime de que fora vítima o colono de nacionalidade suíça Henrique Marty. Núcleo Anitápolis, em 13 de março de 1912; apud. BOEIRA, 2005, op. cit., p. 47.

⁸ Jornal **O Estado** – Florianópolis, 07/12/1917, p. 01.

⁹ Preferimos usar esta terminologia para os migrantes brasileiros, por opção de fidelidade ao contexto da época.

¹⁰ Retirantes cearenses, para ser mais preciso. Cf. BOEIRA, 2005, op. cit., p. 37.

¹¹ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000, p.100.

¹² ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993, p.34.

similar, as classificações que diferenciavam imigrantes e trabalhadores nacionais correspondiam à alocação em espaços diferenciados como “os núcleos coloniais e os centros agrícolas”¹³.

Inserida nesse conceito, a reunião de interesses em torno da segurança do Núcleo Colonial em relação aos indígenas apaziguava as diferenças “entre iguais” para um motivo comum. Há uma série de documentos relatando a matança de indígenas¹⁴ pelos colonos ou por grupos armados contratados para “limpar” a área. Com o desenvolvimento do Núcleo e a abertura de novas seções, o confronto entre os colonos e os indígenas tornou-se inevitável. Alguns relatos, documentos e reportagens remetem ao estado marginal em que os indígenas foram colocados pela sociedade. Sabendo disto, os órgãos governamentais, mantenedores do núcleo, esforçaram-se para evitar a violência por parte dos colonos, que se sentiam intimidados com a presença indígena na região.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) mantinha dois órgãos sob sua coordenação, o Serviço de Povoamento do Solo e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN¹⁵). O primeiro tratava do povoamento das áreas geográficas consideradas vazias, além de outros trâmites relacionados à colonização das referidas áreas. O SPI tratava do amparo e da proteção ao indígena em caso de conflitos com o novo morador, o colono, e também para localizar e amparar o trabalhador nacional, neste caso, o caboclo¹⁶. Em muitas situações, esses dois grupos mediram forças, sendo que geralmente o

¹³ RAMOS, op. cit., p. 36.

¹⁴ Os indígenas da região eram chamados de *bugres Xokleng* e pertenciam ao grupo linguístico dos Jês. Conforme cita Jochem: “Os índios Xokleng são também conhecidos por Botocudos, Bugres, Kaingans, Aweikoma e Xocrém. Os botocudos pervagavam o litoral, mas principalmente a Serra: o Rio dos Bugres, Taquaras, Rio Fortuna e Bom Retiro já no Planalto Catarinense. A sociedade indígena dos Jê é conhecida através da literatura etnológica, como pessoas arredias, agressivas, de resistência sócio-cultural. Conservavam ferrenhamente seus padrões de cultura e organização social, mantendo contato destrutivo com as tribos ditas ‘civilizadas’. Andavam nus, enterravam seus mortos nos ranchos que abandonavam. Não praticavam lavoura; não abriam roças; mantinham somente atividades de subsistência caçando e coletando alimentos na natureza.” In: JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livros, 1992, p. 190.

¹⁵ A sigla SPILTN será substituída por SPI, pois fazemos alusão somente ao elemento indígena nas sociabilidades referentes à localidade de Anitápolis, durante o período pesquisado.

¹⁶ Para Giralda Seyferth, o pioneirismo dos colonos e a eficiência do colonizador teuto são contrapostos a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial. Pois esta questão de colono e caboclo na conceituação da autora faria referência à noção de identidade, que “aponta para a classificação de indivíduos através de critérios de pertencimento que incluem elementos culturais e sociais objetivos ou, ainda, de natureza simbólica, assumidos como signos que remetem à origem presuntiva, a um passado comum.” Cf. SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, ano 9, 1994, pp. 103–122.

SPI perdia a queda de braço para o Serviço de Povoamento. O modelo de modernização no Brasil da época fazia com que os indígenas fossem tratados conforme as “necessidades do progresso”. Proteger os indígenas, nesse sentido significava provocar a transformação do “selvagem” em civilizado e, posteriormente, em trabalhador nacional, tocado pela ciência e pela técnica, a fim de produzir eficientemente.

Alguns esforços para evitar o confronto entre colonos e indígenas tiveram que ter a enérgica atuação do SPI e de autoridades estaduais. Correspondências enviadas com determinações aos diretores de núcleos coloniais evidenciavam práticas bastante usuais:

Recomendo determineis aos chefes do núcleo sob vossa inspeção que tomem providencias com relação a defesa contra os índios desse Estado, mesmo que se trate de providências de caráter urgente e provisório. Convêm também recomendar não sejam aproveitadas nos serviços em que possa haver contato com os selvícolas pessoas que já tenham tido parte em lutas com os mesmos referidos¹⁷.

Mesmo assim, inúmeras batidas organizadas pelos próprios moradores das seções mais distantes do Núcleo foram feitas; em muitas delas, os colonos contratavam gente especializada na caça e matança dos indígenas: os *bugreiros*¹⁸. Esses eram contratados para fazer a “limpeza”, evitando que o bugre aparecesse de novo nas propriedades e roças da região.

A repercussão dos embates entre indígenas e colonos chamou a atenção da imprensa¹⁹ e, conseqüentemente, do SPI, que enviou para o Núcleo, em 23 de maio de 1916, um indígena intérprete, “a fim de tomar conhecimento dos assaltos de

¹⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 40, enviado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Inspetor Geral do Serviço de Povoamento de Santa Catarina, Florianópolis, 12 de fevereiro de 1912.

¹⁸ Os bugreiros atuaram inicialmente em patrulhas para “afugentar os bugres”, através de um sistema ideológico em que o indígena era sinônimo de “vadio, assassinos e ladrões” e o (i)migrante seria a representação do progresso e da civilização. Inúmeras batidas foram feitas em diversas regiões de Santa Catarina. Um dos bugreiros mais conhecidos foi Martinho Marcelino de Jesus ou Martinho Bugreiro, contratado por particulares e pelo Estado para “afugentar” os indígenas. Utilizava o fator surpresa, atacava os acampamentos indígenas durante a madrugada, especializando-se em táticas de guerra, aprendendo um pouco sobre os hábitos dos indígenas, “dessa forma, aprenderam a reconhecer os indícios da presença de indígenas nas imediações”. Cf. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. A ocupação do espaço. In: KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul: uma história**. Ed. UFSC, 1999, pp. 24-27.

¹⁹ Para saber sobre a relação da imprensa com o indígena, recomendo: ALVES, Rosilene Maria. “**Se mostram de novo os Bugres**” - Abordagens da Imprensa Catarinense sobre o Indígena (1900 - 1914). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

índios aí ocorridos ultimamente e de procurar entabular relações pacíficas com os mesmos desde que ainda aí se achem”²⁰.

Apesar de todos os esforços para conter as animosidades entre colonos e indígenas, em 1917, o jornal *A Notícia* veiculou a matéria *Os silvícolas e as celebres batidas*, sobre problemas na região de Anitápolis:

Há um mês mais ou menos foi elevada a efeito uma formidável, desumana e bestial batida aos silvícolas, nas cabeceiras dos rios Chapecó e Pequeno, limítrofes do núcleo colonial Anitápolis.

Segundo consta os despojos postos a comércio, deviam ter sido trucidados muitos silvícolas. E conforme versão corrente, parece que nem mesmo as crianças foram poupadas nesta terrível carnificina.

Alardeia-se destreza no manuseio do facão e pericia no atirar a carabina e se expõem a venda dez arcos, cento e tantas flechas, cestos, rosários, agulhas e linha de costura, sacos de tecido vários que, segundo o cálculo feito ligeiramente montam a mais de 600\$000.

Dizem que os autores dessa batida, os indivíduos João Meurer, Theodoro Galdino, uns tais Ferreiras e outros, todos bem conhecidos, quer na sede de Grão Pará, quer na linha “Rio Pequeno”.

Este fato sacrifica em extremo os créditos do Ministério da Agricultura ao qual está afeto o Serviço de Proteção aos Índios e dá mostras dos sentimentos bestiais dos seus criminosos autores.

Há necessidade do governo tomar medidas práticas, rápidas e enérgicas no sentido de punir os responsáveis por esse crime que tanto depõe contra os nossos foros de civilizados²¹.

Os moradores que representavam na visão do Estado a ideologia progressista para a ocupação da terra, a fim de transformá-la através da agricultura, tiveram um “acréscimo de peso” com a introdução do Patronato Agrícola nesta localidade. Os embates contra os representantes da barbárie, no caso, os indígenas, continuaram até o final do período que pesquisamos, porém notamos que a forma acentuada dos ataques “recíprocos” deixaram de ser tão acentuados²². O indígena começou a “desaparecer” na segunda metade da década de 1920. Conforme Dall’alba, em “1925 já eram poucos os bugres arredios que ainda sobreviviam aos ataques dos serranos e dos colonizadores”²³.

As instituições difusoras de implementação do elemento (i)migrante e da agricultura moderna eram consideradas como importantes peças do projeto político

²⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício enviado ao Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis, pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, 23 de maio de 1916.

²¹ Jornal **A Comarca** – Palhoça, 01/07/1917, p. 01.

²² A alegação maior dos colonos era que os indígenas roubavam parte das plantações, matavam os animais de criação e ameaçavam as mulheres e crianças que ficavam sozinhas, quando os cônjuges estavam fora (na roça ou no trabalho para a sede do Núcleo). Por estas razões, as batidas para caça e extermínio dos indígenas teriam para eles sua razão de ser.

²³ DALL’ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973, p. 331.

e econômico, em conjunto com a instalação dos núcleos coloniais, e posteriormente dos patronatos agrícolas. Tal projeto socioeconômico de dominação/inserção passava pela diversificação da agricultura em pequenas propriedades nos núcleos coloniais; pela modernização da pecuária, através da importação de reprodutores de raça; pela difusão de métodos “modernos” de criação intensiva; e, finalmente, pela construção de todo um arsenal discursivo que visava ao mesmo tempo legitimar a intervenção estatal junto ao campo e fortalecer a identidade de classe dos proprietários rurais catarinenses, conforme as diretrizes nacionais do SNA e do MAIC.

Para situar uma leitura “completa” das sociabilidades existentes entre o Patronato Agrícola de Anitápolis, o Núcleo Colonial e os internos, foi preciso “retroceder” alguns anos, para dar ciência destas sociabilidades preexistentes entre os diversos moradores da localidade. A introdução do Patronato e de seus educandos trouxe novos elementos e novas compreensões sobre esta vivência neste ambiente tão heterogêneo de costumes.

O Núcleo Colonial Anitápolis, em 1918, tinha uma população estimada em dois mil habitantes, e mantinha uma guarnição da força policial com 30 homens na sua sede. Este contingente era considerável para a pequena localidade²⁴, mas devia-se à preocupação dos administradores locais e federais com possíveis revoltas dos menores²⁵. Apesar do efetivo considerável da força policial, somado ao quadro de instrutores/vigilantes do Patronato, o controle sobre os educandos era tarefa complicada. A vivência destes menores pelas ruas, e todo tipo de influência “adquirida” nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, de onde a maioria era proveniente, davam a estes indivíduos experiência para lidar com diversas situações, inclusive com o cerceamento e a vigilância impostos pela instituição.

²⁴ Conforme relatado no Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública Catarinense, o contingente fixado “a 17 de setembro, pela Lei n. 1.151 para o exercício de 1918, passou a ser composto de um batalhão de infantaria com três companhias e um esquadrão de cavalaria, n’um total de 420 homens, sendo 21 oficiais e 399 praças, distribuídas da seguinte forma: Esquadrão de Cavalaria, 4 oficiais e 66 praças; Batalhão de Infantaria: Estado Maior, 5 oficiais; Estado Menor, 45 praças e as três companhias com 4 oficiais e 96 praças cada uma. Cf. SILVA, Ildefonso J.; LIMA, José S.; CORDEIRO, Demerval. **Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública de Santa Catarina** (1835 – 1935), Florianópolis: [s.n.], p. 57.

²⁵ Na documentação verificou-se o acréscimo de contingente da força policial somente após a instalação do patronato agrícola, outros “problemas” eram geralmente solucionados entre os membros da localidade e a administração local, como por exemplo, os ataques dos indígenas e as possíveis brigas entre vizinhos.

Um ponto que notamos favorável ao Patronato na relação de controle ao menor, e conseqüentemente, sobre o Núcleo Colonial, foi a autoridade imposta pela disciplina austera e a tutela exercida sobre os moradores da localidade. Para a administração local, a população era objeto de ação, para ajudá-los a gerir seus próprios destinos, devendo ser orientados, vigiados e conduzidos, devendo exercer sobre eles um papel tutelar, conduzindo-os em seu “desenvolvimento”²⁶, com auxílios e favores. Os funcionários do Núcleo Colonial, e após 1918, do Patronato Agrícola, pela representatividade do diretor, se colocavam diante dos colonos como representantes de um centro de poder, identificado como o Estado brasileiro. As ações e a presença destes davam prestígio e capacidade na forma de conduzir imigrantes e colonos, como tutores.

A relação entre Estado e funcionário era circular, uma vez que entre os recursos de que dispunha, o funcionário usava do expediente de prestígio e confiança entre os colonos e imigrantes, não como um indivíduo isolado, mas sim como representante do Estado brasileiro. O resultado almejado dessa “encenação” era fazer com que os colonos investissem seus capitais e, principalmente, seu trabalho no projeto colonial estatal e que, em última instância, orientasse suas ações pela crença na existência de um centro respeitável: o Estado brasileiro, com seu prestígio, recursos e capacidades²⁷.

Esta cadeia de autoridade representada pelo diretor do Núcleo Colonial e, posteriormente, pelo diretor do Patronato, desempenhava a função de se ligar aos funcionários sob a forma de líderes, dando aos seus subordinados representatividade perante aos colonos, pois dentro da hierarquia estatal, o Patronato Agrícola estava no “comando” do Núcleo Colonial²⁸, exemplo evidente de paternalismo (estatal).

Para dar exemplo desta autoridade hierarquizada, cito este pedido:

Em nome de todos os Srs. pais de família da seção Braço do Norte, venho respeitosamente solicitar a V. S., caso seja possível, a alteração do horário que atualmente vigora para das oito às treze horas, nesta escola. Motiva esse pedido dos Srs. pais, os fatos infra mencionados, que já tive ocasião de verbalmente expor a V. S. Sendo todos os chefes de família residentes nesta seção, lavradores, isto é, tirando eles da lavoura o único meio de subsistência necessitam que seus filhos lhe aliviem os trabalhos de que se acha sobrecarregados prestando-

²⁶ RAMOS, op. cit., p. 35.

²⁷ Ibidem, p. 39.

²⁸ A efetiva incorporação do Núcleo Colonial pelo Patronato Agrícola ocorreu em 1925.

lhes também o seu concurso algo considerável no cultivo das terras. Ora, para que uma criança chegue à escola às dez horas, morando distante dela, na média de três quilômetros, é lhe necessário sair de casa, mais ou menos na hora em que os pais vão para a roça. E saindo da escola as quinze horas chegam a casa, quando os pais já voltam a ela também, sendo lhes assim completamente impossível ajudar os pais diariamente. Além disso, como V. S. sabe é costume aqui na colônia tomar-se uma refeição principal ao meio dia e a segunda à noite. Os lavradores saindo de casa ao nascer do sol, tornam a ela pela primeira vez ao meio dia, voltando depois de um breve repouso novamente ao trabalho para só deixá-lo com o dia. As crianças chegando em casa são obrigadas a chamar os pais que por seu turno tem que deixar o serviço para virem dar-lhes de comer, deixando o trabalho, por tal modo, duas ou três horas antes do que desejavam. Assim só as crianças deixam de ajudar aos pais, como também os obrigam a perder todos os dias algumas horas de trabalho. Começando as aulas às oito horas e terminando as treze, poderão as crianças chegar em casa a tempo de encontrar os pais, fazerem com eles a refeição e ajudá-los na roça todo o resto do dia.

Foi isso o que me pediram os Srs. chefes de família e que eu para o bem da minha escola, julgo de meu dever pedir também a V. S.²⁹.

Suspeitamos que o pedido feito ao diretor do Núcleo Colonial foi do professor desta escola isolada, Odilon Fernandes. Apesar da detalhada explanação, existe uma observação manuscrita no documento indeferindo tal pedido. Para esta questão pontual, o Estado brasileiro tinha duas propostas antagônicas: queria que seus colonos trabalhassem na terra e mantivessem sua produtividade para o bem da nação, mas também privava suas condições, não dando meio termo na condição da criança como trabalhador braçal, priorizando a escola em detrimento da família.

A vinda de menores de outros estados da federação e, mais tarde, da capital catarinense para uma instituição de ensino, e sua “introdução” nesta localidade, onde o espaço circundante seria usado para o ensino, fizera com que, na mente dos moradores, estes menores fossem considerados desordeiros. A (des)qualificação de nossos personagens crescia à medida que se tornava cada vez mais difusa a noção de que estes jovens eram delinquentes em potencial, noção esta que, dos compêndios jurídicos, rapidamente ganhou lugar na imprensa local, repercutindo a notícia vinda da capital catarinense:

Ha por toda esta vila um numeroso grupo de meninos desocupados que vagueiam pelas ruas, sem direção, cometendo toda a sorte de diabruras. Muitos deles, à hora em que devem estar na escola, aprendendo o que é útil e bom para a formação do caráter do homem do futuro, levam a dar pedradas a torto e direito, fazendo galos e cachorros brigarem, invadindo as propriedades alheias e praticando toda a sorte de inconveniências e

²⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício de Odilon Fernandes ao Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis, em 31 de julho de 1918.

obrigando as pessoas merecedoras de conceito a deitar energia para a repressão desses abusos³⁰.

Situações envolvendo jovens incidiam em notas de primeira página nos jornais, mostrando a audácia dos atos cometidos. A narrativa do jornalista mistura a indignação e o caricato:

Toques de Corneta

Alguns menores que andam ao léu entreguem-se, às tardes, ao brinquedo de toques de corneta, perturbando o sossego de muita gente.

Nas imediações das ruas José Jacques e Argentina, uns rapazes todas as tardes executam com maestria vários toques, observados dos quartéis da Força Pública e do Exército.

Há poucos dias, duas praças que moram nos Canudinhos, percebendo o toque de reunir deixaram suas casas e se foram desabadamente para o Quartel, onde estava tudo calmo.

Para o caso chamamos a atenção do Sr. Dr. Cid Campos, zeloso delegado de Polícia³¹.

Cada vez que eram relatadas as “diabruras” dos menores na capital catarinense e região, os jornais acresciam, em algumas ocasiões, outra nota, uma espécie de questionamento quanto aos motivos da internação de menores cariocas no Patronato Agrícola de Anitápolis. As pressões para o internamento de “nossos” menores neste estabelecimento eram cada vez maiores, surtindo efeito prático apenas oito anos após a abertura da instituição, com nota oficial do governo de Santa Catarina³². Apesar desta oficialização na introdução de educandos catarinenses no Patronato, cremos que, esporadicamente, já havia menores da região naquele estabelecimento anteriormente a 1926.

Através dos esforços entre a direção do Núcleo Colonial e o serviço de povoamento, a implementação do Patronato Agrícola se concretizava, bem como o convencimento instituído pela autoridade destes agentes em relação aos moradores tinha como propósito mostrar que a vinda de uma instituição desta magnitude seria benéfica para todos. Como descrito no capítulo anterior, muitos moradores foram admitidos como funcionários, ampliando a rede de relacionamentos entre a comunidade e o Patronato.

³⁰ Jornal **A Comarca** – Palhoça, 09/09/1918, p. 01.

³¹ Jornal **O Dia** - Florianópolis, 05/03/1918, p. 01.

³² ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício enviado ao Governador de Santa Catarina, Sr. Adolpho Konder, pela Diretoria Geral do Serviço de Povoamento de Santa Catarina, Florianópolis, 02 de junho de 1926.

Para justificar a permanência do Patronato e sua forma de atuação na educação destes jovens, demonstrações foram feitas em público. As datas comemorativas eram os melhores dias para demonstrar o lado disciplinador do Patronato e sua aplicabilidade prática sobre o educando. Mais uma vez, os jornais tornam-se ferramentas essenciais na propagação destas condutas:

Realizar-se-á com grande brilho, nesta localidade, uma grande festa em comemoração a gloriosa data da Proclamação da República.

Os festejos comemorativos são dirigidos pelo Diretor do Patronato Agrícola Anitápolis e Administrador do Núcleo. Será por esta ocasião prodigalizada um dia de alegria aqueles que vivem naquele recanto simpático de S. Catarina.

A festa projetada tem o seu programa desenvolvidíssimo, constando mais ou menos do seguinte:

Às 6 horas do dia 15, os alunos do Patronato, formados em frente ao edifício, em uniforme de dias de gala, farão, ao ser içada a bandeira, as continências do estilo e em seguida cantarão o Hino Nacional.

Às duas horas farão desfile pela praça e ruas da sede e estacionarão na praça, onde haverá distribuição de prêmio e bombons. Haverá também disputas entre eles, em jogos desportivos³³.

O disciplinamento imposto pela instituição, com as práticas ao ar livre, como o escotismo e exercícios militares, imbuía os jovens de força física e psicológica, para resistirem aos longos trajetos entre Anitápolis e municípios como São José, Palhoça e Florianópolis, fazendo com que a caminhada fosse um desafio a ser vencido. Embora o percurso fosse feito em etapas, com paradas em algumas localidades³⁴, um militar geralmente ficava responsável pela empreitada³⁵:

Os rapazes do Patronato Agrícola de Anitápolis, que fizeram um “raid” a pé até esta capital, afim de tomarem parte nas festas do centenário, têm tomado papel saliente em quase todas as comemorações.

Na missa campal realizada no dia sete no Ginásio formaram eles, prestando continência ao Sr. Governador do Estado.

Finda a cerimônia executaram vários e difíceis exercícios de ginástica sueca, sob a direção do seu competente instrutor.

Todos os movimentos eram ordenados por toques de corneta, executados por um “garotinho” de uns 15 anos, que conhece ordenança como “gente grande”.

Os exercícios foram feitos ali com admirável precisão, o que entusiasmou os presentes, fazendo com que muitos aplaudissem os rapazes do Patronato que formaram, mais tarde, na parada escolar.

Às 14 horas, mais ou menos, os rapazes do Patronato fizeram novos exercícios de ginástica defronte a Catedral, sendo aplaudidíssimos³⁶.

³³ Jornal **Município da Palhoça** – Palhoça, 06/11/1921, p. 01.

³⁴ As localidades usadas para descanso durante o percurso eram Rio Novo, Vargem Grande, Aririú, São José, por último, Florianópolis. Cf. Jornal **O Estado** – Florianópolis, 10/09/1922, p. 6.

³⁵ Senhor Carlos Martins, brigada reformado do exército. Cf. Jornal **O Estado** – Florianópolis, 10/09/1922, p. 6.

³⁶ Jornal **O Estado** – Florianópolis, 11/09/1922, p. 2.

O batalhão escolar, muitas vezes denominado assim pelas chamadas dos jornais, era um sucesso; os convites para estes eventos geralmente partiam do delegado do Serviço de Povoamento. Ao responder um destes pedidos, o diretor do Patronato salientou que tinha “o máximo empenho em fazer chegar ao vosso conhecimento, achar-se sempre animada da maior boa vontade todas as vezes que tem de cumprir as determinações, firme e criteriosamente emanadas de V. S.”³⁷.

Sobre o evento do dia 07 de Setembro (descrito acima), o que nos chama a atenção foi a falta de comprometimento por parte de alguns funcionários do Patronato, que acompanhavam os educandos. O diretor do Patronato suspendeu por quinze dias três funcionários, os senhores Renato d’Acampora (enfermeiro), Antonio de Souza Neves (guarda vigilante) e Manoel Mello (copeiro), pois manifestaram “falta de cumprimento dos deveres e indisciplina durante a permanência do mencionado Batalhão nessa Capital”³⁸. Cabe salientar o estado civil dos funcionários, alguns eram solteiros, os casados moravam com suas famílias nas proximidades do Patronato, ou deixavam suas famílias na sua terra natal. Possivelmente, as “novidades” da cidade grande fizeram com que o comprometimento fosse abalado. Com a vinda do batalhão escolar para as apresentações nas festividades ocorridas na capital catarinense, todos ficavam instalados na Hospedaria dos Imigrantes, na parte continental. Próximo dali havia “distrações” que podiam comprometer o comportamento dos funcionários. Espaços de sociabilidades, onde se encontravam bares com mesas de “bacará” e lugares como a Praça XV, ocupado por prostitutas³⁹, tornando a estadia destes adultos extremamente “perturbada”.

A indisciplina, em nossa análise, era o temor maior. No entanto, além do medo em relação às desordens por parte dos menores instalados no Patronato, havia também casos de intolerância por parte dos moradores do Núcleo com a administração local. Exemplos sobre os comportamentos destes sujeitos, citados

³⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício n. 235, de 25 de agosto de 1922.

³⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício n. 245, de 14 de setembro de 1922.

³⁹ PEREIRA, Ivonete. No vaivém da vida: prostitutas em “trânsito” – Florianópolis (1900/1940). In: FÁVERI, Marlene et al (Org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Ed. UDESC, 2010, p. 89.

anteriormente, mostram que estas relações de força continuaram com o passar dos anos.

Numa determinada situação, observamos atos rebeldes de colonos de seções distantes da sede da localidade, conforme consta no ofício enviado para as autoridades da capital catarinense, motivados pela prisão do filho de um colono da seção Maracujá, após ter provocado desordens. A prisão estremeceu as relações entre as autoridades constituídas e as lideranças locais:

Colonos estiveram distante da sede, oitocentos metros, com grupo de quinze homens armados com Winchester para invasão, entretanto, motivos ignorados fizeram desistir da tentativa. Urge medidas para facilitar a comunicação dessa Diretoria, com autoridades do Estado, sob pena parecer-mos de momento asfixiados pela pressão destes indivíduos bárbaros e ignorantes⁴⁰.

Anitápolis como espaço social, deveria ter seu “esquadrinhamento disciplinar”, não só no Patronato Agrícola, mas de maneira geral, pois as formas de se fazer valer como autoridade eram muitas vezes pela imposição da força, para que o Estado (ou suas instituições/representações) pudesse ser preservado.

A tentativa de civilizar antigos moradores, tendo o Patronato como símbolo e exemplo desta nova reorganização urbana e social, obtida pelo exemplo dado nas grandes cidades, nos dá a entender que a intervenção imposta era a forma vista como correta para se proceder. Ao mesmo tempo em que o Patronato podia ser “indesejado” pelos moradores, como uma instituição autoritária e causadora de atritos, era também um estabelecimento “benéfico”, uma vez que empregara moradores locais, independente da nacionalidade, trazendo dividendos para o Núcleo Colonial com a produção de culturas específicas.

A introdução de funcionários de outras nacionalidades, sendo estes moradores da localidade, para o cumprimento de funções (estratégicas), como instrutores de oficinas, tendo como empregador uma instituição federal, traziam benefícios (financeiros) à região. Em contrapartida, também relatamos a falta de comprometimento de funcionários, tanto através de maus exemplos, como nas condutas inadequadas perante aos educandos. Na documentação pesquisada, nos ativemos a um caso específico, o qual denominamos “ápice do mau exemplo”.

⁴⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 1.882, de 21 de fevereiro de 1926, cópia do telegrama enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina.

O ofício n. 612, enviado para o Delegado do Serviço de Povoamento em 1923, relata a atitude tomada pelo diretor do Patronato na suspensão do auxiliar agrônomo por demonstrações e comportamentos não condizentes na frente dos educandos:

Vindo, após a minha administração, trabalhando com afã, para amurar os fundos deste estabelecimento e assim evitar que os educandos, burlando a vigilância, possam fugir e perambularem nas ruas da sede do Núcleo, o que a muito custo, consegui inaugurar em 17 de março passado, e, tendo resolvido deixar um portão para passagens de veículos, determinei naquele dia que os funcionários encarregados da vigilância mantivesse-o fechado, visto que os funcionários e educandos transitavam de entrada e saída pela frente do edifício. Ontem, 25, no boletim de ocorrências diárias e no ofício do Sr Porteiro, que junto cópia, chegou ao conhecimento desta Diretoria, que o Sr Auxiliar Agrônomo, tendo pelo lado interior do portão, que é pátio de recreio, um número avultado de educandos, chegando ao local do tal portão, a ombros arrombou-o para dar-lhe acesso ao pátio. Os educandos admiravam!! O seu gesto cavalheiresco e disciplinador. Cioso de sua ação desprestigiada que conduzi-lo a falta de moral, para os menores e da quebra da disciplina do estabelecimento [...].

Em virtude das delongas de tais medidas a serem resolvidas por essa Diretoria e, sendo necessária a suspensão para exemplos da própria disciplina de funcionários subalternos e de educandos, espero a aprovação de V. Ex. para o meu ato⁴¹.

Ao final do documento, o Diretor ressalta que o auxiliar agrônomo “pediu permissão para recorrer do meu ato, por julgá-lo ilegal, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura”⁴². Mesmo recebendo a suspensão de cinco dias, o auxiliar agrônomo não se intimidou e recorreu para instância maior, neste caso, o Ministro da Agricultura. Chama-nos a atenção que a suspensão poderia ter sido de 15 dias, baseada na legislação citada pelo Diretor (art. 78), porém, foi aplicada uma suspensão menor (art. 81 e art. 99)⁴³.

Estas tensões entre autoridades instituídas num estabelecimento como o Patronato Agrícola mostram que os educandos estavam atentos aos detalhes e podiam articular uma multiplicidade de táticas, o que Certeau definiu como

⁴¹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 612, endereçado ao Sr. Delegado do Serviço de Povoamento – 9º Distrito, pelo Diretor do Patronato, em 26 de abril de 1923.

⁴² Ibidem.

⁴³ O Decreto N. 11.436, de 13 de janeiro de 1915, trata no “Art. 78. Os diretores gerais poderão impor também as penas de repreensão e de suspensão até 15 dias”; o “Art. 81. Não obstante a discriminação das competências, ás autoridades superiores é facultada a aplicação das penas mais brandas estabelecidas neste regulamento”; e o “Art. 99. São extensivas a todas as dependências do Ministério, na parte que lhes forem aplicáveis, as disposições deste regulamento concernentes a montepio, aposentadorias, licenças, férias, substituições, diárias, passagens, ajudas de custo e penas disciplinares”. Cf. BRASIL. DECRETO N. 11.436, 13 de janeiro de 1915. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11436-13-janeiro-1915-520548-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 29 jan. 2012.

“antidisciplina”⁴⁴. Desenvolvidas no dia a dia, eram práticas mediante as quais os menores se reapropriaram dos espaços das estruturas e alteraram seu funcionamento, muitas vezes para seu próprio benefício, em momentos oportunos, para aproveitar a ocasião⁴⁵.

3.2 – OS INDESEJÁVEIS

O Estado brasileiro criou instituições como os patronatos agrícolas, que foram espalhadas por diversos estados, propositalmente fora do estado do Rio de Janeiro, para que a menoridade não tivesse condições de conhecer as distâncias para empreender fugas, com o objetivo de retornar para casa.

Os alunos que para lá se dirigiam estavam destinados a enfrentar a difícil tarefa de participar de todas as atividades propostas pela instituição. O ócio, tão temido por alguns setores da sociedade, era combatido com veemência. As práticas educativas eram rígidas e quase não cediam espaço ao lazer, pois os alunos estavam destinados a praticar trabalhos em várias atividades: oficinas, práticas de agricultura, aulas teóricas, exercícios ao ar livre como a educação física, além de outros serviços diversos⁴⁶.

O mais importante numa instituição como o patronato agrícola era sua conduta vigilante, sobrepondo-se à conduta punitiva, pois como prática normatizadora, instituída na vigilância, conjunta com a educação, os alunos deveriam ser constantemente vigiados, para não dar brechas às faltas disciplinares que, conseqüentemente, resultariam em futuras punições. Nos relatórios da instituição, constatamos pedidos da diretoria (em diversas administrações) para que o governo mandasse mais funcionários para a função de guarda vigilante ou de inspetor de alunos, com o intuito de cuidar dos educandos durante o máximo de tempo possível.

⁴⁴ CERTEAU, op. cit., p. 42.

⁴⁵ CERTEAU, op. cit., p. 47.

⁴⁶ VICENTE, op. cit., p. 98.

Mesmo com todos estes instrumentos, com toda a pedagogia do internar⁴⁷, as fugas e outros tipos de subterfúgios eram usados pelos menores para driblar o sistema imposto pela instituição. Outros elementos deveriam ser associados para a condução e a manutenção desta vigilância: por exemplo, a administração “comprou” a cumplicidade dos moradores do Núcleo Colonial, na busca dos menores fujões, com a obtenção de recompensas:

Tendo o Sr. Luiz Rocha, colono da Seção Povoamento, deste Núcleo, capturado os educandos nº. 1, 89, 42, evadidos deste estabelecimento e os conduzido a esta sede com não pequeno trabalho, no sentido de despertar interesse dos colonos e impedir a facilidade da fuga dos nossos educandos, autorizei o Sr. José Henrique Wagner, a indenizar o valioso trabalho do Sr. Rocha, com a quantia de 20\$000 (**vinte mil réis**)⁴⁸.

A notícia sobre recompensas na captura de menores se ampliou por todas as seções do Núcleo Colonial Anitápolis e municípios próximos. Este “reforço” era muito bem vindo, principalmente nos primeiros anos do Patronato, período em que as fugas eram mais intensas. Assim, o ofício abaixo:

Cumpre-me comunicar a V.Exa. que os referidos educandos foram presos em Tubarão, neste Estado, e serão oportunamente recolhidos ao Patronato, segundo me comunica o Sr. Dr. João de Oliveira, Delegado de Polícia da 3ª Região⁴⁹.

Em observação manuscrita na margem lateral da comunicação interna entre os diretores do Serviço de Povoamento, consta que os educandos números 26 e 159 tinham sido capturados em 20 de abril de 1920. Infelizmente, não há mais detalhes sobre o dia da fuga e as condições nas quais ocorreu tal fato. No entanto, sabemos que a distância percorrida pelos dois menores foi considerável, aproximadamente 100 quilômetros⁵⁰.

⁴⁷ Apropriamos-nos deste conceito pois é “um termo que revela uma prática ou estratégia histórica de instruir, educar e moldar meninos e meninas nas regras do bem viver”. Era praticada em diversos lugares fechados (colégios, seminários, conventos e internatos) com a intenção de educar através da moral e do confinamento, a fim de que não adquirissem os maus hábitos e costumes do mundo exterior. Cf. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar**: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). Dissertação de Mestrado em Educação. Sergipe: UFS, 2007, p. 27.

⁴⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 132, endereçado ao Sr. Delegado do Núcleo Colonial Anitápolis, por Edgar da Cunha Carneiro, Diretor do Patronato, em 01 de julho de 1919.

⁴⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 634, endereçado ao Diretor do Serviço de Povoamento, pelo Diretor Interino do Serviço de Povoamento, em 05 de maio de 1920.

⁵⁰ O documento anterior que faz referência sobre a prisão dos menores em Tubarão não cita em qual localidade deste município houve a prisão. A distância entre a sede do Núcleo Colonial Anitápolis até o município de Tubarão é de aproximadamente 100 quilômetros. Disponível em: <

Talvez pela quantidade de menores com idade acima de 16 anos, e sem os devidos “critérios” no envio destes para a instituição em 1918, os critérios e o refinamento sobre a seleção de crianças e jovens foram estabelecidos pelo decreto 13.706 de 25 de julho de 1919, principalmente nos artigos 35 e 40, que traziam as mudanças mais significativas. As idades de 10 a 16 anos foram estabelecidas para o ingresso, e não seriam admitidos nos patronatos agrícolas menores delinquentes e/ou que sofressem de doença contagiosa, lesão ou qualquer deficiência orgânica que os inabilitassem aos serviços agrícolas⁵¹.

Como cita o ofício:

Sr. Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal.

Tenho a honra de solicitar vossas providências, no sentido de serem preparados mais noventa menores (90), que deverão embarcar nos primeiros dias do próximo mês de Novembro, com destino ao Patronato Agrícola de “Anitápolis”, no Estado de Santa Catarina.

O Diretor daquele Patronato pede, entretanto, que **não sejam relacionados indivíduos maiores de 18 anos, e que se evite, tanto quanto possível, a remessa de menores de péssima conduta**, conforme sucedeu com a primeira leva, internada no referido instituto.

Reitero-vos meus protestos de alta estima e considerações distintas.

Saúde e Fraternidade

Dulphe Pinheiro Machado – Diretor do Serviço de Povoamento⁵².

Mesmo assim, verificamos que somente em junho de 1925, foi efetivado o desligamento de educandos com idade acima de 16 anos, e que a lotação máxima desta instituição passou a ser de 100 menores⁵³. O pedido do diretor do Serviço de Povoamento, senhor Dulphe Pinheiro Machado, fazia todo sentido, pois na relação de educandos internados no Patronato Agrícola de Anitápolis até 25 de outubro de 1918, verificamos que, num total de 90 menores, havia 66 com idade superior a 16 anos, sendo que alguns tinham 20 anos⁵⁴.

http://maps.google.com.br/maps?f=d&source=s_d&saddr=Anit%C3%A1polis+-+Santa+Catarina&daddr=Tubar%C3%A3o+-+Santa+Catarina&hl=pt-BR&geocode=&abauth=cf22bd28:dLJIZ_N67nvR_C-7yfs35PrGij0&aq=0&oq=tubar&vps=2&ei=KzYoT9vwAqKEyQS3g9F1&jsv=392a&sll=-14.239424,-53.186502&sspn=45.755901,79.013672&vpsrc=1&mra=ls&num=10 > Acesso em: 31 jan. 2012.

⁵¹ BRASIL. Decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919.

⁵² ARQUIVO NACIONAL. IJ6 Série Justiça, Subsérie Polícia. Ofício nº. 2.906 da Diretoria do Serviço de Povoamento (MAIC) para o Chefe de Polícia do Distrito Federal em 17 de outubro de 1918 (grifo meu).

⁵³ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 2541, endereçado ao Delegado do 9º Distrito do Serviço de Povoamento, pela sede da mesma instituição, situada no Rio de Janeiro, 20 de junho de 1925.

⁵⁴ Nesta relação, constatamos que 10 menores tinham 17 anos, 18 menores tinham 18 anos, 26 menores tinham 19 anos e 12 menores tinham 20 anos. Cf. ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS.

Após o desligamento do Patronato Agrícola, os educandos tinham três possibilidades: os maiores de idade podiam solicitar um lote de terra na região, seguir viagem para suas casas ou então serem transferidos para os cursos complementares, instalados em outras regiões do país⁵⁵. No intervalo de seis meses (junho a dezembro de 1925), foram desligados 27 educandos:

A fim de serem encaminhados para os Cursos Complementares [...], que deverão ser conduzidos até esta Capital, por dois guardas daquele estabelecimento. [...]

Juntamente com os menores, deverá ser, pelo diretor do Patronato, enviada uma relação contendo todas as informações precisas, sobre os aludidos menores a fim de serem feitas, aos Cursos Complementares, os respectivos lançamentos.

A presente relação, de forma alguma poderá ser modificada. Avisareis, com antecedência, o embarque aí, dos mesmos menores⁵⁶.

Nesta relação, fica claro o pedido para não alteração da lista de nomes, pois era um serviço que demandava muito tempo, logística e subsídios financeiros. Citamos um exemplo evidente neste caso: em março de 1926, quando o diretor do Patronato Agrícola expôs diversos motivos pelo insucesso do envio de 14 menores para fazendas modelo. Destes 14 menores, dois deles eram de Santa Catarina (não consta na documentação a localidade), que ficaram em Florianópolis:

Os doze restantes não pode esta Diretoria em virtude do exposto colocá-los, necessitando assim que lhe seja autorizada o encaminhamento com a devida requisição do porto de Florianópolis ao Rio.

Convém acrescentar que dos referidos alunos existem oito que foram matriculados neste Instituto, em Março, Maio e Dezembro de 1925, logo o desligamento dos mesmos vem contra os dispositivos do Art. 94, do Regulamento dos Patronatos Agrícolas⁵⁷.

O artigo 94, citado no ofício enviado ao diretor-geral do Serviço de Povoamento, no Rio de Janeiro, indicava que:

Salvo mandato de juiz competente, nenhum menor poderá ser retirado de qualquer patronato agrícola ou curso complementar, antes do prazo de

Ofício nº 1022, do Patronato Agrícola de Anitápolis, sobre a relação dos educandos internados até 25 de outubro de 1918, para Inspetoria do Serviço de Povoamento de Santa Catarina, 04 de novembro de 1918.

⁵⁵ Baseado no artigo 20 do Decreto 13.706 de 25 de julho de 1919, o curso primário complementar consistia em revisão e ampliação do curso anterior. Cf. BRASIL. Decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919.

⁵⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 196, endereçado ao Delegado do 9º Distrito do Serviço de Povoamento, pelo diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, em 04 de janeiro de 1926.

⁵⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 1914, endereçado ao Diretor Geral do Serviço de Povoamento, pelo diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, em 19 de março de 1926.

doze meses, a contar da data de matrícula e sem que tenha adquirido os conhecimentos precisos no estudo da língua materna⁵⁸.

O fato de o menor ter *conhecimentos precisos da língua materna*, como requisito básico para seu desligamento era fundamental, pois teria amparo jurídico (através do decreto 13.706) e amparo para usufruir desta educação na vida adulta.

Na documentação pesquisada, em que os pais pediam a saída de seus filhos dos patronatos, verificamos que uma das justificativas para a liberação era ter mais de 12 meses de internação, e que o educando possuía o domínio de nosso idioma. A liberação dos menores, a pedido dos pais vinha com uma conta a ser paga pelo menor (ou por seu tutor), a título de indenização, “referente às despesas feitas com sua permanência”⁵⁹.

O constante fluxo de menores nesta instituição se dava da seguinte forma: havia a saída de educandos maiores de 16 anos para outros patronatos agrícolas e/ou fazendas modelo; ocorriam também pedidos de pais para o retorno de seus filhos.

A introdução de educandos no Patronato já foi analisada anteriormente, porém, esta instituição também era considerada como um lugar “indesejável”. Educandos de outras instituições eram mandados para Anitápolis como forma de castigo, como ocorreu no caso da evasão de menores do Patronato Agrícola Santa Mônica:

O Sr. Ministro resolveu que os menores Ary Vieira de Souza, Odilon Pacheco e Sebastião Elias dos Santos, evadidos do Patronato de St. Monica fiquem de conserva na Detenção a fim de seguirem fazendo parte a turma que deverá seguir para Anitápolis⁶⁰.

Infelizmente, não conseguimos precisar a localidade do Patronato Agrícola Santa Mônica, no entanto, acreditamos que estava na região sudeste, uma vez que, pela “indicação” do ministro, parece que Anitápolis era uma localidade mais distante que a da instituição de onde os menores fugiram.

⁵⁸ BRASIL. Decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo X

⁵⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 55, endereçado ao Delegado do Serviço de Povoamento no 9º Distrito, pelo diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, em 24 de março de 1920.

⁶⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo IJ6. Série Justiça, Subsérie Polícia – Patronatos. Ofício do Gabinete do MAIC, para o comandante Alamiro Mendes, em 30 de novembro de 1918.

Em casos extremos, a expulsão do educando parecia ser a medida mais eficaz, para que más influências não conduzissem outros educandos para a indisciplina generalizada:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que o Diretor do Patronato Agrícola “Anitápolis”, no Estado de Santa Catarina, por ofício n. 19 de 8 de Fevereiro findo, trouxe no conhecimento desta Diretoria, que excluiu daquele estabelecimento, a bem da disciplina, o educando de nome Raul Barbosa de Amorim, de 15 anos de idade, que parece foi encaminhado por essa Chefatura de Polícia, e internado em 7 de Novembro de 1919. Informa o Diretor do mencionado Patronato, que o menor em questão tem mãe viva e reside nesta Capital, a rua do Rosário n. 23⁶¹.

As mudanças na política educacional determinavam que as práticas de coerção física, como surras e castigos corporais fossem proibidas, porém, quando um jovem se recusava a realizar determinadas tarefas, elas tornavam-se comuns. Casos extremos também existiam, como o do menor Pedro da Silva Oliveira, que ingressou no Patronato em 12 de setembro de 1918, com a idade de 12 anos. Órfão de pai e mãe, ele foi encaminhado pela chefatura de polícia do Rio de Janeiro e, em menos de um ano de convívio com as práticas adotadas pela instituição, fora considerado “prejudicial”, como consta num pedido do diretor do Patronato Samuel Gomes Pereira:

Incluso devolvo a carta que o menor Pedro da Silva Oliveira, internado no Patronato Agrícola “Anitápolis” endereçou ao Snr. Ministro da Agricultura e mais documentos que acompanharam o ofício nº. 3.328, de 4 de Novembro ultimo.

Informa o Diretor do referido Patronato que seria para desejar o fato do referido menor **não ter “tendências para o serviço da lavoura”**, de preferência a se verificar ser ele um menino vadio, mentiroso, indisciplinado em extremo, tão prejudicial ao estabelecimento que, cansado de o corrigir e desanimado, conforme comuniquei em ofício nº. 1221, de 6 de Novembro último.

Junto remeto cópia dos assentamentos do referido menor, reiterando o pedido de sua expulsão.
Saúde e Fraternidade⁶².

Outras fontes atestam que a conduta do Patronato em não aceitar menores “anormais” era justificada pelo exemplo do menor Pedro da Silva Oliveira. A anormalidade poderia ser considerada por dois vieses: a comportamental, como nos

⁶¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo IJ6. Série Justiça, Subsérie Polícia – Patronatos. Ofício 723, do Diretor do Serviço de Povoamento (MAIC), para o Chefe de Polícia do Distrito Federal, em 19 de março de 1920.

⁶² ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 1.369, endereçado ao Sr. Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do Serviço de Povoamento, por Samuel Gomes Pereira, Diretor do Patronato Agrícola Anitápolis, em 08 de dezembro de 1919 (grifo meu).

exemplos citados no decorrer deste capítulo, ou a patológica, casos em que os menores deveriam ser encaminhados para instituições apropriadas, como neste exemplo:

Tendo chegado à conclusão, depois de observação paciente, que os educandos Dario Ferreira Lima, Antonio da Silva e Moacyr Godinho são indivíduos anormais, cujo ensino e educação só podem ser ministrados por métodos especiais, incompatíveis com o espírito dos Patronatos, proponho a essa Diretoria a exclusão dos referidos educandos, ou melhor a transferência dos mesmos para institutos especializados⁶³.

Não podemos precisar se os menores foram alocados em *institutos especializados*; por não acharmos mais evidências, supomos que estes educandos foram transferidos. Ao verificarmos a legislação, constatamos que o parágrafo único do artigo 21 do decreto 13.706, referente ao número de alunos em cada classe, determinava que “o máximo estabelecido [sofreria] redução na medida indicada pelo médico do estabelecimento, em se tratando de alunos anormais”⁶⁴. Assim sendo, no mesmo artigo, as turmas deveriam ser de no máximo 40 alunos, um número considerado grande de educandos para aulas teóricas e práticas, ainda mais se houvesse alunos ditos “anormais”.

3.3 – BONS ALUNOS, BOA TERRA

Em nosso entendimento, fica evidente que os patronatos destinavam-se aos filhos das classes sociais menos abastadas, e que foram fruto de um contexto em que era patente o predomínio da economia agrária sobre a emergente industrialização que se desenvolvia em regiões pontuais do país. Conforme citado anteriormente, surgiram em várias regiões do Brasil e supriam duas necessidades nacionais fundamentais: qualificar mão de obra livre para o trabalho na agricultura e retirar dos centros urbanos os chamados “desvalidos da sorte”, os pobres órfãos e aquela minoridade marginalizada.

⁶³ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório do Médico Raul Ribeiro da Silva Caldas, para o Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, em 23 de janeiro de 1924.

⁶⁴ BRASIL. Decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919, Capítulo IV.

A instalação de patronatos ia ao encontro do projeto de uma instituição que formasse trabalhadores agrícolas qualificados para trabalhar na emergente República, carente de trabalhadores considerados “mais civilizados”⁶⁵.

A destinação que o Estado dava aos menores dá a entender que sua intenção era tornar as estadias as mais longas possíveis, até mesmo permanentes, para além do tempo de vivência nos patronatos, transformando-os em futuros moradores destas localidades, como também utilizar os menores em outros serviços dentro do MAIC.

As instruções orgânicas dos patronatos agrícolas instituídas pelo decreto 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, em seus artigos 43 e 44, deixam claras quais eram as reais intenções em relação a estes menores:

Art. 43. Os educandos que completarem o curso do Patronato terão direito a um certificado de capacidade, firmado pelo diretor, cabendo aos mesmos preferência, em igualdade de condições, nos cargos das diversas dependências do Ministério, de conformidade com os conhecimentos adquiridos, ou o encaminhamento, pelo Governo, para propriedades agrícolas;

Art. 44. Aos educandos que concluírem a aprendizagem de modo notável assegurará o Governo, gratuitamente, um dos lotes disponíveis nos Núcleos Coloniais ou Centros Agrícolas do Ministério e mais a importância de 200\$, a título de primeiro estabelecimento⁶⁶.

A idade mínima para o ingresso dos internos era de nove anos. Ao completarem dezoito, eram desligados da instituição. Tinham duas opções: ou voltavam à cidade de origem para reencontrar seus parentes, ou ficavam em Anitápolis e davam continuidade àquilo que lhes fora ensinado. Os jovens de bom comportamento que optavam por permanecer no Núcleo Colonial ganhavam lotes de terra. Este era o objetivo do trabalho desenvolvido nos patronatos, fornecer à sociedade “bons chefes de cultura, capatazes e tratadores”⁶⁷, como escreveu o ministro Ildefonso Simões Lopes em seu relatório de 1919. Infelizmente, na documentação pesquisada não conseguimos traçar perfis dos beneficiados com lotes de terra, bem como outros dados pertinentes⁶⁸.

⁶⁵ VICENTE, op. cit., p. 66.

⁶⁶ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p. 151.

⁶⁷ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, XVI.

⁶⁸ A escassez de dados e documentação foi um risco calculado; nossa intenção não é traçar uma história de números, mas trazer estes dados para confrontar realidades percorridas (casos e situações observadas) nestes 12 anos de funcionamento da instituição, “pinçando” e confrontando

As recompensas aos educandos que haviam obtido um aprendizado de modo notável – além dos prometidos lotes de terras e quantias em dinheiro – eram proporcionadas de outras formas. Em resposta ao ofício enviado pelo diretor do Serviço de Povoamento, o diretor do Patronato menciona que nenhum merece os favores dos quais trata o artigo 86⁶⁹, porém, como estímulo aos colegas, “recompensa a sua ótima conduta, [julga] conveniente conceder o prêmio de viagem aos menores Daniel Fontoura, Álvaro Manoel Pereira Souza e Adhemar Dicke dos Santos”⁷⁰. Premiar os educandos com viagens ou com responsabilidades sobre seus colegas (como monitores de turma ou líderes nos exercícios de campo) era dar visibilidade a este menor, devidamente “sujeitado e disciplinado” pelo sistema imposto pela instituição.

Os procedimentos disciplinares difundidos tornavam o exemplo como a melhor forma de disciplinamento, como um “chamariz” aos alunos, trazendo esperança às autoridades. Para o corpo técnico e pedagógico, a esperança de ter alguns educandos destacados e gozando de certos “privilégios” fazia destes indivíduos exemplos, ajudando no bom andamento da instituição, uma vez que eram motivadores para os demais internos.

A exigência das melhores notas nas diversas disciplinas ministradas era de suma importância, associada ao bom comportamento, para a obtenção de um lote de terra⁷¹. Vejamos o atestado abaixo:

João da Costa Leite, português, de 20 anos de idade esteve internado neste Patronato de 12 de Setembro de 1918 a 15 de Junho de 1919, sob n. 71 de matrícula, sendo desligado nesta data por contar mais de 18 anos de idade e ter solicitado a bem de seus interesses o seu desligamento, na forma do regulamento.

A média de suas notas dá o seguinte resultado:

Ensino Primário 10/10 – Ótimo

comportamentos e sociabilidades que fazem este tema tão interessante, do ponto de vista deste autor.

⁶⁹ Art. 86. Além das recompensas já mencionadas, os alunos que revelarem melhoramento progressivo de caráter e boa conduta terão, anualmente, até 15 dias úteis de férias, exclusive o tempo de viagem, para visita a seus parentes ou protetores, correndo as despesas de passagem de ida e volta por conta do Ministério da Agricultura. Cf. BRASIL. DECRETO N. 13.706, 25 de julho de 1919. Disponível em: < http://ciespi.org.br/media/decreto_13706_25_jul_1919.pdf> Acesso em: 04 out. 2011.

⁷⁰ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício do Diretor Patronato Agrícola de Anitápolis para o Diretor do Serviço de Povoamento, de 21 de janeiro de 1921.

⁷¹ Art. 90. O aluno que obtiver durante o curso notas ótimas de conduta e aplicação terá o direito a lote gratuito nos núcleos coloniais e centros agrícolas particulares, subordinados ao Serviço de Povoamento, e gozarão de todas as vantagens conferidas aos chefes de família de agricultores, localizados pela União. Cf. BRASIL. DECRETO N. 13.706, 25 de julho de 1919. Disponível em < http://ciespi.org.br/media/decreto_13706_25_jul_1919.pdf> Acesso em 04 out. 2011.

Trabalhos Agrícolas	10/10 – Ótimo
Ensino Agrícola	10/10 – Ótimo
Ensino Profissional	10/10 – Ótimo
Educação Moral e Cívica	10/10 – Ótimo
Comportamento Geral	10/10 – Ótimo
É o que me cumpre atestar	

Secretaria 15 de Junho de 1919.
Edgar da Cunha Carneiro – Diretor

Na forma do Art. 90 do Regulamento vigente o educando a que se refere o presente atestado, têm direito a um lote de 25 hectares de terras virgens, gratuito e que será dado escolher entre os lotes do Núcleo Anitápolis⁷².

Além destes dados para constatar a vida do aluno, verificamos que pedidos de lotes de terras para ex-educandos também se tornaram práticas comuns. Neste caso, o ex-educando José de Araújo pediu verbalmente uma certidão de que fora interno no Patronato Agrícola entre 12 de setembro de 1918 e 11 de setembro de 1919. O fato curioso é que o ex-interno contraiu matrimônio utilizando outro nome (Agenor Araújo), mas mesmo assim, por constituir família em Anitápolis, no relato do diretor, era o único que se encaminhou para a lavoura e servia de estímulo para demais internados: “apesar da troca do nome, reputo-a justa”⁷³.

Ao depararmos com outros ofícios, notamos que as certidões eram uma espécie de atestado de posse de terra, pois o ex-educando José de Araújo recebeu esta certidão do diretor do Patronato, com anuência do diretor do Núcleo Colonial e do diretor do Serviço de Povoamento, este último, órgão responsável pela doação e aferição de lotes disponíveis em território brasileiro. Para receber esta certidão, o aluno deveria ter cópia de seus registros escolares e de sua vida pregressa no Patronato Agrícola; no caso de José Araújo, por ser o primeiro aluno a se fixar na lavoura, fora aberta uma exceção, uma vez que, como podemos verificar, suas notas não eram as melhores:

Ensino Primário	6/10
Trabalhos Agrícolas	6/10
Ensino Agrícola	8/10
Ensino Profissional	10/10
Educação Moral e Cívica	4/10
Comportamento	5/10
Aplicação	5/10

⁷² ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Atestado do Patronato Agrícola de Anitápolis para o educando João da Costa Leite, pelo Diretor Edgar da Cunha Carneiro, em 15 de junho de 1919.

⁷³ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 365, do Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis para o Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis, Senhor Pedro Rodolfo Júnior, de 21 de novembro de 1923.

Média final

6/10⁷⁴

A recompensa em forma de lotes de terra parece ter surtido efeito, talvez não na proporção desejada pelas autoridades do Serviço de Povoamento e do MAIC, mas de certa forma, repercutia positivamente entre os ex-alunos do Patronato, tanto na localidade de Anitápolis, como fora dela, ajudando na realocação desta mão de obra “ociosa” para entrar nos moldes civilizatórios que tanto se almejava. Ao instalar estes ex-educandos, somava-se a este processo interesses de outras pessoas de seu vínculo, neste caso, familiares ou a família que poderia estar se constituindo:

O abaixo assinado, ex-educando do Patronato Agrícola Anitápolis, tendo direito a um lote de terras de 25 hectares (doc. junto) ex-vi do art. 90 do Reg. Baixado com o Dec. 13706 de 25 de Julho de 1919, nas terras daquele núcleo; como resida nesta Capital e aqui tenha seus interesses e família, vem solicitar a V. Ex. seja permitido ao Suplicante obter esses 25 hectares no núcleo “Visconde de Mauá”, ou em outras terras do Governo Federal próximas desta Capital, de melhor acesso, e onde possa o Suplicante se localizar com mais facilidade⁷⁵.

O pedido do ex-interno João Alves à diretoria do Serviço de Povoamento, localizada no Rio de Janeiro, com argumentações que misturam o linguajar coloquial e o jurídico, nos dando a impressão que fora redigido com auxílio de outra pessoa, foi prontamente atendido:

Referindo-me ao telegrama, dessa Diretoria, expedido em 18-2-1925, pelo Sr. Dr. Chefe da 2ª seção, nos seguintes termos:
Deveis informar, se nesse Núcleo existe algum lote rural vago ao fim ser cedido a um ex-educando do Patronato Agrícola Anitápolis.
Saudações P. Villaboim – Chefe 2ª seção e Inspetor de Colonização.
Cabe-me informa-vos o seguinte:
No Núcleo Monção existem ainda 10 lotes rurais, disponíveis, porém com terras de 3ª qualidade, campo, que não servem para fins culturais⁷⁶.

Ao buscarmos mais pistas sobre este caso específico, nos deparamos com a falta de evidências documentais para enriquecer nossa narrativa; não sabemos se o *suplicante* conseguiu um lote de terra, pois as disponibilizadas eram de 3ª qualidade.

⁷⁴ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 472, do Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis para o Chefe da 2ª Seção da Diretoria do Serviço de Povoamento, Sr. Dr. P. Villaboim, de 04 de fevereiro de 1924.

⁷⁵ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Requerimento feito por João Alves, ao Diretor do Serviço de Povoamento do Solo, em 02 de janeiro de 1925.

⁷⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 1814, do Diretor do Patronato Agrícola de Monção (SP) para o Diretor do Serviço de Povoamento, em 27 de fevereiro de 1925.

Em relação à disponibilidade de lotes gratuitos de terras ao ex-educandos, também constatamos que, no Núcleo Colonial Anitápolis, havia propostas de alocar mais de um menor por lote:

Confirmo meu telegrama desta data, que abaixo transcrevo:

Nº 334 – Rp. 30 – Educandos com direito a lotes gratuitos poderão obtê-los mediante requisição escrita dirigida Diretor Patronato que só deverá atender aqueles que, a seu juízo, tiverem habilitações e critério para se localizarem, dando de todo conhecimento a esta Delegacia.

Rp. 31 – Não há inconveniente em que educandos desligados se localizem, nesse núcleo, em pequenos grupos de 3 a 4 em um mesmo lote. Os favores concedidos aos educandos desligados são os constantes da Circular nº. 16, ofício 727 de 16 de Julho último. Essa administração deve ter sempre sob sua vista e tutela os educandos desligados que se localizarem nesse núcleo⁷⁷.

Verificamos que, num lote de 25 hectares, dividido em 3 ou 4 partes, um pequeno grupo ficaria num espaço considerável para a prática agropastoril ou no cultivo de monocultura. Cabe salientar que os lotes foram doados sem ônus nenhum aos menores. Outra observação a ser levantada é que mesmo após a saída destes indivíduos, a administração do Núcleo e a do Patronato ainda deviam permanecer atentas aos seus possíveis deslizos; numa localidade como Anitápolis, com tantos embates e diferenças entre seus moradores, era justificável esse “excesso” de zelo.

A “vontade” da administração nos anos iniciais do Patronato tornou seus administradores complacentes com certas situações, imbuídos do espírito da filantropia e da assistência para com o próximo. Nas primeiras levas de menores para o Patronato, em 1918, foram enviadas crianças novas demais, conforme demonstra o ofício:

Entre esses menores vieram diversos com menos de seis anos de idade. Destes, dois mais novinhos, órfãos e que demonstram serem de famílias de tratamento, foram recolhidos a casa da família do Diretor, onde serão tratados como seus filhos, sem prejuízo de ordem e disciplina do Patronato e em caráter provisório.

É digno de louvor este ato do Sr. Diretor que não podia obrigar essa duas crianças ao serviço da lavoura nem mesmo matriculá-los na escola do Patronato por não terem ainda a idade escolar⁷⁸.

⁷⁷ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 933, da Inspeção do Serviço de Povoamento para o Administrador do Núcleo Colonial Anitápolis, em 06 de setembro de 1919.

⁷⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº 1049, da Diretoria do Serviço de Povoamento de Santa Catarina, para o Sr. Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do Serviço de Povoamento, em 08 de novembro de 1918.

Prática comum nesta troca de ofícios nas diversas instâncias governamentais eram as observações manuscritas acrescentadas aos documentos pelos responsáveis pela repartição, que serviam para dar ciência e ordens aos subordinados ou para emitir a concordância ou não ao comunicado exposto no ofício. Neste documento em particular, a atitude do diretor do Patronato foi extremamente elogiada, pois “os pais louvam o ato do Diretor do Patronato”, assim como há outros comentários, como “oficiei ao Sr. Ministro e ao Inspetor”, em meio a diversas rubricas e carimbos.

Os patronatos agrícolas viabilizaram a intervenção sobre a situação da mão de obra, a longo prazo e para além do setor agrícola, ao contribuir com a organização da assistência pública aos ditos desvalidos e preparando-os como novos trabalhadores. A proposta de fixar os egressos em localidades próximas ao Patronato Agrícola de Anitápolis era considerada a forma mais “salutar” para ambas as partes. A instituição continuava a manter sua “capa protetora” sobre seu ex-interno, e o sujeito via o estabelecimento como uma forma de receber possíveis subsídios e garantias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Toda a história é escolha”¹

A fala de Lucien Febvre, em sua aula inaugural em 13 de dezembro de 1933, trouxe à luz a problemática do binômio indivíduo/sociedade, em que o indivíduo é o que seu meio e o que sua época permitem que ele seja. Mesmo que para nossa pesquisa estas afirmações possam parecer um pouco desfocadas, tanto pela temporalidade das falas, quanto pelos períodos pesquisados, trazemos à tona nossas indagações, em certa medida convergindo com as indagações postuladas por Febvre. Pesquisamos a sociedade e seus indivíduos, mais precisamente, uma instituição (Patronato Agrícola) representando o Estado, com crianças e jovens (menores) simbolizando os indivíduos desta sociedade.

O historiador Carlo Ginzburg afirma que a história é irremediavelmente ligada ao concreto, mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a uma série de fenômenos comparáveis dependendo da escala ou de seu foco. A História possui uma “estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira)”². Nossa pesquisa tratou de uma instituição “concreta” e que tinha como objetivo colocar em prática políticas públicas determinadas sobre uma parcela específica da sociedade.

Partindo desta reflexão, é possível entrever que a difusão de saberes e concepções sobre a infância em voga no Brasil durante a chamada Primeira República (1889-1930) encontravam-se imbricadas em uma complexa rede de interdependência, envolvendo experiências aproximativas, algumas vezes análogas, constituindo-se como vasos comunicantes numa rede mais complexa de relações que, em alguma medida, acabava por uniformizar determinadas formas de se compreender as infâncias pobres, abandonadas e criminosas, bem como de

¹ DOSSE, François. O tempo de Marc Bloch e Lucien Febvre. In: DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003, p. 114.

² GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 157.

configurar propostas e ações intervencionistas estatais no sentido de realizar a sua *cura, correção e regeneração*.

Nosso maior desafio foi, além da pesquisa de campo, dialogar com os teóricos da História do Tempo Presente, pois à primeira vista, escrever sobre menoridade e Patronato Agrícola acarreta “proximidades”, ao mesmo tempo em que faltam “enquadramentos”, devido às múltiplas possibilidades deste campo historiográfico. Houve uma constante negociação até chegar a estas considerações finais, uma vez que as configurações e desdobramentos da pesquisa aconteceram no decorrer desta empreitada, em negociações com a documentação analisada e as leituras feitas. Este campo historiográfico permanece aberto (até porque não é de nosso interesse deixá-lo como via de mão única), possibilitando futuras sujeições da particularidade que a temática exige, com suas pistas e rastros, pois a temática da História da Infância e Juventude ainda é muito recente, e ainda precisa trilhar um longo caminho de afirmação e de conquista como área de conhecimento.

Nos caminhos trilhados pela historiografia, alguns foram seguidos por opção, outros pela necessidade acadêmica; todas as opções foram escolhidas conscientemente, a partir do cruzamento e da análise das fontes com a teoria e a metodologia empregada no decorrer da pesquisa.

Neste estudo, procuramos utilizar referenciais bibliográficos de diversas áreas do conhecimento (Sociologia, Antropologia Social, Psicologia Social, Direito, Jornalismo, etc.), além da própria historiografia, em busca de uma multiplicidade de saberes que possibilitasse a melhor compreensão do objeto de pesquisa.

O estudo da infância e da juventude, mais especificamente da menoridade, não deve tratar o indivíduo *menor* como entidade autônoma, mas colocá-lo num patamar acima da marginalidade, que muitas vezes é imposta pela historiografia. Esta havendo uma redescoberta dos indivíduos como personagens da História, em contraponto a historiografia centrada nas categorias coletivas, no qual incluímos “nossos” menores. Vemos eles como indivíduos, apesar de o período e as relações sociais o tratem como categoria. Para entender o lugar social que a criança (menor) ocupa na historiografia, não se analisa fragmentos de forma isolada, porque cada época profere um discurso que revela seus ideais e expectativas em relação a esta parcela da sociedade que esta em formação.

Apesar de empreendermos nossa análise a partir do Patronato Agrícola de Anitápolis, procuramos incorporar outras falas e personagens, que se cruzavam

através das fontes analisadas, mesmo após todo o esforço institucional de aniquilar sua presença (tratando-os por números, por grupos ou turmas) e sua voz (a nulidade destes indivíduos na autoria de algum documento). Os registros e o universo documental denunciam a presença destes “menores”, pelo menos em parte, suas falas e suas experiências evidenciam uma resistência surda e constante, permitindo o estabelecimento de relações para as quais os historiadores, até pouco tempo, estiveram desatentos.

Tentamos neste trabalho fazer o mesmo que a historiadora Maria Clementina Cunha fez na sua obra *O Espelho do Mundo*, ou seja, “fazer emergir o arquivo”. Nossa análise foi conduzida na mesma perspectiva de tentar recuperar a dimensão de contraposição ao poder absoluto da razão estatal para com a instituição Patronato Agrícola. Como bem relata a historiadora na introdução de sua obra, concordamos em alguns pontos na explanação entre as noções “exploração” e “dominação”, porém, não levantamos “bandeiras” para nenhuma delas, preferimos lidar com as sociabilidades entre os sujeitos e suas experiências, tanto pelo olhar civilizatório, como também pelo olhar disciplinador e pelo olhar do cotidiano (estratégias e táticas).

Ao trabalharmos com vários tipos de documentos, cada um destes produzido para fins específicos, tornou-se possível apreender informações que subsidiaram a recomposição das concepções sobre infância, sobre suas famílias, sobre o cotidiano de Anitápolis e sobre a vida no Patronato Agrícola. O papel educacional era imperativo nas demandas sociais desta instituição, influenciando seu meio circundante, tanto pelo exemplo aos seus moradores quanto pela imposição de estratégias pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para com os educandos e funcionários.

O exercício de recompôr e legitimar o olhar da polícia sobre esta população pobre, e principalmente sobre os menores, resultou no “rpto” destes indivíduos e seu envio para os Patronatos Agrícolas localizados no interior do país, a fim de educá-los e regenerá-los. Trouxe a “limpeza” para as ruas do Rio de Janeiro e a adequação (forçada) de futura mão de obra para a lavoura nestes estabelecimentos.

Os Patronatos Agrícolas responderam aos anseios da sociedade brasileira, principalmente em relação à destinação desta minoridade, e também quanto a ótica estabelecida a partir do final do século XIX, com o processo de “republicanização da República”; ou seja, “era a perspectiva de ruptura em relação aos padrões

oligárquicos que moviam a sociedade, um processo civilizacionista gestado por vários administradores e intelectuais”³. Contribuir para a conformação do mercado de trabalho livre e para a disciplinarização da força de trabalho era objetivo que diversas agências da sociedade implementavam e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio estava entre elas.

Como podemos notar, os menores do sexo masculino eram a “mola propulsora” dos Patronatos Agrícolas. Em relação à instituição localizada em Anitápolis, a aceitação de educandos oriundos do Rio de Janeiro era a mais praticada, sendo que alguns poucos menores oriundos da capital catarinense e região foram aceitos a partir de 1925.

Menores de origem urbana tinham uma dupla “utilidade” naquele estabelecimento: sua regeneração e o aprendizado das modernas técnicas agrícolas. A regeneração visava incutir nestes menores hábitos e costumes que lhes possibilitassem seguir as regras instituídas socialmente; isto é, servia para não deixar que os menores viessem a tornar-se um problema maior no futuro; fazia-se uma espécie de “profilaxia social”. O aprendizado desejava passar aos educandos o gosto pela vida no campo, a importância do trabalho agrícola e, também, passar-lhes conhecimento técnico-agrícola, de modo a propiciar o desenvolvimento agropecuário da região na qual eles viessem a atuar profissionalmente. O que de certa maneira deu certo, com a rápida adaptação da maioria dos educandos com as regras da instituição, e com a fixação de alguns ex-alunos em territórios próximos dos patronatos e fazendas-modelo espalhados pelo país.

A instrumentação utilizada no Patronato era o esquadrinhamento dos espaços, mantendo a vigilância sobre os movimentos dos educandos, com o objetivo de torná-los obedientes, adestrados e dóceis. As falas do saber enunciadas estrategicamente pelos profissionais de ensino e de condutas possibilitavam aos menores poucas opções num jogo de negociações: as vezes obedecer ou as vezes se rebelar. As formas de obediência são explícitas, nos comportamentos das atividades de campo (como o escotismo, os exercícios militares ou nas caminhadas e nas apresentações em público), por exemplo. As práticas de má conduta ou rebeldias eram forjadas pelas astúcias criadas no cotidiano da instituição, nos

³ NERY, Marco A. A. Melo. **Pelos caminhos de Deméter**: Os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910 – 1947). Tese (Doutoramento em Educação) - UFBA, Salvador, 2010, p. 186.

intervalos e nas brechas do sistema imposto, quando os internos driblavam as imposições e faziam valer suas vontades (com fugas, brigas ou gazar aulas). O mesmo interno que gazeava aula em outro momento poderia obedecer, ou poderia fugir, são táticas adotadas no cotidiano da relação aluno versus instituição, em que a obediência e rebelião poderiam vir em conjunto.

Estas experiências singulares foram operacionalizadas pelo ambiente “propício” que foi o Núcleo Colonial Anitápolis, com moradores de diversos comportamentos e etnias, associado a uma força policial numerosa que estava além e aquém das expectativas, tornando este lugar único. As relações transpassavam os muros do Patronato, afetando o cotidiano da localidade.

Para Ginzburg, existe uma divergência (aos nossos olhos) entre adivinhação e decifração, uma vez que a adivinhação se voltava para o futuro e a decifração, para o passado⁴. Ao “pinçarmos” esta comparação, nos deparamos com a tênue limitação que a História do Tempo Presente pode exprimir, lidando com um período temporal ainda não sacramentado por diversas influências de outras áreas das Ciências Humanas e também pelas escolas historiográficas existentes. Talvez esta liberdade de transitar por tantos saberes e escritos nos faça “porta-vozes” desta ciência social *sui generis* que é a História.

Assim, esta dissertação é uma possibilidade de análise a partir de um recorte teórico e também temporal; é apenas uma perspectiva possível de leitura, do tema e do período. Ao tratarmos de uma abordagem, a partir de alguns elementos, não esgotamos as possibilidades tanto da história da infância e da juventude, quanto da história do Patronato Agrícola de Anitápolis; acreditamos que o trabalho em História não é constituído como um quebra-cabeça, em que as peças se encaixam de uma única maneira, sendo o resultado único e “verdadeiro”⁵. Concordamos igualmente com Rodrigues quanto à sua concepção de História como “um caleidoscópio, em que a cada giro de seu mecanismo existe a possibilidade de um todo diferente e talvez irrepitível”⁶; acrescentamos neste caleidoscópio nossas leituras e experiências sobre os efeitos dessa bricolagem (cultural e conceitual), pois as combinações são inúmeras e as possibilidades infinitas.

⁴ GINZBURG, op. cit., p. 153.

⁵ RODRIGUES, Marília Mezzomo. **A prevenção da decadência**: discurso médico e medicalização da sociedade - Curitiba (1931 - 1942). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997, p. 8.

⁶ *Ibidem*, p. 8.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO NACIONAL

IJ6: Série Justiça, Subsérie Polícia - Patronatos; IJ7: Série Justiça, Subsérie Prisões - Casas de Correção; IJJ9: Série Interior, Subsérie Negócios de Províncias e Estados - Santa Catarina; ST: Fundo Privado Virgílio Várzea; OB: Fundo Departamento Nacional de Povoamento; 3D: Fundo Inspetoria Geral das Terras e Colonização; DB: Fundo Agricultura; RE: Fundo Luís Gastão D'Escragnole Dória; SDE: Diversos Códices, Cadeia - Cadeia RJ - Calabouço - Prisão - Carceragem - Carcereiros - Correspondências - Polícia - Presos - Queixas crimes; IJ: Fundo Arranjo Boullier; OI: Fundo Diversos GIFl - 1808 - 1966.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Cortiços e estalagens - volume 3 - folhas 339 - código 41-4-5 (1892 - 1899);
Inquéritos Policial e Outros - volume 3 - folhas 406 - código 45-1-17;
Mendigos - volume 3 - folhas 430 - código 46-2-90 (1854 - 1911);
Mendicidade - volume 3 - folhas 422 - código 46-2-90 (1853 - 1906);
Consolidação das Leis e Posturas Municipaes (1905 e 1906) - Primeira e Segunda Parte - Legislação referente à justiça, policia, vadios, capoeiras, mendigos e menores.

ARQUIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ofícios e correspondências trocadas entre a Secretaria Geral dos Negócios e o Governador de Estado (1917 - 1930).

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

Vinculado a Biblioteca Pública Municipal de Anitápolis: Ofícios, mensagens, relatórios e informativos vinculados ao Patronato Agrícola, o Núcleo Colonial e instituições entre os anos de 1910 a 1930.

BRASIL. DECRETO N. 847, 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 01 out. 2011.

BRASIL. DECRETO N. 11.436, 13 de Janeiro de 1915. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11436-13-janeiro-1915-520548-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 29 jan. 2012.

BRASIL. DECRETO N. 12.893, 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo_norma=DEC&data=19180228&link=s> Acesso em: 04 out. 2011.

BRASIL. DECRETO N. 13.706, 25 de Julho de 1919. Disponível em: <http://ciespi.org.br/media/decreto_13706_25_jul_1919.pdf> Acesso em: 04 out. 2011.

BRASIL. DECRETO N. 5.083, 01 de dezembro de 1926. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 04 out. 2011.

BRASIL. DECRETO N. 17.943-A, 12 de outubro de 1927. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm> Acesso em: 01 out.2011.

BRASIL. DECRETO N. 19.494, de 16 de dezembro de 1930. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 26 jan. 2009.

BRASIL. LEI N. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 30 dez. 2011.

BRASIL. Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918 - 1930.

BRASIL. Relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1918 -1928.

SANTA CATARINA. Mapa Interativo CIASC. Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/tmp/4f1af5ce_6838_0.png> Acesso em: 21 jan. 2012.

SANTA CATARINA. Relatórios dos Presidentes do Estado, 1918 - 1930.

Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina - Setor Santa Catarina:
Jornais de circulação na Grande Florianópolis entre 1918 a 1930:

A Comarca 1917-18 - Palhoça;
O Atalaia 1924/25-1930 - Florianópolis;
O Dia - 1918 - Florianópolis ;
Folha Acadêmica 1923/24 -1929/31 – Florianópolis;
O Estado 1917/30 - Florianópolis;
O Apóstolo 1929/30-1930/31- Florianópolis;
Boletim Comercial 1918 - Florianópolis;
A Capital - 1920 – Florianópolis;
O Elegante - 1923 – Florianópolis;
A Época - 1917/18 a 1920/21 – Florianópolis;
Folha Nova - 1926/27 a 1929/30 – Florianópolis;
O Josephense - 1926 - São José;
O Miliciano – Florianópolis;
O Município - 1929 – São José;
Município de Palhoça – 1921 – Palhoça;
A Noite - 1918 – Florianópolis;
A Nota - 1919 – Florianópolis;
A Reforma 1929 a 1930 – Florianópolis;
Republica 1926/27 a 1930/31/32 – Florianópolis;
A Semana - 1928 a 1930 – Florianópolis;
A Tarde - 1917 – Florianópolis;
Terra Livre - 1918 – Florianópolis;
A Verdade - 1921 – Florianópolis.

Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras - Center for Research Libraries e Latin American Microform Project, Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>>, Acesso em: 08 fev. 2009.

BIBLIOGRAFIA

ACKERMANN, Silvia Regina. **Um espaço e muitas vidas**. Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

ALTOE, Sonia. **Menores em tempo de maioridade: do internato-prisão à vida social**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

ALVES, Rosilene Maria. **“Se mostram de novo os Bugres”** - Abordagens da Imprensa Catarinense sobre o Indígena (1900 - 1914). 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo. In: **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 3 (República: da Belle Époque à Era do Rádio). São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ARAÚJO, Hermetes R. **A invenção do litoral**. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), Pontífice Universidade Católica/SP.

AREND, Silvia M. Fávero. **Filhos de criação: Uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 269-292, jan./jul., 2007.

AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**. Revista do PPGH/UDESC. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201–216, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608> Acesso em: 06 fev. 2012.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BEDIN, Mara Lúcia. **Uma leitura sobre os trabalhadores rurais com enfoque em meio ambiente, saúde e qualidade de vida**. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BOEIRA, Daniel A. Modernidade e Criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina,

1918-1930). In: AREND, Silvia M. F. et al (Org.). **Infâncias Brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

_____. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BOMENY, Helena. Novos Talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993.

BRAGA, Ana Beatriz. **A construção social da infância trabalhadora na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/Depto de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRJ, 1993.

BRETAS, Marcos Luís. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

BULCÃO, Ana Lúcia E. **Meninos maiores**: o conflito da menoridade e maioridade no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

Cadernos Cedes 59 – Educação pela higiene; história de muitas cruzadas, Campinas, v. 23, n. 59, p 1 – 128, abril 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHARTIER, Anne-Marie. Escola, culturas e saberes. In: XAVIER, Libânia N.; CARVALHO, Marta M. C. de; et al. (Org.). **Escola, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões Para a História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar**: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). Dissertação de Mestrado em Educação. Sergipe: UFS, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2ª edição, 1983.

COSTA, Sandro da Silveira. Modernidade & Modernização: engodos anunciados. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, n. 15, Florianópolis, 2007.

CULTURAL, Larousse. **Grande dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Cultural.1999.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A Escola contra a família. In: LOPES, Eliane M. T. et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Maria C. P. **O Espelho do Mundo**: Juquery - a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALL'ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973.

DIAS, Maria O. S. Hermenêutica do cotidiano na história contemporânea. **Revista Projeto História**, n. 17, São Paulo: PUC, 1998.

DOSSE, François. O tempo de Marc Bloch e Lucien Febvre. In: DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1 (Uma História dos Costumes), Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964). **Revista Brasileira de História**, Set. 1999, vol.19, no. 37, p.157-176.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. **Crime, cotidiano e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Trabalho urbano e conflito social (1890 - 1920)**. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – período imperial e republicano. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Niterói: Vozes, 1987.
_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDRA, José. (Org.). **História, Infância e Escolarização**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2002.

GONÇALVES, Irlen A.; et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil - 1870 - 1930. Brasília: Ed. UnB, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
_____. **A Era dos Impérios** (1875 - 1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914 - 1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livros, 1992.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, 2001.

KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho**: Discursos e práticas de controle sobre mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890 – 1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Mundo Agrario. **Revista de Estudos Rurales**. n. 1; segundo semestre de 2000. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata.

_____. Estado e a Construção da pobreza rural no Brasil (1888-1930). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 08, Florianópolis, 2000.

_____. A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e 'habitus' de classe na Primeira República. **Cadernos do ICHF**. Nº 48, novembro, Niterói, ICHF-UFF, 1992.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade**. Dissertação de Mestrado em História, Assis: UNESP, 1996.

_____. A criança e o "menor": pequeno balanço bibliográfico. **Revista DIÁLOGOS**, Maringá-PR, v. 01, 83-99, 1997.

MOTTA, Tânia M. P. de Oliveira. **Resgate da Cultura no Município de Anitápolis**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Angelina: Universidade do Vale do Itajaí, 2003.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**. Vol. 19 n.37 São Paulo Set. 1999.

_____. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina**. Modernidade e exclusão. (1889 - 1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

NERY, Marco A. A. Melo. **Pelos caminhos de Deméter**: Os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910 – 1947). Tese de Doutorado em Educação. Salvador: UFBA, 2010.

NETTO, Luiz Roberto. Por debaixo dos panos - A máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910 - 1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9 nº 17, p. 129 -141, set.88/fev.89.

NOBREGA, Paulo de. Grupos escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.) **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos A. M. (Org.) **A invenção do Brasil moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. **Das ruas ao internato: experiências infantis**: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972). São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pontífice Universidade Católica/SP.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da revolução de trinta**: memórias de combates (1929-1931). Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha**: Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828 – 1887). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1990.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis**: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. "Ter destino conveniente". Família, educação e infância sob o olhar dos agentes da lei no limiar da república brasileira. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais Eletrônicos**. Uberlândia: UFU, 2006. p. 873-881. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/75MiltonRamonPiresOliveira.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PANDINI, Sílvia. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910 - 1928)**. Dissertação de Mestrado em Educação - UFPR, 2006.

PASSETI, Edson. O menor na Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

PEREIRA, Ivonete. A eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para (re)construir a pátria. In: AREND, Silvia M. F. et al (Org.). **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

_____. No vaivém da vida: prostitutas em ‘trânsito’ – Florianópolis (1900/1940). In: FÁVERI, Marlene et al (Org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Ed. UDESC, 2010.

_____. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis - 1900/1940**. Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.

_____. **A Colonização de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro, Graphia, 1999.

POWELL, Robert S. S. Baden. **Lições da Escola da Vida**. Brasília: Ed. Escoteira, 1986.

_____. **Caminho para o Sucesso**. Brasília: Ed. Escoteira, 1984.

_____. **Escotismo para Rapazes**. Brasília: Ed. Escoteira, 1986.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

_____.(Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar as políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, julho de 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX**, 1815 - 1914. São Paulo: Cutrix, 1997.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

Revista Educação – Especial Foucault pensa Educação. São Paulo: Editora Segmento, s/d.

Revista Mente e Cérebro – Especial Filosofia 6 (Foucault e Deleuze). São Paulo: Duetto Editorial, s/d.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP:EDUSC, 1999.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: EDUSU, 1993.

RIZZINI, Irene (Org.) **Olhares sobre a criança no Brasil**. Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.

RIZZINI, Irene. **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.

_____. **O Século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1997.

_____. O “recolhimento de crianças orphãs e expostas”. A Legislação no Brasil Império. In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995.

ROCHA, Heloísa Helena P. **A Higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 - 1925). Campinas/São Paulo: Mercado das Letras/Fapesp, 2003.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. **A prevenção da decadência**: discurso médico e medicalização da sociedade - Curitiba (1931 - 1942). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, s/d.

ROECKER, Gilmar. **A Inserção do Patronato Agrícola “Anitápolis” no Cenário Nacional** (1918 - 1931). Monografia (Graduação em História). Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2003.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: Porto Jr., Gilson. **História do Tempo Presente**. Bauru: Edusc, 2007, p. 277-296.

ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília: UNESP, 1980.

ROSA FILHO, Otacílio da. **Subsídios para a História de Anitápolis**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

SARDÁ, Juliana. **Na Contra-mão da lei**. A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – CFH/UFSC, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Editores Associados, 2008.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, Set. 1999, vol.19, no. 37, p.59-84.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo - Sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, ano 9, 1994, pp. 103–122.

_____. A antropologia e a teoria do branqueamento de raça no Brasil, **Revista do Museu Paulista**, n. 5, vol. XXX, São Paulo, 1985.

_____. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, **Anuário Antropológico** (93). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1995.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SILVA, Ana Márcia. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. **Cadernos CEDES**. Ano XIX, n, 48, Ago. 1999.

SILVA, Ildelfonso J.; LIMA, José S.; CORDEIRO, Demerval. **Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública de Santa Catarina** (1835 – 1935), Florianópolis: [s.n.].

SOUTO, Maíra Wood Almeida. **Construção de direitos: o exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

STEPHANOU, M., BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, Set. 1999, vol.19, no. 37, p.35-58.

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS** (1923 - 1934): gênese e práticas educativas. Dissertação de Mestrado em Educação, UFPel, 2010.

VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giane Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, mar.2010.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. **Artigo sobre Infantaria**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Infantaria>> Acesso em: 12 set. 2011.

_____. **Artigo sobre anspeçada**. Disponível: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anspe%C3%A7ada>> Acesso em: 25 set. 2011.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000.

ZENHA, Celeste. "As práticas da justiça no cotidiano da pobreza". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 5 n 10, p. 123-146, março/agosto 1985.

ZUQUIM, Judith. **Infância e crime na história da psicologia no Brasil: um estudo de categorias psicológicas na construção histórica da infância criminalizada na primeira república**. Tese de Doutorado em Psicologia. São Paulo: USP, 2001.